

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**TESE DE DOUTORADO**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTADO, SOCIEDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERESSES**

**LINHA DE PESQUISA: ESTADO, SOCIEDADE, GOVERNO E INTERESSES EM CONTEXTOS DEMOCRÁTICOS**

**ORIENTADOR: PROF. DR. CLAUDIO DE FARIAS AUGUSTO**

**RELAÇÕES DE CLIENTELA ENTRE ELEITOR E CANDIDATO:  
CENTROS SOCIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE  
(DUQUE DE CAXIAS E NOVA IGUAÇU)**

**Marli da Silva Paulo**

NITERÓI

2013

**MARLI DA SILVA PAULO**

**RELAÇÕES DE CLIENTELA ENTRE ELEITOR E CANDIDATO:  
CENTROS SOCIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE  
(DUQUE DE CAXIAS E NOVA IGUAÇU)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal Fluminense (UFF), como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor. Área de concentração: Estado, Sociedade, Políticas Públicas e Interesses. Linha de pesquisa: Estado, Sociedade, Governo e Interesses em Contextos Democráticos.

Orientador: Prof. Dr. Claudio de Farias Augusto

NITERÓI

2013

**RELAÇÕES DE CLIENTELA ENTRE ELEITOR E CANDIDATO: CENTROS  
SOCIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE (DUQUE DE CAXIAS E NOVA IGUAÇU)**

Marli da Silva Paulo

Orientador: Prof. Dr. Claudio de Farias Augusto

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal Fluminense (UFF), como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Orientador: Prof. Dr. Claudio de Farias Augusto – UFF

---

Prof. Dr. Carlos Henrique Aguiar Serra – UFF

---

Prof. Dr. Carlos Sávio Gomes Teixeira – UFF

---

Profª Dra. Cristina Buarque de Hollanda – UFRJ

---

Profª Dra. Vania Morales Sierra – UERJ

NITERÓI  
2013

Na aurora de um novo Brasil, vejo nas Nações indígenas os primeiros cidadãos deste país e nos povos de raça negra os maiores construtores de nossa riqueza. Vergonhosamente, os filhos da América e da África foram os maiores destruídos e explorados, sujeitos à discriminação e à marginalização. Dos primórdios da história pátria, até nossos dias, milhões de indígenas e africanos, e seus descendentes, são vítimas dos maiores crimes cometidos na Terra de Santa Cruz! No rigor da palavra e com crueldade desumana, os indígenas, quase varridos do cenário nacional, e os negros, aviltados e esmagados, pelo genocídio brasileiro.

Não haverá reconciliação, neste país, sem reparação às nações indígenas e aos povos da bela e grande raça negra.

## RESUMO

O presente trabalho aborda a criação e o funcionamento de instituições prestadoras de serviços à população, muitas vezes denominadas de “centros sociais”. O estudo sobre esse tema nos leva a indagação sobre até que ponto a utilização dessas obras são uma alternativa válida no atendimento de carências sociais. A intenção é realizar a análise sobre essas entidades e entender como essa forma de prestação de serviços pode interferir na sociedade brasileira. Para tanto, foi abordada a trajetória do clientelismo em nosso país, suas rupturas, continuidades e transformações.

Nos centros sociais são disponibilizados serviços permanentes, independentemente de ser época eleitoral ou não. Assim sendo, é prática constante os políticos oferecerem benesses. Nesse sentido, podemos perceber que quando o Estado não fornece os serviços mais elementares na área social, a população carente procura outras formas de suprir essa deficiência, recorrendo a políticos que utilizam o clientelismo como forma de obter ganhos eleitorais.

Tendo em vista as eleições, muitos candidatos começam a se preocupar em fazer algum tipo de trabalho que possa ser apresentado à população como sendo parte de seu interesse pelo social. Nesse sentido, os centros sociais acabam sendo usados como um eficiente instrumento de projeção e propaganda pessoal.

Palavras-chave: centro social, Baixada Fluminense, clientelismo, eleições.

## ABSTRACT

The present paper tackles the creation and functioning of service provider institutions for the population, very often called “social centers”. The study on this subject leads us to question until where the use of these centers is a valid alternative in the assistance of social needs. The intention is to carry out the analysis on these entities and to understand as this form of services rendered can interfere in Brazilian society. For so much, the trajectory of the “clientelismo” was studied in our country, its breaks, continuities and transformations.

In social centers constant services are made available, regardless being electoral time or not. Thus, it’s a constant practice for politicians to offer services. In this sense, we can realize that when the State does not supply the most elementary services in the social area, the wanting population looks for other forms of providing for this deficiency, resorting to politicians who use “clientelismo” as a form of obtaining electoral profits.

Having in mind the elections, many candidates begin to worry about doing some type of work that could be presented to the population as being a part of his interest for social matters. In this sense, social centers end up being used like an efficient instrument of personal projection and propaganda.

Keywords: social center, Rio de Janeiro State Lowland, “clientelismo”, elections.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, deram sua ajuda e contribuição para que este trabalho fosse realizado. Agradeço as sugestões para o meu projeto de tese, apresentadas por meus colegas de turma das disciplinas de Seminário de Orientação de Tese I e Seminário de Orientação Tese II, e também a contribuição do professor Luiz Pedone, que ministrava a disciplina. Em especial, agradeço ao nosso querido colega de turma, que já não está mais entre nós, Marco Antonio Cavalcanti da Rocha, que contribuiu com brilhantes sugestões e com empréstimo de material, além da atenção e carinho com que tratava a todos. Agradeço aos professores Carlos Henrique Aguiar Serra e Cristina Buarque de Hollanda, que acompanharam a banca de avaliação do projeto de pesquisa e a banca de qualificação. Agradeço a todos os que se dispuseram a dar entrevistas, tanto os vereadores, como os utilizadores dos centros sociais. Agradeço a minha irmã, Marlene da Silva Paulo, que muitas vezes ajudou-me na construção e correção dos textos. De forma muito especial, agradeço ao meu orientador, Claudio de Farias Augusto, por sua dedicação, atenção e compromisso.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO 1: OS CENTROS SOCIAIS E O CLIENTELISMO NO BRASIL REPUBLICANO</b> .....	17
A) OS CENTROS SOCIAIS E O CLIENTELISMO .....	17
1. O CLIENTELISMO NO BRASIL .....	17
2. CENTROS SOCIAIS: UMA FORMA DE CLIENTELISMO MODERNO .....	24
3. CENTROS SOCIAIS: UMA RELAÇÃO DE TROCA ASSIMÉTRICA .....	28
B) O IDEÁRIO REPUBLICANO, A HERANÇA POLÍTICA BRASILEIRA E A NECESSIDADE DE MUDANÇAS .....	31
1) O IDEÁRIO REPUBLICANO .....	31
2) A HERANÇA POLÍTICA BRASILEIRA .....	36
3) A IMPORTÂNCIA DE UMA REPÚBLICA PARTICIPATIVA NO BRASIL .....	46
<b>CAPÍTULO 2: A BAIXADA FLUMINENSE</b> .....	54
A) BREVE HISTÓRICO DA BAIXADA FLUMINENSE .....	54
B) A BAIXADA NOS DIAS DE HOJE .....	61
C) A CIDADE DE DUQUE DE CAXIAS .....	67
1. A FIGURA DE TENÓRIO CAVALCANTI .....	71
2. ZITO E TENÓRIO .....	74
D) A CIDADE DE NOVA IGUAÇU .....	77
<b>CAPÍTULO 3: OS CENTROS SOCIAIS SÃO UM PROBLEMA?</b> .....	83
A) O PODER PÚBLICO E A LEGISLAÇÃO ELEITORAL .....	83
B) A IMPRENSA E OS CENTROS SOCIAIS .....	94
<b>CAPÍTULO 4: CENTROS SOCIAIS E SERVIÇOS PRESTADOS POR POLÍTICOS EM NOVA IGUAÇU E DUQUE DE CAXIAS</b> .....	103
A) SERVIÇOS PRESTADOS POR VEREADORES EM NOVA IGUAÇU .....	103
B) SERVIÇOS PRESTADOS POR VEREADORES EM DUQUE DE CAXIAS .....	112

C) A ATUAÇÃO DOS VEREADORES DE NOVA IGUAÇU .....	120
D) A ATUAÇÃO DOS VEREADORES DE DUQUE DE CAXIAS .....	126
<b>CAPÍTULO 5: A RELAÇÃO ENTRE O POLÍTICO E O ELEITOR .....</b>	<b>140</b>
A) OS CENTROS SOCIAIS SÃO IMPORTANTES? .....	140
B) CENTROS SOCIAIS E OBTENÇÃO DE VOTOS .....	146
C) O OLHAR DAQUELES QUE UTILIZAM OS CENTROS SOCIAIS .....	149
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>159</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>164</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>172</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é verificar as diversas benesses oferecidas por políticos, em especial analisar o funcionamento dos chamados *centros sociais*<sup>1</sup>. O estudo a respeito desse tema nos leva à indagação sobre até que ponto a utilização dessas obras são uma alternativa válida no atendimento de carências sociais. A intenção é analisar a atuação de políticos prestadores de serviços e observar até que ponto esse tipo de atuação pode contribuir em um futuro desempenho eleitoral.

Nos centros sociais são oferecidas diversas benesses à população. Como a área da saúde é a mais deficiente, na maior parte dos casos, as atividades são voltadas para esse setor. Nesse sentido, podemos perceber que a falta dos serviços mais elementares na área social, leva a que a população procure outras formas de suprir sua carência, recorrendo a políticos utilizadores da prática do clientelismo.

Com a construção dos centros sociais, podemos observar que houve uma mudança na prática adotada pelos políticos. Por meio deles é possível constatar não só a intermediação do político entre o eleitor e o poder público – através da concessão de emprego, de vaga em hospital, de vaga em escola... – ou a concessão de benefícios pessoais. Através dos centros sociais é possível perceber que os políticos mantêm uma instituição “permanentemente” prestando serviços à população.

Dentro desse quadro, se destaca a situação da Baixada Fluminense. Por ter problemas nas áreas de saúde, transporte, educação, moradia, saneamento básico, segurança etc., a Baixada é um ambiente propício para a prática da clientela. Um ambiente de abandono favorece a busca de proteção, a troca de favores, o clientelismo.

---

<sup>1</sup> Na pesquisa apresentada o termo “centro social” é utilizado para denominar locais, pertencentes a políticos, que são utilizados para prestar atendimento à população nas mais diversas áreas, oferecendo serviços de saúde, de educação, de esporte, etc.

Assim sendo, podemos observar que nos centros sociais são oferecidos vários serviços à população, dentre eles podemos citar: atendimento médico e odontológico; atendimento jurídico; atendimento fisioterápico; atendimento psicológico; cursos de artesanato, informática, inglês e espanhol; exames laboratoriais e de alta complexidade; etc. Além dos centros sociais, há também outras formas de prestação de serviços fornecidas por políticos, como por exemplo: ajuda para obtenção de emprego, doação de camisas para time de futebol, doação de cestas básicas, empréstimo de ônibus para levar as pessoas a enterros, dentre outras atividades.

Levando em conta a extensão e complexidade do tema, para fazer um exame sistemático da atuação dos políticos locais, foi feito um recorte. Foram escolhidos dois municípios representativos da Baixada Fluminense: Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Além disso, devido à infinidade de serviços prestados por políticos na região, como objeto de análise, foi escolhida apenas a atuação dos vereadores das respectivas cidades.

Para obtenção de informações, foram utilizadas notícias de jornais, dados retirados dos sites das Câmaras Municipais de Duque de Caxias e de Nova Iguaçu e um questionário com perguntas de ordem pessoal e perguntas mais específicas, voltadas para a visão e atuação dos vereadores no município em que trabalham. As perguntas específicas foram as seguintes:

1. Quais são as principais carências do município?
2. Patrocina ou patrocinou centros sociais? Quantos? Onde? Qual o nome do centro?
3. Quais as atividades desenvolvidas pelo centro social?
4. Por que o Senhor(a), resolveu construir um centro social?
5. Caso não possua um centro social, acha importante o seu funcionamento? Por quê?  
Pensa em construir um centro algum dia?
6. Além dos centros, realiza ou realizou algum outro tipo de prestação de serviço à população? Qual?

Além dos vereadores, também foram entrevistadas pessoas que fizeram uso dos serviços oferecidos nos centros sociais. As perguntas utilizadas foram as seguintes:

1. Nome completo
2. Endereço
3. Data de nascimento
4. Grau de escolaridade
5. Profissão
6. Você já utilizou serviços de centros sociais pertencentes a políticos? Quais políticos?
7. Que tipo de serviço você utilizou no centro social?
8. Você acha importante a existência de centros sociais? Por quê?
9. Em sua opinião, por que um político mantém um centro social?
10. Você votou no político que mantinha o centro social que você utilizou? Por quê?

Para realização das entrevistas foram utilizadas técnicas qualitativas, em especial foi usado o método de “entrevistas em profundidade”. De acordo com Luciana Veiga e Sonia Maria Gondim (2001: 5), as entrevistas em profundidade apresentam-se como as mais pertinentes quando a intenção é se aproximar da realidade social e política e das representações que o eleitor constrói delas. “A entrevista em profundidade tem um caráter subjetivo, o que torna necessário que toda interpretação deva levar em consideração a perspectiva da pessoa analisada. Sua vida e seu mundo só podem ser entendidos a partir ‘de seus olhos’” (VEIGA e GONDIM, 2001: 5).

Além disso, destacam Veiga e Gondim, as entrevistas podem apresentar diferentes níveis. Existem aquelas que seguem um roteiro rígido e restringem as possibilidades de aprofundamento e de abordagens variadas sobre o tema, não pertinentes às entrevistas em profundidade; e as entrevistas que adotam um roteiro flexível, o que favorece o diálogo com o entrevistado e ajuda a aprofundar aspectos importantes para a compreensão de seu pensamento e sentimento sobre o assunto em pauta.

Nesse sentido, as perguntas de um questionário podem ser fechadas ou abertas. Como as perguntas fechadas contêm categorias ou alternativas de resposta delimitadas, ou seja, apresentam-se às pessoas as possibilidades de resposta e eles devem restringir-se a elas, as perguntas abertas são mais adequadas à proposta em estudo. “As perguntas abertas [...] servem em situações onde se deseja produzir uma opinião ou os motivos de um comportamento” (SAMPIERI E, COLLADO E LUCIO, 1991: 289).

Portanto, para análise das opiniões dos entrevistados, foi utilizado um questionário, com perguntas abertas, tanto nas entrevistas com políticos, como nas entrevistas com as pessoas que fazem uso dos serviços oferecidos pelos centros sociais.

A partir da análise sobre a atuação dos vereadores em Duque de Caxias e Nova Iguaçu, vale a pena realizar uma reflexão sobre a política e a motivação daquele que assume essa atividade.

Devido à abrangência do significado do termo política, Weber (1968: 55) partirá do entendimento de política como “[...] apenas a direção do agrupamento político hoje denominado ‘Estado’ ou a influência que se exerce em tal sentido”.

Segundo Weber (1968: 56), o ponto peculiar na existência do Estado é o uso da coação física. Nesse sentido, o autor cita a seguinte frase, dita por Trotsky: “Todo Estado se funda na força”. É evidente que a violência não é o único mecanismo de que se vale o Estado, mas é seu instrumento específico.

Em geral, não se reconhece o direito de grupos ou indivíduos fazerem uso da violência, a não ser nos casos em que é permitido pelo Estado. Assim sendo, o Estado passa a ser a única fonte do 'direito' à violência. Nesse sentido, pode-se entender por política o conjunto de esforços realizados no sentido de alcançar a participação no poder, seja entre Estados ou no interior de um único Estado (WEBER, 1968: 56).

Desse modo, afirma Weber (1968: 57), qualquer homem que se dedique à política aspira ao poder, seja porque o considere importante para realização de outros fins, ideais ou egoístas, seja porque deseja o poder pelo poder. A política concede, antes de tudo, o sentimento de poder.

A consciência de influir sobre outros seres humanos, o sentimento de participar do poder e, sobretudo, a consciência de figurar entre os que detêm nas mãos um elemento importante da história que se constrói podem elevar o político profissional, mesmo o que só ocupa modesta posição, acima da banalidade da vida cotidiana (WEBER, 1968: 105).

Dessa forma, Weber (1968: 106) destaca três qualidades necessárias a um homem para adquirir o direito de possuir o poder político: paixão, sentimento de responsabilidade e senso de proporção. Paixão, afirma o autor, no sentido de um propósito a realizar, isto é, de dedicação a uma causa. Além da paixão, um líder político deve possuir sentimento de responsabilidade e um senso de proporção. Isso significa “[...] que ele deve possuir a faculdade de permitir que os fatos ajam sobre si no recolhimento e na calma interior do espírito, sabendo, por consequência, *manter* à distância os homens e as coisas” (WEBER, 1968: 106). De acordo com Weber (1968:107), um dos mais comuns inimigos do homem político é o *sentimento de vaidade*. A vaidade é inimiga mortal de qualquer dedicação a uma causa. É inimiga do recolhimento e do afastamento de si mesmo. Certamente, ela é algo inerente a todas as pessoas. Da mesma forma, o desejo do poder, o “instinto de poder” é uma das qualidades normais do político. A falha contra o Espírito Santo de sua vocação, destaca Weber, consiste em um desejo de poder, que, não tendo qualquer objetivo, em vez de se colocar apenas a serviço de uma ‘causa’, não consegue passar de motivo de exaltação individual.

O autor (1968: 64-65) afirma ainda que há duas formas de exercer política. Pode-se viver ‘para’ a política ou pode-se viver ‘da’ política. Segundo Weber, nada há de exclusivo nessa prática, geralmente a pessoa realiza as duas coisas simultaneamente. Aqueles que vivem “para” a política a transformam em seu “principal objetivo”, seja porque encontram satisfação na simples posse do poder, seja porque essa atividade lhes permite exprimir valor pessoal, pondo-se a serviço de uma “causa” que fornece significado às suas vidas.

Sob este aspecto, Weber (1968: 65) ressalta que todo homem sério, que vive para uma causa, vive também dela. Portanto, o aspecto econômico é extremamente importante na distinção do homem político. Aquele que vê na política uma constante fonte de rendas, podemos dizer que “vive da política” e, no caso contrário, diremos que “vive para a política”.

Weber (1968: 108) ressalta também que o resultado derradeiro da atividade política poucas vezes corresponde ao propósito original do agente. No entanto, o autor afirma que essa constatação não deve servir de pretexto para que o político aja sem dedicação a uma causa, causa esta que dependerá das convicções pessoais de cada um.

Além disso, Weber realiza a discussão sobre a ética da convicção e a ética da responsabilidade. Enquanto a ética da convicção coloca seu ideário como uma meta a ser atingida, independentemente dos transtornos que possam ocorrer, a ética da responsabilidade dá ênfase às consequências da ação. A diferenciação entre os dois conceitos pode ser melhor entendida através do exemplo dado por Weber (1968: 113-114):

Quando as consequências de um ato praticado por pura convicção se revelam desagradáveis, o partidário de tal ética não atribuirá responsabilidade ao agente, mas ao mundo, à tolice dos homens ou à vontade de Deus, que assim criou os homens. O partidário da ética da responsabilidade, ao contrário, contará com as fraquezas comuns do homem (pois, como dizia muito precedentemente Fichte, não temos o direito de pressupor a bondade e a perfeição do homem) e entenderá que não pode lançar a ombros alheios as consequências previsíveis de sua própria ação. Dirá portanto: “Essas consequências são imputáveis à minha própria ação”.

De acordo com Weber (1968: 107), há duas espécies de pecado mortal em política: não defender causa alguma e não possuir sentimento de responsabilidade. Para ele (1968: 122), a ética da convicção e a ética da responsabilidade não se opõem, elas se completam e, juntas, compõem o homem autêntico, ou seja, um homem que pode almejar à “vocação política”.

O presente estudo está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo, foi realizada uma análise teórica sobre o clientelismo e, partindo da reflexão sobre o ideário republicano, buscou-se retratar a herança política herdada de Portugal e sua liga o com a nossa prática nos dias de hoje. O segundo capítulo fornece um breve panorama sobre a Baixada Fluminense, ressaltando seus aspectos históricos e políticos. Coloca-se em destaque a abordagem sobre os municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias. No terceiro capítulo, foi realizada uma breve reflexão sobre a responsabilidade e incumbência do poder público. Além disso, procurou-se evidenciar a legisla o eleitoral relacionada ao funcionamento dos centros sociais e a forma como a imprensa retrata esse tipo de serviço. No quarto capítulo, para análise da presta o de serviços realizados por políticos nos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, foi tomada como base a atua o dos vereadores dos dois municípios. No quinto capítulo é retratada a opinião dos vereadores sobre a importância de centros sociais e outras formas de serviços prestados   popula o. Além disso, é apresentada a visão dos que fazem uso de centros sociais e sua compreensão sobre o fornecimento desse tipo serviço.

## **CAPÍTULO 1**

### **OS CENTROS SOCIAIS E O CLIENTELISMO NO BRASIL REPUBLICANO**

No presente capítulo será feita uma relação entre a concepção teórica de clientelismo e a prática da clientela realizada nos centros sociais. Além disso, partindo do ideário republicano, foi feita uma análise sobre a herança política herdada de Portugal e suas implicações em nosso país. Ao mesmo tempo, buscou-se ressaltar a importância da participação cidadã na república brasileira.

#### **A) OS CENTROS SOCIAIS E O CLIENTELISMO**

Ao fazer uso de uma abordagem teórica sobre clientelismo, propõem-se a verificação de como, dentro de um quadro conceitual mais amplo, podemos pensar a implantação dos centros sociais.

## 1. O CLIENTELISMO NO BRASIL

Ao estudar o fenômeno do clientelismo deve-se levar em conta sua trajetória, persistência e transformação. A prática clientelista muitas vezes foi associada ao Brasil rural. No entanto, mesmo com algumas mudanças e adaptações, permanece viva com a urbanização.

A abordagem das práticas clientelistas nos remete a um aprofundamento do conceito de clientelismo e a sua relação com outras práticas afins. Para tanto, é importante que sejam observadas as diferenças entre os conceitos de clientelismo, coronelismo e mandonismo.

O regime representativo, no período colonial, com exceção da eleição de representantes às Cortes Portuguesas, estava limitado à composição das câmaras municipais. A questão eleitoral não era de interesse central para a coroa, pois esta controlava toda a administração então vigente através de autoridades de sua livre escolha. Devido a isso, destaca Vítor Nunes Leal (1978:252), a freqüente submissão da metrópole à arrogância do senhoriato rural e, depois, o esforço utilizado para compor-se com ele, explicam-se pela insuficiência do poder público. O latifúndio monocultor escravista representava, a essa época, verdadeiro centro de poder na Colônia – poder econômico, social e político (LEAL, 1978: 68).

O mandonismo existe desde o início da colonização:

Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política (CARVALHO, 1995: 3).

Para Vítor Nunes Leal, o coronelismo seria um momento particular do mandonismo. Seria o momento em que os mandões estavam perdendo força e, por isso, tinham que recorrer ao governo. “Mandonismo, [...] sempre existiu. É um aspecto secundário do coronelismo, assim como o é o clientelismo” (CARVALHO, 1995: 4).

Segundo Maria Isaura Pereira de Queiroz (1975:155), o coronelismo tem sido considerado como uma forma específica de poder político brasileiro, que nasceu durante a Primeira República. Para Vítor Nunes Leal (1978: 20), corresponde a um compromisso, a uma troca de favores entre o poder público, que estava se fortalecendo, e os senhores de terras, que passavam por um período de declínio de influências. É um sistema político, uma rede de relações que perpassam todos os níveis de atuação política.

Em geral, nos diversos estudos, o coronelismo se apresenta como um fenômeno que ocorre no ambiente rural. Sua vitalidade, destaca Leal (1978:251), é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas – como o comércio e a indústria. O isolamento seria um fator de muita importância para sua formação e manutenção, pois significaria a ausência ou rarefação do poder público.

Com o advento da República, a extensão do direito de sufrágio deu importância fundamental ao voto da população rural. Tendo sob sua dependência boa parcela do eleitorado, houve o crescimento da influência política dos donos de terra. Segundo Nunes Leal (1978: 253), ao estimular a votação, nas eleições estaduais e federais, nos candidatos governistas, os dirigentes políticos do interior fazem-se credores de especial recompensa, que consiste em ficarem com as mãos livres para consolidarem sua influência no município.

Ainda para este autor (1978: 254), o coronelismo, como sistema político, tem uma feição marcadamente governista. Era necessário que, naquele compromisso político, o governo estadual marcasse sua posição de “parte forte”. Para tanto, a utilização do dinheiro, dos serviços e dos cargos públicos era de grande eficácia no processo usual de ação partidária.

A ascendência do coronel, destaca Leal (1978:24), resulta, em grande parte, de sua qualidade de proprietário rural. As pessoas que tiram a subsistência das suas terras vivem no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono. É ao coronel a quem eles recorrem e de quem recebem os únicos favores que sua obscura existência conhece.

Dessa forma, podemos dizer que o coronel resume em sua pessoa importantes instituições sociais sem substituí-las. Daí decorre o fato de ele ser considerado um chefe local que comanda discricionariamente um considerável número de votos de cabresto. Essa força eleitoral acaba emprestando-lhe prestígio político.

O grau de influência do coronel sobre determinada região é outro importante fator a ser levantado. De acordo com Maria Isaura Pereira de Queiroz (1975: 156), um “coronel importante” era, assim, uma espécie de elemento sócio-econômico polarizador. Ao se indagar quem era determinada pessoa, obtinha-se a resposta que era gente de tal coronel. A identificação sobre a qual coronel a pessoa estava ligada dava uma noção completa sobre seu lugar social e econômico, além de sua posição política. O termo “gente” era utilizado para indicar indivíduo de nível inferior; a ligação com determinado coronel mostrava a posição em que o indivíduo se encontrava, ou seja, se estava em posição de apoio ao poder local, ou regional, ou contrário a estes, uma vez que ninguém desconhecia a atitude dos coronéis; a posição de determinado coronel em relação a outros, também era conhecida por todos; sendo seu apaniguado, a pessoa compartilhava de suas alianças e inimizades.

Para Queiroz (1975: 157), o poder político dos coronéis era medido através da extensão de seu domínio e da quantidade de votos que cada um dispunha em sua região, nas épocas de eleições. Ser coronel significava que a pessoa possuía o controle sobre um grande número de eleitores.

O compromisso coronelista consistia portanto:

Da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta branca ao chefe local governista [...] em todos os assuntos relativos ao município [...] (LEAL, 1978: 50).

Além do coronelismo, podemos citar a “Política dos Governadores” ou, como denominada por Campos Sales, a “Política dos Estados”. Com essa política, afirma Renato Lessa (1988:114), cada Estado ficou sob controle de um “grupo de exploradores privilegiados”. Não era preocupação do governo federal os métodos utilizados para perpetuação dessas facções no poder, uma vez que, da parte daquela instância de governo, o que interessava era o resultado daquelas relações. Assim sendo, não era considerado importante quais eram os procedimentos adotados pelas bancadas e os governos estaduais para serem eleitos. No plano federal, o que importava era sua ação em consonância com o poder central.

A vitória de Campos Sales e o estabelecimento da Política dos Governadores inauguraria uma nova estrutura política que poria fim à estabilidade da primeira década da República. Para tanto, esse novo pacto confinava os conflitos políticos à esfera estadual, eliminava os partidos nacionais, perpetuava as situações no poder e bloqueava qualquer possibilidade de ascensão das oposições (ALVES, 2003: 77).

Segundo a Constituição de 1891, destaca Lessa (1988: 105), cabia ao próprio Congresso a decisão final a respeito de sua composição, por meio da Comissão de Verificação de Poderes. A composição da Comissão era realizada da seguinte forma: após as eleições, ao iniciar-se a instalação da nova Câmara, ocupava a Presidência da casa o parlamentar mais idoso dentre os presumidamente eleitos. O presidente nomeava cinco deputados a fim de formar a comissão que decidiria sobre a legitimidade dos mandatos.

Campos Sales resolveu mudar o Regimento Interno da Câmara, alterando o critério de escolha do Presidente, que tinha a atribuição de nomear a Comissão de Verificação de Poderes. De acordo com o novo regimento, ele passou ser o mesmo da legislatura anterior. Além disso, pelo novo texto, a ata geral da apuração, assinada pela maioria da Câmara Municipal que coordenava a apuração eleitoral, torna-se o diploma. Dessa forma, com a primeira mudança, garantia-se a continuidade da direção política da Câmara. Além disso, afirma Lessa (1988:106), “As eleições já vêm praticamente decididas, antes que a Comissão delibere a respeito dos reconhecimentos”. Na verdade, destaca o autor (Lessa, 1988: 106), a Comissão funciona como uma garantia extra a fim de impedir o acesso de inimigos ao parlamento. Na maioria dos casos, já era feita a degola da oposição na expedição dos diplomas realizada pelas juntas apuradoras, sob o controle das situações locais.

Segundo Edgard Carone (1971: 177), a nova fórmula significou o apoio aos situacionismos estaduais, uma vez que a Ata Geral da apuração era entendida como diploma, o êxito da eleição dependia que cada junta apuradora assinasse os diplomas de seus correligionários. “O diploma assinado pela maioria da junta legal é o diploma conferido aos candidatos dos partidos governamentais” (CARONE, 1971: 178).

Além do coronelismo e da Política dos governadores, destaca Edson Nunes (1997: 33), o clientelismo tem sido visto por alguns autores como uma das características da República Velha e do Brasil arcaico. No entanto, ressalta o autor, permanece bastante vivo, até nos mais modernos centros urbanos do país. “O clientelismo se manteve forte no decorrer de períodos democráticos, não definhou durante o período do autoritarismo, não foi extinto pela industrialização e não mostrou sinais de fraqueza no decorrer da abertura política” (NUNES, 1997: 33).

Segundo José Murilo de Carvalho, autores que afirmam que o coronelismo acontece também no meio urbano, estão falando na verdade sobre clientelismo. Nesse caso, as relações clientelistas dispensam a presença do coronel, elas ocorrem entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. “Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças a sua capacidade de influir no Poder Executivo” (CARVALHO, 1995: 15).

Para Carvalho (1995: 5), é possível afirmar que o clientelismo cresceu após o fim do coronelismo e que ele vai crescendo também com o decréscimo do mandonismo. À proporção em que os chefes políticos locais não detêm mais o controle sobre os votos da população, deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores. Através da mediação dos políticos, transfere-se para os eleitores a relação clientelista.

Ao abordar duas lideranças dos anos 70, Eli Diniz (Cebrap, 1982: 21-22) realiza a comparação entre Chagas e Maluf, que certamente se firmaram como chefes de poderosas máquinas partidárias nos dois estados mais urbanizados e mais desenvolvidos do país: São Paulo e Rio de Janeiro. Ambos utilizaram o clientelismo, ou seja, a prática do favor e a arte da sedução política como elementos centrais de uma estratégia voltada basicamente para a conquista e a preservação do poder.

Assim sendo, destaca Diniz (Cebrap, 1982: 22), nos dois casos foram utilizados os mesmos recursos para angariar adeptos e conquistar apoio. Dentre os quais podemos ressaltar a compra de lealdades, a cooptação e a manipulação de expectativas de ganhos pessoais e de obtenção de vantagens particulares. Além disso, fez-se uso do nepotismo, da instrumentalização do bem público, do patrocínio de interesses privados e do tráfico de influências para favorecer correligionários e consolidar laços de fidelidade.

O clientelismo acontece não apenas na relação entre candidato e eleitor, mas perpassa de alto a baixo a esfera política. Ao realizar a análise da trajetória de dois políticos do interior do Rio de Janeiro, Bruner Titonelli Nunes (2005: 34), a partir de seus depoimentos, levanta a questão do relacionamento entre o executivo e legislativo municipal.

Segundo Santos, ele possuía uma relação bem próxima aos vereadores, que tinham livre acesso ao seu gabinete. Santos repassava R\$ 500,00 por mês para cada vereador e esse dinheiro deveria ser usado para comprar remédio para a “população pobre”, com isso cobriria-se os medicamentos que estivessem em falta no posto de saúde. Não procurei maiores informações sobre o modo como esse dinheiro era gasto, mas o vereador possuía independência para a destinação dessa verba. Para Santos essa era uma forma importante de construção de apoio [...]. Santos afirmou que no relacionamento com os vereadores era necessário lhes dar condições de fazerem “política”, e ressaltou a importância de manter um bom relacionamento e de ter maioria na câmara, falando do poder dos vereadores em conjunto que poderiam travar iniciativas do executivo.

Por outro lado, há também o interesse do vereador em apoiar “o prefeito para, em troca, conseguir obras para o bairro de sua influência, deixando bem claro para os moradores da ‘sua’ localidade que as obras só foram realizadas porque ele conseguiu que fossem, graças ao seu empenho pessoal” (PAULO, 1998: 38).

Numa sociedade complexa como a brasileira, destaca Edson Nunes (1997: 32), o clientelismo repousa num conjunto de redes personalistas que se estendem aos partidos políticos, burocracias e *cliques*. As redes envolvem uma pirâmide de relações que atravessam a sociedade de alto a baixo, dos mais altos escalões até as localidades.

Em meio a persistências e continuidades, para adaptar-se à contemporaneidade, a prática do clientelismo vem passando por mudanças e transformações. Dentro desse quadro, podemos incluir a utilização dos centros sociais com o objetivo de obtenção de votos. Para Ellen Zacarias, os centros seriam “a ‘nova’ face do clientelismo político”.

Segundo Ellen Zacarias (2005: 27), na região onde se localiza um centro social a votação no político responsável pela entidade assistencial é mais expressiva. De acordo com a autora (2005: 46), a não adesão a essa prática pode significar perda de eleitorado, uma vez que a maioria dos votos de vereadores que possuem entidades assistenciais estão localizados nas áreas em que funcionam seus centros sociais.

A presença desses centros nessas áreas, aliada à grande quantidade de pessoas atendidas – cerca de mais de trezentas pessoas por dia – leva a um alto reconhecimento, por parte da população, do trabalho desenvolvido pelo vereador. Conforme veremos no perfil eleitoral, esse reconhecimento reverte-se no voto, dando a esses políticos uma concentração eleitoral nessas áreas de atendimento (CHERMONT, 2001: 91).

No entanto, ao se destacar que na região onde o político tem seu centro social a sua votação é mais expressiva, não se quer dizer que a construção de um centro é garantia de sucesso nas urnas. Muitas pessoas que possuem tais obras não conseguem se eleger. O

que se quer enfatizar é apenas a contribuição que os centros sociais podem dar na obtenção dos votos dos políticos que os mantêm.

## **2. CENTROS SOCIAIS: UMA FORMA DE CLIENTELISMO MODERNO**

Mainwaring (2001: 227) realiza a distinção entre o clientelismo tradicional e o clientelismo moderno. O clientelismo tradicional era assentado em uma sociedade agrária, implicando a troca de favores entre pessoas que mantinham intenso contato pessoal. Já o clientelismo moderno, apesar dos laços pessoais entre patrões e clientes, frequentemente inclui intermediários e se fundamenta em uma sociedade predominantemente urbanizada.

No clientelismo moderno podem ser observadas uma quantidade maior de opções oferecidas ao cliente do que no modelo tradicional. Existe um grande número de padrinhos na disputa pelo voto popular, com isso os clientes dispõem de uma gama de opções que antes lhes faltava. A lealdade pessoal tem que ser recompensada de forma contínua, pois os clientes podem negociar com uma multiplicidade de padrinhos (MAINWARING, 2001: 227).

No clientelismo moderno, os políticos profissionais e os intermediários controlam uma ampla gama de bens públicos. Ao contrário do que diz a literatura comparada sobre o clientelismo contemporâneo, depois de 1985, as redes de clientela no Brasil não se orientam para os partidos, ou são por eles controladas, mas para os indivíduos. As nomeações para cargos burocráticos são atribuições dos políticos e não dos partidos. Os cidadãos e os interesses organizados procuram os políticos individualmente atrás de favores, mas mesmo que esses grupos e pessoas sejam fiéis a um político (o que nem sempre acontece), o político não é necessariamente fiel ao seu partido (MAINWARING, 2001: 227).

George Avelino Filho (1994: 225) caracteriza o clientelismo levando em conta três estágios de desenvolvimento político: sociedades tradicionais, sociedades em transição e sociedades politicamente desenvolvidas. Segundo ele, o Brasil estaria situado no segundo caso.

De acordo com Avelino Filho (1994: 226), de modo geral, as sociedades tradicionais podem ser caracterizadas pelos partidos dos “notáveis”; pela dependência dos recursos pessoais do patrono, o que acarretaria a existência de um poder quase doméstico; e o caráter afetivo da relação. Haveria um estágio de transição, onde o poder pessoal dos “notáveis” enfraquece-se, passando os recursos a terem uma origem predominantemente estatal; surgindo, assim, uma maior organização dos partidos políticos, que disputam posições no aparelho do Estado a fim de manipular os recursos públicos. Além disso, ganham um aspecto mercantil as relações entre o patrono e o cliente. Em um estágio mais desenvolvido, nas “sociedades mobilizadas” constata-se a presença de partidos ideológicos e de massa, existe a possibilidade de planejamento e execução de políticas a longo prazo, ocorre a legitimação do sistema político levando em conta valores públicos e universais.

Após a desorganização da sociedade dos “notáveis”, as instituições ainda são frágeis e não conseguem agregar e representar o interesse coletivo. Em substituição aos antigos “notáveis”, surgem as máquinas clientelistas para ocupar esse vazio institucional. Portanto, devido à incapacidade das instituições atenderem à diversidade de demandas, que passam a incidir sobre o aparelho do Estado, surgem as “máquinas políticas”. A política clientelista “moderna” sobrevive a partir de sua capacidade de substituir antigos laços de lealdade pessoal pela oferta de benefícios materiais.

O termo máquina política, destaca Eli Diniz (1982: 24), inicialmente tinha um sentido muito restrito, expressando formas espúrias de organizações políticas, contrastando com partidos e clubes políticos que fizessem uso de meios legítimos de atuação. Sua ação é pautada por interesses pessoais, desconsiderando-se quaisquer preocupações de ordem mais geral, voltadas à defesa dos interesses coletivos e do bem público. “Finalmente, as técnicas típicas da máquina seriam o suborno, a corrupção, a fraude, a coação, ou ainda a manipulação eleitoral” (DINIZ, 1982: 24).

Segundo Eli Diniz (1982: 214), o clientelismo tradicional é caracterizado por um forte conteúdo personalista. Assim sendo, ocorre a troca direta entre representante e representado, baseada em contatos pessoais. Solicitações de natureza individual ou do conjunto de moradores de áreas incluídas nas zonas onde o político é influente lhe são enviados sistematicamente.

Ainda de acordo com Diniz, um segundo conjunto de políticos clientelistas posicionam-se na condição de porta-vozes de categorias sociais específicas, corporativas, profissionais ou religiosas.

Aqui, exploram-se também as motivações associadas à conquista de benefícios imediatos e diferenciados. Trata-se, porém, de questões que mantêm estreita correspondência com os interesses restritos do grupo com o qual o eleitor se identifica. Predominam não mais os ganhos pessoais, senão que benefícios que revertem em favor do conjunto da categoria. Em outros termos, em substituição às solicitações individuais, demandas grupais assumem o primeiro plano. [...] Dessa forma, o clientelismo não implica necessariamente o caráter individual dos favores concedidos (DINIZ, 1982: 217).

Nos dias de hoje, com a criação, utilização e propagação dos centros sociais, podemos observar que a manutenção desse tipo de serviço é mais uma das estratégias clientelistas utilizadas por políticos, tendo em vista a obtenção de ganhos eleitorais.

Segundo Sandro Gripp Chermont, o vereador sabe que sua postura não é de desprendimento e que o processo leva à população a entender que o benefício deve ser pago com o voto. “Isso fica claro quando um vereador diz que se não for eleito não terá como manter o centro e terá de fechá-lo” (CHERMONT, 2001: 95).

No entanto, Elisio Lenardão (2006:112) parte do pressuposto de que a formação da clientela não se dá apenas com a simples e imediata barganha do voto, sendo necessária uma aproximação mais cuidadosa e trabalhada junto ao eleitor-cliente, a fim de que ele seja cativado, cooptado. A compra do voto pode ajudar, inicialmente, quando da montagem de uma clientela e reforçar as já existentes, mas não é suficiente como instrumento de sustentação do clientelismo. A pessoalização da relação política, destaca Lenardão (2006: 132), é indispensável na formação de clientelas. É a proximidade pessoal, o contato direto, que permitem criar e sustentar vínculos de “compadrio”, de “compromisso pessoal”, de “amizade”, indispensáveis à estruturação de clientelas.

Invertendo a ordem da construção do vínculo, enfatizam, algumas vezes, que a “amizade” com o político e com membros de sua família seria a grande razão para o compromisso político mantido com ele, mais do que o débito por “favores” prestados pelo político às famílias dos entrevistados. Acabam interpretando as “ajudas” menos como “favor” e mais como ato gratuito derivado da relação de amizade que mantêm [...]. Nessas interpretações a “amizade” é que aparece como motivadora do vínculo de clientela (LENARDÃO, 2006: 112).

Sob essa perspectiva, Lenardão (2006: 120) destaca a expectativa de contato pessoal, de “reconhecimento” pessoal, por parte do eleitor-cliente. Para esse tipo de eleitorado, ressalta o autor, o político que “presta” é aquele que o cumprimenta, que “olha em seu olho”, que lembra seu nome.

Nesse sentido, Ana Lucia Peres Leal (2005: 42), ao analisar a trajetória de Francisco Dornelles, também destaca o tipo de relação que o político tenta construir com seus interlocutores: “Ele é sempre referido como uma pessoa simples, que gosta de estar no meio do povo, que gosta de ‘comer pastel e pão com linguiça’, conversando e, principalmente, ouvindo as pessoas do lugar”.

De acordo com Ellen Zacarias (2005: 30), um aspecto interessante a ser citado é como os vereadores se apresentam para a população das formas mais diferentes, tentando agradar os mais variados grupos sociais. No intuito de obter mais “intimidades” com seus eleitores, os parlamentares usam variados recursos. O mais comum é colocar no final de seus nomes identificação com sua profissão, área comercial, localidade em que moram, entre outros. Fazem uso também de seus nomes no diminutivo, com as terminações de “inho”, objetivando tornarem-se mais familiarizados ao eleitor.

### **3. CENTROS SOCIAIS: UMA RELAÇÃO DE TROCA ASSIMÉTRICA**

Luiz Henrique Bahia (2003: 116) realiza uma análise do fenômeno clientelístico sob uma nova perspectiva, menos ligada à literatura que estuda o clientelismo no Brasil vinculado à formação ibero-americana e o interpreta como um fenômeno decorrente do nosso subdesenvolvimento político. O autor (2003: 117) afirma:

Não pretendo negar essas interpretações. Apenas tentar fazer uma nova leitura e encontrar outra explicação para o fenômeno das trocas políticas assimétricas/clientelistas ao modelá-lo sob a perspectiva da teoria da troca e da teoria dos jogos.

Bahia (BAHIA, 2003: 3-4) utiliza autores como Simmel, que parte do pressuposto de que a maior parte das relações entre os homens se dá em termos de troca, e Homans, que afirma que as instituições se baseiam nos mesmos princípios de troca que o comportamento interpessoal, apenas aumentando o grau de complexidade das trocas (BAHIA, 2003: 17).

A partir desse entendimento, Bahia (2003: 116) realiza uma análise histórica do clientelismo. Destaca que o fenômeno atravessou séculos, da Antiga Grécia aos tempos industriais e permaneceu como mecanismo de troca e de reciprocidade de natureza assimétrica, desempenhando função básica de cimento nas sociedades passadas e atuais.

Bahia (2003: 103) define o clientelismo como um fenômeno singular de relações de trocas assimétricas, entendendo “por simetria as trocas em equilíbrio e por assimetria as situações de desequilíbrio” (2003: 31).

Sendo de caráter hierárquico, afirma Bahia (2003: 104), a permuta clientelística destaca o papel do patronus, dominante e influente, sobreposto ao cliente. Segundo o autor (2003: 105), podemos perceber a tipologia patronus-cliente nas grandes corporações capitalistas, tal como nos partidos e nas burocracias de associações de todos os tipos. Dessa forma, pode-se observar que o modelo clientelista, tradicional na história humana, persiste hoje bem mais caracterizado pela multiplicidade de organizações. “O clientelismo se enraíza intrinsecamente na hierarquia inerente a toda organização” (BAHIA, 2003: 105).

Seguindo a definição da maioria dos cientistas políticos, Mainwaring (2001: 226) define o clientelismo como restrito a relações patrão-cliente, caracterizando-se pelos seguintes aspectos: desigualdade, reciprocidade assimétrica, natureza não institucionalizada e relação face a face. Nas relações clientelistas, um parceiro é sempre mais poderoso do que o outro, sendo o mais fraco mais dependente da relação do que o mais poderoso, que controla o acesso do primeiro aos benefícios que este deseja obter. As relações clientelistas implicam também reciprocidade, ou seja, os dois lados oferecem alguma coisa e recebem algo em troca. No entanto, por serem assimétricas essas relações incluem domínio e o parceiro forte geralmente ganha mais do que o parceiro fraco, mas ambas as partes se beneficiam. Além disso, as relações clientelistas não se fundamentam em regras codificadas ou critérios universais. Ao contrário, a troca é pessoal e individualizada, ocorre através da barganha entre as duas partes.

Ao abordar o clientelismo, Angela Vieira Neves (2008:38) parte da definição em que o fenômeno é tido como um tipo de relação patrão-cliente, onde o primeiro dá proteção ao outro em troca de apoio, estabelecendo-se um laço de submissão pessoal. Tendo por base esta conceituação, Neves identifica os seguintes elementos, que atravessam as relações clientelísticas: a) é uma relação assimétrica [...]; b) é fundada no favor; c) é baseada na troca e/ou apoio pela ajuda recebida da parte do patrão.

No entanto, afirma Neves (2008: 38), essa interpretação é limitada. O clientelismo vai além da relação entre duas pessoas e não pode ser tido apenas como uma troca por bens econômicos e materiais, pois ocorre também a troca simbólica, uma ajuda, um apoio e poder de influência.

Apesar da troca de favores fortalecer a relação clientelista, ressalta Avelino Filho (1994: 229), o requisito fundamental não é tanto esse, mas sim a manipulação da esperança de futuros proventos. Dessa forma, podemos perceber que a relação permite: do lado do cliente, o surgimento de alguma esperança frente a necessidades futuras; do lado do patrono, a habilidade em manipular a esperança permitirá aumentar o máximo possível sua clientela com uma quantidade limitada de benefícios.

Karina Kuschnir, ao relatar a trajetória de uma vereadora na cidade do Rio de Janeiro, cita sua compreensão política sobre o papel que deve desempenhar:

Nessa crítica espontânea, Marta mostra com muita clareza que não concebe a idéia de um vereador que não precise empregar e “atender” as pessoas que os “ajudam” – os parentes, a “comunidade” e os “amigos”. “Tem que atender”, ela exclama (Kuschnir, 2000: 99).

A posse de um mandato é condição fundamental para ter acesso aos recursos públicos, sejam eles cargos, bens, obras, benefícios legais, burocráticos ou simbólicos. [...] Ter “acesso” é o que diferencia os parlamentares das demais pessoas. Apenas através da política, é possível adquirir conhecimento, “encontrar caminhos” e “abrir espaços” junto ao Poder Executivo. “A política é um meio facilitador de *acessos que não têm preço*”, afirma Marta. Poder econômico e poder político são de natureza distinta. Os “acessos” não podem ser comprados. Precisam ser conquistados através de um mandato e das alianças que o envolvem. Se eleito, o maior benefício obtido pelo político não é o dinheiro, mas sua posição de intermediário ou “facilitador” – isto é, alguém que detém os “acessos” na política (Kuschnir 2000: 88).

## **B) O IDEÁRIO REPUBLICANO, A HERANÇA POLÍTICA BRASILEIRA E A NECESSIDADE DE MUDANÇAS**

A partir do ideário republicano podemos pensar a caminhada de nosso país. Para tanto, foi feito um resgate de nossa herança política. Além disso, levando em conta a importância da atuação cidadã, destacou-se a necessidade do fortalecimento da participação em nossa república.

## **1. O IDEÁRIO REPUBLICANO**

Sergio Cardoso (2004: 45) relembra que o termo “República” se refere ao que pertence ao povo, ao que está ligado ao domínio público, o que é de interesse de todos ou comum aos cidadãos. Em oposição, está uma esfera de coisas e assuntos privados, ligados à alçada dos particulares, grupos, associações ou indivíduos. A república se estabelece, precisamente, pela necessidade de um espaço público, munido das ferramentas que garantem seu reconhecimento. Dessa forma, a palavra República não assinala apenas a ocorrência de uma esfera de bens comuns a um certo conjunto de homens, mas também o estabelecimento de um povo, suas instituições, regras de convivência e agências de administração e governo.

Dá-se o nome de República, destaca Cardoso (2004:45), sobretudo aos “regimes constitucionais”, aqueles em que as leis e regulações ordinárias, assim como as disposições do governo, postos acima de todos, protegem a sociedade dos interesses particulares, de toda vontade caprichosa ou arbitrária. Dessa forma, a palavra República nos leva também à ideia de “governo de leis”, de “império da lei” e mesmo de “estado de direito”. Tais expressões revelam, na sua interpretação mais imediata, a determinação de que os que mandam também devem obedecer.

Além disso, há que se destacar a importância que tem, no ideário republicano, o quesito da participação política, da inclusão de todos na efetivação do bem comum. Assim sendo, a proposta não é apenas que o poder seja contido por leis e se exerça para o povo, tendo em vista o bem comum, mas exige que seja exercido por todo o povo, ou pelo menos em seu nome, como nos casos em que se admite a representação política (CARDOSO, 2004: 46-47).

Cardoso (2004:58) realiza uma comparação entre os pressupostos da república e os pressupostos da democracia. Nas democracias, afirma o autor, existe a convicção de que a liberdade de todos, assegurada pela igual repartição dos poderes ou pela igual participação de todos na formação da autoridade soberana, neutraliza a singularidade dos interesses e produz o interesse comum. Enquanto a democracia pressupõe a liberdade de todos, através da igualdade política, como condição suficiente de produção das leis, a república pressupõe a liberdade de todos como constituída pelas leis. Ou seja, as repúblicas não consideram o povo como livre para produzir leis, mas sim o povo como livre por seu amor às leis.

Segundo Renato Janine Ribeiro (2000:13), nos acostumamos a fazer uso dos termos “república” e “democracia” como se pudessem ser utilizadas com o mesmo propósito. Os dois termos parecem exprimir o desfecho a que chegou o Ocidente moderno, em relação a organização política desejável. Obviamente, nós temos conhecimento que existem repúblicas que não são democráticas. No entanto, estas não devem receber o nome de república. Também existem democracias que são monarquias constitucionais, mas podemos afirmar que elas são até mais repúblicas que as repúblicas. Dessa forma, a oposição que pode existir entre os dois regimes se desmancha em nosso tempo, porque se subtende que se diferenciem as verdadeiras e as falsas repúblicas, as democracias autênticas e as de fachada. Entretanto, o autor afirma ser atraente retomar a oposição, uma vez que pode ser reveladora e colaborar para refletir ou até mesmo melhorar a política.

Renato Janine Ribeiro (2002: 17-18) ressalta que, no cerne de sua definição, a temática republicana possui diferença em relação à temática democrática. Dos pensadores republicanos de Roma a Montesquieu, destaca o autor, aparece como pressuposto a renúncia às vantagens privadas em favor da coisa pública. Esta atitude é decorrente de uma qualidade antinatural, uma vez que a nossa natureza nos levaria a seguir as propensões de nosso desejo para ter mais e mais. Assim sendo, pode-se dizer que enquanto a democracia tem no seu cerne o desejo da massa em igualar-se aos que possuem mais bens do que ela, podendo ser tida como um regime do desejo, a república tem no seu âmago uma disposição ao sacrifício, estabelecendo a supremacia do bem sobre os desejos particulares.

Pelo menos em tese, a democracia é o único regime onde ocorre a plena identificação entre quem manda e quem obedece. É a esse problema que a república oferece pelo menos um esboço de resposta. Ou seja, a república é uma construção romana que busca justamente responder à pergunta sobre os problemas que acontecem quando os mesmos que mandam devem obedecer (RIBEIRO, 2002: 20).

Assim sendo, é necessário insistir que o ideário republicano não implica em recusa ou afastamento dos ideais da democracia. Ao invés disso, podemos observar que a república incorpora as afirmações centrais do regime popular. Ao mesmo tempo em que reafirma a liberdade e igualdade dos cidadãos, reconhece que todos têm a responsabilidade pelo estabelecimento das leis (CARDOSO, 2004: 63).

O que a república quer lembrar à democracia é tão-somente a exigência da encarnação institucional (e não meramente procedimental – ou mesmo simbólica) e a dimensão social e histórica das formulações dos direitos. O que ela recorda ainda à democracia são as condições reais da produção e reprodução das leis, a exigência de que uma efetiva concertação ou acomodação dos interesses sustente a sua promulgação, visto que a democracia tende a tomá-las, nós o vimos, como produzidas imediatamente pela universalidade da participação, pelo recurso ao voto e à regra numérica da maioria, ou ainda apenas pela negação da particularidade, pela contestação *popular* da ordem estabelecida (CARDOSO, 2004:63-64).

Segundo Bignotto (2004: 19-20), falar em republicanismo implica falar em democracia. Tomadas em sua generalidade não há divergência quanto à centralidade do conceito de liberdade a ser ressaltada entre as duas correntes de pensamento.

Possivelmente, o grande obstáculo da concepção democrática foi articular a sua matéria do desejo – como a ideia do desejo das massas por terem mais – com a premência que elas não se restrinjam a tomar os bens, mas também que visem a conquista do poder. Isso significa que para ocorrer o acesso de todos aos bens, para que seja satisfeito o desejo de ter, é preciso tomar o poder, restando o desejo de mandar e o de ter, pois quando todos mandam, todos igualmente obedecem e, por conseguinte, devem cumprir a lei que provém de sua própria vontade. A questão é que a democracia, ao mesmo tempo que nasce de um desejo, só pode conservar-se contendo e educando os desejos (RIBEIRO, 2002: 18-22). “A novidade estará ao lado da democracia – que tem, claro, de ser republicana” (RIBEIRO, 2002: 24).

O republicanismo não perdeu, destaca Cardoso (2002: 29), sua motivação crítica. Não perdeu o traço conceitual e histórico que o caracteriza, ou seja, o de balizar, sem levar em conta as diferenças de posses, riquezas, influências e talentos, um espaço comum equalizador, com a participação de todos os cidadãos no sistema das decisões políticas. O regime republicano não propõe apenas a integração de todos, ele a promove e fomenta a universalização dos direitos e da participação política.

No entanto, afirma Cardoso (2004: 46), a definição de república como espaço onde vigora o interesse comum, com a contenção dos desejos e interesses privados em vista do amor pela cidade, não é suficiente para determinar o que ordinariamente chamamos regime republicano. Sob a perspectiva que leva em conta o andamento macro-histórico do Ocidente moderno, ressaltam Vianna e Carvalho (2002: 134), pensar a república não é um movimento remissivo, dirigido à volta de uma certa “idade do ouro” republicana. A concepção contemporânea da ideia de república é radicalmente distinta na medida em que se realiza em meio a vastas transformações sociais, que concederam desenvoltura ao processo de individuação e, ao mesmo tempo, conduziram ao enfraquecimento dos valores comunitários e mesmo dos Estados Nacionais.

Pensar que a república exige uma sucessão de atos heroicos e uma abdicação contínua dos cidadãos, reflete um ideário típico de outros momentos históricos. No entanto, não é aplicável nas sociedades industrializadas de hoje. O ato heroico serve para mostrar um momento da vida política, que foi o da fundação, e não o cotidiano de uma república (BIGNOTTO, 2004: 38).

De acordo com Vianna e Carvalho (2002: 139-140), a vitória sobre o nazifascismo, graças a uma grande coalizão mundial da burguesia liberal com as classes médias e as classes trabalhadoras, levou a uma democratização da república, tendo o constitucionalismo democrático como uma de suas principais realizações. Assim, tornou-se possível subordinar o direito positivo, originário da vontade da maioria, aos valores fundamentais da humanidade, em uma reação ao nazifascismo que fez uso da legitimação concedida por um arremedo de processo legislativo. Sob este aspecto a criação do direito, sob o constitucionalismo democrático, além de provir de um corpo eleito de legisladores, deveria estar em consonância com certos preceitos declarados como fundamentais, sem esses requisitos a lei deveria ser considerada inconstitucional.

Sob este aspecto, o constitucionalismo democrático inova a noção de república, uma vez que, em algum nível, põe determinados valores e direitos à frente da expressão majoritária da cidadania, esta não podendo, por exemplo, regular desigualmente as relações entre sexos ou etnias. Esse entendimento da república não se assenta na virtualidade de que a noção do bem-comum seja internalizada por todos. Tem como pressupostos a admissão do conflito e a legitimidade da defesa de direitos por todos os grupos sociais, desde que estejam regulados por procedimentos democráticos que disponham livres e iguais possibilidades de manifestação para todos. Sendo assim, a república pode ser pensada como um resultado em contínua progressão. Nesse sentido, república é um processo que se desenvolve a partir da iniciativa de atores que exerçam a representação institucional e extra-parlamentar dos diferentes grupos e interesses envolvidos nas diversas disputas em sociedade (VIANNA e CARVALHO 2002: 139-140).

Nos regimes constitucionais ocorre o apego dos cidadãos ao sistema constitucional e o respeito pelas leis, que os integram como povo. Nesse sentido, seria interessante a passagem da compreensão dos regimes políticos apenas como formas de organização da comunidade em vista da realização do interesse coletivo, para a postulação de um regime que visa o interesse coletivo, assegurado por uma legislação que o molda como corpo político.(CARDOSO, 2004: 57).

De acordo com Cardoso (2004: 60-62) a perspectiva de um “governo de leis” suscita algumas suspeitas. Nesse sentido pode-se enxergar uma “absolutização” das leis republicanas e o caráter conservador de seu constitucionalismo. Não se pode negar que há nas repúblicas um laivo conservador. Contudo, é preciso compreendê-lo a partir da própria natureza do regime. Uma vez que o que distingue os regimes republicanos é o fato de conferir à articulação constitucional (e não ao povo, aos sábios, a homens extraordinários ou a elites morais ou políticas) a incumbência da realização de um bem comum. Entendemos que o apego às leis exprime o interesse coletivo na permanência da vida social, na própria existência da ordem política. O objetivo não está, portanto, na conservação das leis, mas, através delas, buscar a conservação da vida política. “Visto desta perspectiva, o conservadorismo republicano é pulsão de vida” (CARDOSO, 2004: 62).

A república brasileira tem uma específica formação história e se desenvolveu a partir de antecedentes que, muitas vezes, a coloca distante do ideário republicano. Nesse sentido, a retomada de nossa caminhada rumo à república pode nos ajudar a entender sob quais bases o nosso regime republicano se pautou e se desenvolveu.

## **2. A HERANÇA POLÍTICA BRASILEIRA**

Realizando uma análise da história do Brasil a partir de Portugal, Nestor Duarte cita as influências lusas presentes na cultura de nosso país. Segundo o autor (1966: 2), aquele que tem em vista a apreciação de algum aspecto da sociedade brasileira, a forma como se organizou, as tendências e os rumos, deve efetuar o exame da sociedade portuguesa.

Quem realiza o estudo da história política de Portugal, destaca o autor (1966: 3-4), principalmente no período de formação do Estado nacional, perceberá que o português era um povo eminentemente particularista. A unidade política acontece para defesa do território, quando tem que lutar contra as monarquias vizinhas, para resistir à Espanha e à invasão dos mouros, mas no fundo o português continua adverso ao Estado. Uma vez que está organizado em grupos anteriores. Formando o grupo familiar e o grupo religioso, “o português é mais um homem privado do que político” (DUARTE, 1966: 04).

Em Portugal, afirma Duarte<sup>2</sup>, o absolutismo não aconteceu de forma totalizante. O poder comunal foi um limite à extensão máxima da autoridade. As cidades, com suas imunidades reduziam, assim como o feudalismo, a autoridade real. Além disso, outra força dentro do Estado português foi a Igreja. Naquele país, nos limites territoriais de sua soberania nacional, a Igreja foi sempre um poder concorrente e, até mesmo, em épocas e tempos alternados, um poder superposto ao político.

“O português é um homem privado, porque é, antes de tudo, histórica e socialmente municipalista e comunal” (DUARTE, 1966: 12). O povo português faz não só da religião, mas também da família, as ordens mais afeiçoadas ao seu espírito. A comuna acaba sendo um prolongamento da família. No entanto, afirma Duarte, a família expressa ideia contrária ao Estado. É a ordem privada, eminentemente exclusivista, da mesma forma que o é o laço parental.

---

<sup>2</sup> A partir deste parágrafo até a página 38, todas as informações sobre a relação Brasil-Portugal foram obtidas em: DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional**. 2ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

Assim sendo, tanto pelo processo histórico como por temperamento, há um privatismo português. Por confirmação histórica, esse privatismo será um antecedente da sociedade brasileira. A ocupação do solo brasileiro acontecerá, antes de tudo, pela forma de uma apropriação privada, com o reconhecimento pelo próprio rei da propriedade privada plena e hereditária. Até um século depois da instituição do governo geral, ainda se proibia aos governadores visitarem as capitanias, sem prévia autorização do rei. Mais do que a ocupação privada do solo, o que se quer ressaltar é a circunstância do proprietário privado guardar e exercitar o governo, antecedendo ao poder político propriamente dito.

A sociedade colonial vai se formando entregue a si, fechada para o mundo, mesmo com o envio de autoridades e funcionários ao longo dos anos. Antes de tudo, essas autoridades são funcionários, distribuídos em setores a fim de formar um serviço público. No entanto, essa organização oficial é menos política do que administrativa, como convém a um território colonial que sempre apresenta um desnível em face da função política. Dessa forma, vai-se vivendo na colônia mais o exercício da “vida civil” do que da “vida pública”.

Ao mesmo tempo, a existência de uma população mais ou menos nômade e dispersa, em um grande território, aos seus movimentos livres, choca-se com os interesses do Estado e os fins a que se propõe. A desigualdade entre a área da expansão social e a área da eficiência política é, além dos demais pontos citados, uma das causas deformadoras da ação do Estado no Brasil. No entanto, não apenas a nossa extensão territorial impediu o crescimento da organização política da Colônia. O próprio Estado português, ao se transmigrar para o Brasil, trouxe consigo os males, vícios e padecimentos inerentes ao seu próprio processo histórico-social.

Fraco em seu poder, o Estado português já vinha comprometido desde Portugal. A Igreja, por exemplo, disputava-lhe jurisdições e prerrogativas. A Igreja e o Estado vieram para o Brasil e passaram a discutir competências, a reivindicar jurisdição, a disputar poderes.

Anárquica, no entanto, sem ser desorganizada ou revolucionária, tem a sociedade colonial uma outra organização sólida, que é sua própria estrutura de base: a organização privada. Dentro dela, o Rei de Portugal é tido como um representante de um poder ausente.

No Brasil colonial, o privatismo característico da sociedade portuguesa encontrou extraordinárias condições para o fortalecimento da organização familiar, que constituiu a única ordem perfeita e íntegra que essa sociedade conheceu. Sendo a única forma de organização que essa sociedade possuiu, tudo mais nela ou é desorganização ou em via de organizar-se.

No Brasil, pode-se dizer que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera, por excelência dos chamados “contatos primários”, dos laços de sangue e de coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas (HOLANDA, 1963: 136).

Em um meio tão disperso, sem unidade, sem vínculos efetivos de associação e intercâmbios, a sociedade colonial só poderia favorecer grupos fechados, exclusivistas, como o grupo familiar. Com um território extenso e inocupado, praticando-se extensa atividade rural e a exigir povoamento e mando, a instituição familiar no Brasil passa a desempenhar a tríplice função necessária ao seu prestígio e à sua força na sociedade: a função procriadora, a função econômica e a função política (DUARTE, 1966: 65-67).

Em 1735, destaca Sergio Buarque de Holanda (1963: 68), no Maranhão, havia um governador que se queixava de que as pessoas não tinham uma vida em comum, mas em particular, sendo a casa de cada habitante uma verdadeira república, uma vez que possuía diversos ofícios, como pedreiro, bombeiro, pescador, etc. Até depois da Independência, pouco mudou e, mesmo no período do café na Província do Rio de Janeiro, havia lavrador que se vangloriava de só precisar comprar ferro, sal, pólvora e chumbo, pois os demais gêneros possuía em suas próprias terras.

De acordo com Holanda (1963: 69), “o quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre neles, à entidade pública”. Esse tipo de organização, onde prevaleceram as preferências fundadas em laços afetivos, acaba marcando nossa sociedade, nossa vida pública e todas as nossas atividades. Sendo o único setor em que o princípio de autoridade não é disputado, a família colonial passava a ideia de poder, respeitabilidade, de obediência e de coesão entre os homens.

De acordo com Oliveira Viana (1973: 137), podemos observar que, no cenário de nossa história, os senhores de engenhos aparecem como chefes de clã. É sempre acaudilhando, afirma o autor, um grupo de sócios, de amigos, de camaradas, de capangas, que se exibem na vida pública. Essa proposição denuncia situação mais complexa e vasta. Ou seja, que toda população rural, de alto a baixo, está submetida ao mesmo regime, toda ela está reunida em torno dos chefes territoriais.

Assim sendo, acabava predominando, na vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, ocorrendo uma invasão do público pelo privado e do Estado pela família. Dessa forma, a família patriarcal fornecia o grande modelo para a vida política, nas relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos (Holanda, 1963: 69-74).

A casa grande, porém, menos por seus aspectos de história íntima de uma sociedade, é o maior índice de uma organização social extra-estatal, que ignora o Estado, que dele prescindir e contra ele lutar, porque pode disputar-lhe a função de mando e disciplina [...].

E tão poderosa é essa ordem privada que o Estado há de resignar-se a viver dela e a apoiá-la por isso mesmo, até depois da transformação política da Colônia em Império brasileiro (DUARTE, 1966: 71).

O que impulsiona, afirma Viana (1973: 139), a população dos campos a se agregar sob o domínio dos senhores de terras é a necessidade de defesa contra a anarquia branca, que domina de alto a baixo, desde os primeiros séculos, em toda a sociedade rural. Essa anarquia branca pode ser observada de várias formas na sociedade colonial. Um exemplo a ser analisado é a forma como atuam os aparelhos de justiça. Eles são os menos capazes de garantir aos moradores a integridade e a intangibilidade do seu patrimônio jurídico. Os testemunhos históricos que mostram a sua corrupção são inúmeros. Mesmo homens poderosos, que possuem cabedais e prestígio, estão sujeitos à parcialidade e à venalidade dos magistrados.

Devido à sua própria organização, essa justiça está fadada a ser uma justiça facciosa. Ela possui juizes populares, o “juiz ordinário” e o “juiz de vintena” que, pela procedência de sua designação são, e não podem deixar de ser, juizes partidários, juizes de clã. O “juiz ordinário” está presente nas vilas e povoações pouco densas, onde não existem juizes de fora. O “juiz de vintena” está presente nas aldeias distantes uma légua da cidade ou vila a que pertencem. Eles são os juizes das gentes rurais, são os que mais estão em contato com as pessoas do campo. Eles são eleitos pelos chamados “homens bons” das cidades e vilas (VIANA, 1973: 140).

Por serem eleitos, os juizes ordinários e de vintena se tornam, logicamente, caudatários dos potentados locais. Com o domínio sobre as câmaras municipais e sobre o aparelho eleitoral, os senhores rurais só elegem para os juizados os principais do seu clã, ou seja, homens da sua confiança. Quando ocorrem as eleições, os votos são comprados e já se sabe com antecedência quais são os eleitos (VIANA, 1973: 140).

Devido ao mandonismo local, o “juiz de fora”, letrado, indicado pelo rei, possui outra liberdade para agir. Já o “juiz ordinário”, é obrigado a se fazer ente do grupo que o elege. Transforma-se em ferramenta da impunidade ou ferramenta da vingança, conforme tem diante de si um amigo ou um adversário. Claro que havia o recurso para os juízes e tribunais superiores. No entanto, tudo são embaraços, tropeços e decepções para os que desejam se defender. As comarcas, sobre as quais vela o serviço dos ouvidores, são grandes como verdadeiras províncias. Essa inacessibilidade de segunda estância atenua nos litigantes qualquer aspiração de corrigir a parcialidade dos juízes inferiores (VIANA, 1973: 141).

Essa situação, destaca Viana (1973: 142), conduz o povo, sobretudo as classes inferiores, à incredulidade no poder reparador da justiça, na sua ação, no prestígio da sua autoridade. Nessa conjuntura de constante abandono legal, sob o regime histórico do mandonismo, todos os desfavorecidos, todos os fracos, todos os pobres e inermes refugiam-se, por um impulso natural de defesa, à sombra dos poderosos, a fim de que os protejam e os defendam dos juízes corruptos. Faz-se assim, ressalta o autor, a magistratura colonial, com parcialidade de seus juízes locais, um dos agentes mais fortes na organização dos clãs rurais, uma das forças mais ativas da intensificação da inclinação gregária das nossas classes inferiores.

Segundo Viana (1973: 143), atribuições judiciárias, administrativas, policiais e militares também fazem parte da competência dos capitães-mores. Eles são os delegados de polícia das aldeias. Apesar de seus poderes serem estabelecidos em leis, na prática, tais poderes acabam se tornando impecavelmente arbitrários. Eles se tornam os pequenos diretores das localidades. Tendo a seu dispor o corpo de “ordenanças”, milícia para onde aflui os mestiços desenraizados dos campos, e fora da atuação punitiva das autoridades superiores, eles se transformam, no espaço colonial, um dos seus grandes terrores. Sendo chefes dos recrutadores, atuam sobre a massa rural, aterrorizando-a. Em outras ocasiões, entram em luta com os chefes locais. Assumem a função por terem sido escolhidos pelas câmaras dentre as pessoas da comarca. Tendo sido eleitos pelas câmaras, eles se fazem os agentes das vinganças e desagravos dos campanários e são, obviamente, homens de clã. Ou ao lado dos que são amigos dos capitães-mores ou ao lado dos que lhes são adversários, a massa da população rural é obrigada a acolher-se para poder se proteger de suas violências e perseguições.

Como os capitanatos e as judicaturas, as corporações municipais, pela maneira por que se organizam, contribuem igualmente para desenvolver aqui os costumes próprios dos países de clã.

Essas corporações exercem, durante o período colonial, uma soma de poderes tais que, por meio deles, conseguem manter todas as classes urbanas e rurais sob a sua dependência. São elas que taxam os mercados. São elas que estabelecem as posturas, e as executam. São elas que lançam fintas. São elas que julgam as contravenções municipais. São elas que julgam as injúrias verbais e condenam os culpados até a importância de seis mil réis, sem apelação, nem agravo. Delas é que saem todos os funcionários locais, administrativos, policiais, militares e judiciários.

Essas corporações municipais são o centro da agitação por excelência dos partidos locais. O facciosismo difuso das nossas cidades e aldeias nelas se polariza. Daí, na sua atividade administrativa, o caráter partidário, que sempre demonstram (...).

De modo que aquela parte da população colonial, que não tem a independência econômica, nem a força material, nem o prestígio dos grandes caudilhos fazendeiros – “parentes, amigos ou vizinhos” – dos camaristas – procura colocar-se, como abrigo às arbitrariedades possíveis dos almotacés, dos capitães-mores, dos juizes de vintena e dos juizes ordinários, sob o amparo dessa poderosa oligarquia de “lavradores do país”, que domina nas câmaras.

Essa tendência é tanto mais razoável, quanto durante a época colonial, para a composição das câmaras só podem ser eleitos os “homens bons”, isto é, os magnatas locais, a nobreza da terra. (VIANA, 1973: 143-144).

As instituições de ordem administrativa e política, afirma Viana (1973: 146), que conduziram a nossa sociedade no decorrer de sua evolução histórica, nunca ampararam, de modo cabal, os cidadãos sem fortuna, as classes inferiores, as camadas proletárias contra a violência, o arbítrio e a ilegalidade.

A função de tutela só é exercida, eficientemente, pelo fazendeiro local. Somente ao lado do grande senhor de engenhos, de estâncias, de cafezais, é que o pobre e o fraco podem viver com segurança e tranquilidade. Por sua riqueza, por seu poder, por seu prestígio e por sua força material, somente ele está apto, em um regime onde ocorrem pilhagens e prevaricações gerais, a reagir contra as arbitrariedades e injustiças. Somente ele, no espaço rural, possui meios para dar à sua patronagem um alento (VIANA, 1973: 147).

O senhor de terras é o patrono ideal do povo não só pela sua riqueza e pela força do seu clã de capangas. Toda a legislação colonial faz com que ele se torne o centro histórico de gravitação colonial do povo rural. Desde o primeiro século, ele está incumbido de cuidar da defesa da população (VIANA, 1973: 147).

Sendo assim, podemos constatar que nas cidades coloniais as funções mais elevadas cabiam aos senhores de terras. Muitos comerciantes, que habitavam as cidades, se queixavam do monopólio das câmaras municipais pelos lavradores. Portanto, podemos observar que esse processo acaba levando a um desenvolvimento da tradicional situação de dependência em que se achavam colocadas as cidades diante dos domínios agrários. Como não havia uma burguesia urbana independente, os candidatos às funções administrativas eram recrutados entre os donos de terras. Situação que irá perdurar durante o Império, e mesmo com a República, visto que toda a ordem administrativa do Brasil comportava elementos vinculados ao velho sistema senhorial. (HOLANDA, 1963: 78-79).

O espírito de localismo, afirma Viana (1973: 216), é facilmente observável, na posição dos deputados brasileiros às cortes de Lisboa. A falta de solidariedade pode ser identificada em todos eles, mesmo quando estão em jogo os interesses do Brasil. Todos mostram uma completa falta de sentimento nacional. Cada um atua como representante apenas do seu grupo, da sua capitania, da província que o nomeou. Os representantes das províncias do norte mostram mesmo, em seu comportamento parlamentar, o claro sentimento de apoio a Portugal do que ao centro fluminense e aos interesses do Brasil. Em resumo, o povo brasileiro somente estabelece aquele tipo de solidariedade que lhe é estritamente necessária e útil: a solidariedade do clã rural em volta do grande senhor de terras. Todos os outros tipos de solidariedade social e política – os “partidos”, as “seitas”, as “corporações”, os “sindicatos”, as “associações”, por um lado; por outro, a “comuna”, a “província”, a “Nação” – são, entre nós, ou apenas entidades artificiais, ou simples pretensões doutrinárias, sem convicção efetiva na psicologia subconsciente do povo (VIANA, 1973: 241-242).

O Brasil rural, quando não é o Brasil senhorial, é a massa social mais amorfa e dissociada que se pode examinar. Essa massa não chegou a alcançar a *idade política*, nem chegou a constituir-se em povo político. “Se não revelou, também, a lógica falta do sentimento nacional, é porque inexistia, por igual, ensejo para isso, mas tudo que pudesse mostrar, por inércia e por omissão, a inexistência desse sentimento é flagrante” (DUARTE, 1966: 106).

Para essa massa populacional, que significou a parte mais considerável da população de nosso país, o senhoriato não pôde e nem nunca poderia desempenhar uma função de educação política e de diferenciação do espírito público. Ao exercer o papel de classe política, o senhor de engenho, o fazendeiro, o barão do Império, o coronel da República, ao substituir o Estado no Brasil rural, impediu a aproximação deste dessa massa populacional. “Sem exagerar, podemos dizer que o senhor ou chefe rural acabou sendo fator de deformação do Estado e causa impediante de sua penetração nessa sociedade rural já tão distanciada territorialmente dele” (DUARTE, 1966:).

Também no Império a reunião de famílias, das famílias que reservaram para si a propriedade senhorial e o monopólio do mando, comporia sua classe política. A grande paz do Império, o seu equilíbrio e o seu apoio também estão no senhorio territorial, que constitui a única força econômica e poder material do Estado. É esse senhorio a única parcela “política” da população de nosso país. A sociedade que se forma entregue a si mesma, na longa gestação do período colonial, que irá inaugurar a vida de um país independente, se resumiu em duas classes definidas: a do senhor de escravo e a do escravo. A classe média, oscila entre as duas, sem poder estabelecer-se como forte base de apoio (DUARTE, 1966: 71).

Como vimos, a parcela da população que compunha o povo brasileiro, no seu conceito político, era a do proprietário territorial. Portanto, quem tem por objetivo saber de que natureza era o nosso “povo”, a qualidade e extensão do seu espírito público, terá que fazer a sondagem da classe que constituía o nosso senhorio e que vai ser a classe governante (DUARTE, 1966: 102-104).

Não implica, pois, afirmar, que essa população, pela sua falta de instrução e de alfabetização, não é capaz de compreender a complexa instituição política que teve início no Brasil em 1822, mas também destacar que ela nem chegou à sua fase política ou de politização diferenciada. Nem mesmo o Estado democrático, com seu apelo voltado à massa, com a oportunidade do exercício constante do voto, não foi capaz de treiná-la ou dar-lhe o significado da vida política (DUARTE, 1966: 107).

Na verdade, afirma Sergio Buarque de Holanda (1963: 153), a ideologia impessoal do liberalismo democrático nunca se naturalizou no Brasil. Apenas assimilamos tal princípio até onde coincidiu com a negação de uma autoridade incômoda. Em nosso país, afirma o autor, a democracia foi sempre um lamentável mal-entendido. Nossa aristocracia rural importou-a e procurou acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos e privilégios. “É frequente imaginarmos prezar os princípios democráticos e liberais quando, em realidade, lutamos por um personalismo ou contra outro. O inextricável mecanismo político eleitoral ocupa-se [...] em velar-nos esse fato” (HOLANDA, 1963: 180).

Segundo Nestor Duarte (1966: 120-122), um dos problemas do homem público entre nós está nas contradições de nosso passado político. Diante da realidade do Brasil, destaca o autor, o papel do Estado é assumir a função de reformar, criar, educar um povo. A ausência do Estado ou a sua incompleta conformação em uma sociedade que conseguiu subsistir prescindindo de sua presença, tirou do indivíduo o desejo de alcançar a condição de cidadania, de categoria política, ou ainda não lhe deu tempo de alcançá-la pela construção social do homem público.

### **3. A IMPORTÂNCIA DE UMA REPÚBLICA PARTICIPATIVA NO BRASIL**

Em uma pesquisa de opinião, apresentada por José Murilo de Carvalho (2002: 108), baseada em amostra representativa da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, realizada em 1996, constata-se que, no Brasil, as pessoas não têm preocupação com as leis e direitos, fatores fundamentais do ideário republicano.

Na pesquisa fornecida por Carvalho (2002: 109-111), solicitou-se que o entrevistado citasse três direitos constitucionais. A maioria (56,7%) não foi capaz de mencionar um só deles. Mostrando-se, assim, o alto grau de ignorância em relação aos direitos. Um outro item da pesquisa foi o grau de confiança que se tem nos concidadãos. Sob este aspecto, 60% dos entrevistados consideraram os brasileiros como não confiáveis ou pouco confiáveis. Ou seja, a visão de cidadania como comunidade também não está presente entre nós. Segundo dados da pesquisa, existe confiança apenas quando se trata de líderes religiosos e parentes, vindo amigos e vizinhos em segundo lugar. Prefeitos e deputados estão em último lugar na escala de confiabilidade. Ou seja, a confiança existe dentro do mundo religioso e das relações primárias, mas não está presente no mundo civil e político. No entanto, a presença da cidadania, tomada como virtude cívica, pode ser vista por meio da noção que as pessoas possuem do interesse público, pelo senso de dever em relação à coletividade e pelo grau de envolvimento na vida pública.

No Brasil, o descaso, ou até mesmo o desprezo, pela política e pelos políticos está presente constantemente nas pesquisas. Nos últimos anos, destaca Carvalho (2002: 110-113), tem acontecido uma ampliação da prática dos rituais democráticos, formados pelas eleições livres, pela organização partidária e sindical, pelo debate público. Contudo, tal prática não parece ter mudado uma cultura política marcada pela ausência, ou pela fraca presença, dos valores que tradicionalmente estão ligados a uma cidadania ativa.

A falta de uma cidadania ativa acaba deixando brechas para que objetivos contrários ao interesse público sejam colodados em prática, levando ao mais alto grau de desestabilização pública, como o exercício da corrupção.

Apesar de não ser proposta deste trabalho um aprofundamento sobre a prática da corrupção, não se pode descartar esse tema quando se faz referência à existência do público e do privado em nosso país, uma vez que esse é um dos grandes males da sociedade brasileira. Por isso, vale a pena uma breve reflexão sobre o assunto.

Ao abordar esse tema, José Antonio Martins (2008: 21-24) afirma que, em uma visão moralista da corrupção, mesmo quando ela é praticada por um agente público, julga-se em relação à individualidade. Ou seja, não existe corrupção política, o que ocorre é uma corrupção de indivíduos que são políticos. Em uma segunda interpretação, a razão para a corrupção política de uma cidade está relacionada à fraqueza de suas leis, à falta de preocupação e ação do cidadão para com as coisas públicas.

Segundo Marcos Otávio Bezerra (1995: 12-13), a corrupção não é um acontecimento peculiar de uma sociedade ou de um período de seu “desenvolvimento”, como indicam teorias evolucionistas ou modernizantes, uma vez em que está presente nas mais diversas formações sociais. Contudo, o entendimento sobre quais práticas podem ser consideradas corruptas e a avaliação sobre o grau de corrupção que elas possuem, está ligado aos contextos em que elas são praticadas e aos critérios adotados para avaliá-las. Não há, portanto, um único entendimento entre as várias sociedades e entre os vários grupos no interior de cada uma delas em relação a que ações especificamente são corruptas e corruptoras.

A diversidade de definições é encontrada também entre os cientistas sociais que analisam o tema. Num ensaio preparado como introdução para uma coletânea, Heidenheimer (1970) reúne em três tipos básicos as definições mais freqüentes utilizadas pelos estudiosos. São elas: primeiro a definição centrada no ofício público – também chamada definição legalista; desse ponto de vista, existe corrupção quando há o desvio por parte de um funcionário público dos deveres formais do cargo devido à busca de recompensa para si ou para outros. Segundo, a definição centrada no mercado; o cargo público é utilizado pelo seu ocupante como uma forma de maximizar a sua renda pessoal (definição que tem servido de base para as análises economicistas sobre a corrupção). E, em terceiro lugar, a definição centrada na ideia do bem público; neste caso, uma prática é considerada corrupta quando o interesse comum, pensando como algo que tem existência e pode ser identificado, é violado em função da preocupação com ganhos particulares (BEZERRA, 1995: 13).

Em geral, a corrupção nunca atinge todo corpo político e todas as instituições de uma só vez, existe sempre alguma fração que resiste e ainda não sofreu contaminação, uma vez que é impossível que um Estado corrompido em todas as suas partes consiga se manter. Por isso, conferir aos órgãos coletivos – polícia, Senado, Câmara de Vereadores – a responsabilidade pela corrupção, acaba sendo um caminho para a impunidade, pois nunca se saberá quem são de fato as pessoas responsáveis pelos atos (MARTINS 2008: 40).

Uma primeira solução poderia ser realizar a conscientização do que é uma função pública. Ou seja, conscientizar sobre o que é o espírito público com o qual todos os membros do Estado devem estar comprometidos. Em outras palavras, fazê-los saber que suas ações devem almejar sempre ao benefício da comunidade. Ao adotar um posicionamento, o homem público deve se preocupar se sua ação está atendendo ao bem comum. Embora na teoria isso pareça óbvio, na prática muitas vezes não ocorre. Inculcar esse espírito republicano nos homens que atuam no Estado evitaria muitos atos de corrupção. No entanto, para alguns indivíduos, a simples conscientização não é suficiente, é preciso que sejam utilizados outros meios mais fortes e eficazes: as instituições e as leis (MARTINS 2008: 43-46).

Para Martins (2008: 50-51), uma questão importante é saber sobre a possibilidade de a corrupção se instalar num órgão e quando isso pode ser constatado. Ou seja, quando é possível afirmar que são apenas algumas pessoas de determinado órgão que são corruptas e quando a corrupção se alojou numa instituição a ponto de ela própria ser tida como corrompida. A resposta não deve tomar como base uma regra quantitativa como: quando for atingido um número X ou um percentual X de funcionários corruptos, então a instituição será considerada corrompida. Quando uma pessoa comete um ato de corrupção, os outros ficam sabendo e não se faz nada e, além disso, tal fato é aceito como natural ou inevitável, nesse momento esse órgão se torna completamente permissível à corrupção. Não punir os erros é um sinal de que alguma coisa de errado está acontecendo.

Portanto, o que pode ser utilizado como critério para determinar se uma instituição é corrupta, não é a sua quantidade de membros corruptos. A posição que um órgão sustenta frente a um caso de corrupção será um primeiro sinal claro de como estará a preocupação com aquilo que pertence a todos, com aquilo que é *público* (MARTINS 2008: 51).

A existência dos órgãos públicos se deve ao fato de que eles devem desempenhar uma certa função que o Estado determinou como necessária para o bem-estar dos cidadãos. Um outro grande sinal de corrupção pode ser visto quando um órgão ou uma instituição não mais atende à finalidade estipulada pelo Estado e começa a praticar ações diferentes daquelas estipuladas. “Quando um órgão de arrecadação tributária arrecada os tributos e seus membros tomam para si parte do dinheiro recolhido [...], enfim, quando praticam uma das inúmeras ações que são diferentes daquelas determinadas, esse órgão está corrompido” (MARTINS 2008: 52).

Na verdade, afirma Martins (2008: 52), não há critérios universais e definitivos para determinar em cada órgão o que é corrupção ou não. Vários são os fatores que devem ser considerados para saber se uma instituição está corrompida: manter a passividade perante a irregularidade de conduta de seus membros, não cumprir a sua finalidade maior, satisfazer os interesses privados e não a finalidade pública etc.

É evidente que todos esses aspectos podem ser apenas localizados ou temporários no órgão público. Entretanto, quando esses desvios se tornam a regra ou passam a fazer parte da lógica de atuação da instituição, então certamente chegou-se à corrupção naquele órgão. Porque se o erro, a ação desviante e corrompida, é a norma, nenhum de seus membros, por mais bem-intencionados que sejam, conseguirá agir corretamente. Esse é o único caso certo de corrupção institucional: quando a ação corrompida é a lógica da ação daquele órgão (MARTINS 2008: 52-53).

O Poder Legislativo tem como principal tarefa a elaboração das leis e normas que regem a sociedade. Leis mal elaboradas ou a ausência delas favorecem que o surgimento de condutas erradas, injustas ou corruptas fiquem impunes, uma vez que não existe uma norma ou critério para puni-las. Pode parecer absurdo que um corpo de representantes do povo, como é o caso do Poder Legislativo, deixe de aprovar leis ou aprove aquelas que permitam desvios, mas muitas vezes tal suposição acontece (MARTINS 2008: 58-59).

Não legislar e não fiscalizar mostra uma omissão cometida pelos parlamentares, o que importaria em uma passividade ou anuência. No entanto, o problema aumenta, quando são os parlamentares os responsáveis pela corrupção política. “Se aqueles que devem zelar pelo bom funcionamento da sociedade [...] são pessoas de conduta desviada, com ideais políticos deturpados, para onde irá o Estado?” (MARTINS 2008: 61). No Brasil, os vários episódios de corrupção envolvendo vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores têm levado muitas pessoas a pensar que o mundo da política é o lugar da corrupção pura e simplesmente. Muitos acreditam que aqueles que pretendem se candidatar são pessoas mal intencionadas. Para eles ser político é querer buscar o próprio interesse, o que é o fim da noção básica de representação política.

Em nosso país, lembra Bezerra (1995: 15-16), o assunto corrupção tem sido tratado principalmente por pessoas e agências relacionadas aos campos político e jornalístico. Em relação ao primeiro caso, é particularmente por meio de denúncias públicas e de investigações feitas pelas Comissões Parlamentares de Inquérito que os partidos e seus representantes têm tomado posição em relação às denúncias de corrupção. Algumas conclusões dessas investigações e denúncias foram publicadas. A publicação de denúncias de corrupção, destaca o autor, está associada à ideia levantada por Habermans de que a imprensa deve colaborar com a vigilância e o controle sobre as ações do Estado. Além disso, não podemos esquecer que há também o interesse político (apoio ou não a certa figura pública) e principalmente comercial (venda de edições) que estão presentes na divulgação das denúncias.

No Brasil, destaca Martins<sup>3</sup>, muitos demonstram seu descontentamento diante dos casos de corrupção e tem-se a sensação de que pouco ou nada poderá ser feito para combatê-la. Como a corrupção está sempre se repetindo, fica-se com uma falsa ideia de que ela não tem solução, de que existirá sempre corrupção, de que todos os políticos são corruptos e de que o nosso país não tem conserto. Contudo, pode não ser bem assim. A medida mais imediata é levar a denúncia ao Poder Judiciário para que uma punição seja aplicada, quando for o caso.

Em nossa sociedade os episódios mais comuns de corrupção são facilmente identificados. Por exemplo, quando acontece de um funcionário público se propor a extorquir uma pessoa para fazer um trabalho pelo qual já foi remunerado pelo Estado. A exigência de propina com facilidade é averiguada por outras pessoas, além de ser pela pessoa que paga pelo serviço, e é constatada também por outros funcionários públicos que trabalham com o corrupto. Nesse caso, a solução seria simples, bastaria denunciar o ocorrido aos órgãos competentes e exigir sua apuração e a punição dos implicados, ou seja, o funcionário e o cidadão corruptor.

No entanto, muitos desses casos de corrupção não são sequer denunciados e, quando ocorre a denúncia, não se realiza a apuração e nem se dá a devida punição. Assim sendo, constata-se que casos comuns de corrupção passam impunes. Diante disso, o que se dirá quando os envolvidos são altos funcionários públicos, como governadores e presidentes da república? A impressão que se tem é que, quanto mais elevado o cargo, mais fácil e certa é a corrupção. Isso pode ser observado no fato de que quase ninguém acredita que uma pessoa possa ocupar um elevado cargo público sem ter feito um ato de corrupção antes de sua chegada ao poder. Esse sentimento revela a sensação de uma corrupção generalizada dos membros de uma instituição.

---

<sup>3</sup> A partir deste parágrafo até a página 53, todas as informações sobre a prática da corrupção foram obtidas em: MARTINS, José Antônio. **Corrupção**. São Paulo: Globo, 2008.

Portanto, quando se alcançou tal grau de corrupção no interior de um Estado, é porque ela se tornou a lógica da ação política desse Estado. Quando vários funcionários de um mesmo órgão praticam atos de corrupção, livremente e sem controle, é porque aquilo que foi considerado um dia como corrupção, como desvio de conduta, virou agora uma prática comum e corriqueira. Assim sendo, a corrupção, que deveria ser uma exceção acaba se tornando a regra. Tanto que os novos funcionários acabam se incluindo nessa lógica. Com o tempo, o que era realizado às escondidas, passa a ser praticado às claras, sem nenhuma reserva. Quando a corrupção se torna a norma de conduta de um órgão, não se está mais salientando a ação de indivíduos corruptos, uma vez que qualquer pessoa que for trabalhar nesse órgão empreenderá atos de corrupção, pois é essa a lógica da atuação nesse cargo público. Assim sendo, esse caso não se refere à corrupção de indivíduos, mas sim de órgão corruptos, de instituições públicas corruptas. Quando uma instituição vira corrupta, diminuem os obstáculos para que outros órgãos públicos caiam na corrupção. Os mecanismos a serem utilizados para evitar a corrupção passam a ficar desacreditados e, dessa forma, abre-se caminho para que as práticas de corrupção se propaguem por todo o corpo estatal e até para membros da população.

O maior problema da corrupção é quando ela se transforma em regra de ação. Nesse caso, não basta punir um indivíduo, ou vários, uma vez que a corrupção permanecerá como prática, independentemente de quem assuma determinado cargo. Ela tornou-se nesse órgão um modo costumeiro de atuar.

Para solucionar o problema, dever-se-ia quebrar essa lógica de ação corrupta e recompor a boa conduta. Solução que não é tão simples de ser implementada. Acabar com uma lógica de ação demanda uma mudança na cultura, uma transformação de hábitos e uma reformulação de condutas. Um trabalho de conscientização deve ser realizado, além de um processo de apuração e punição. Podemos constatar que o vácuo deixado pelo desleixo com as coisas públicas acaba abrindo brechas para a instalação da corrupção.

No entanto, transformar uma cultura ou comportamentos solidificados não é uma empreitada fácil. Uma alternativa poderia ser o incentivo da participação política do cidadão na vida efetiva da cidade. Muitos autores acreditam que, quando a população não acompanha a vida política de sua comunidade, abrem-se caminhos para o aparecimento da corrupção. Sem a disposição à participação política dificilmente ocorrerá conquistas. Uma vez que quando apenas um reduzido grupo de cidadãos se envolve nas decisões em relação aos rumos da cidade, as decisões favorecerão primeiramente a eles. Apenas quando os cidadãos participam da vida política, e interferem no andamento da sociedade, que ela melhora.

Portanto, quando os cidadãos participam da vida política da cidade, mesmo que as primeiras mudanças sejam pouco expressivas do ponto de vista das conquistas para toda a sociedade, com o passar do tempo e a perseverança nessa participação, criam-se não apenas leis ou direitos que beneficiam os principais interesses da sociedade, mas também mecanismos e instituições voltados para as necessidades da população. Dessa forma, o embate político, quando entendido sob a forma de participação política, é um remédio eficaz contra os atos de corrupção dos agentes públicos, pois faz com que todos permaneçam vigilantes e ativos na defesa do interesse comum, daquilo que pertence à república.

Dom Mauro Morelli, no livro “Como fazer nova a República” (1985: 9), ao citar as “Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil”, relembra que na história de qualquer povo, a vivência mostra que nenhuma transformação verdadeira acontece por concessão benevolente. Aqueles que resistem às transformações necessárias tendem a admitir o diálogo, a fim de evitar conflitos, somente quando se defrontam com um povo consciente de seus direitos e encargos, e resolvido a comprometer-se com isso.

## **CAPÍTULO 2**

### **A BAIXADA FLUMINENSE**

No presente capítulo será apresentada a formação da Baixada Fluminense, destacando o surgimento dos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, em seus aspectos políticos e econômicos. Além disso, será retratada a situação em que, nos dias atuais, vivem os moradores das respectivas cidades.

#### **A) BREVE HISTÓRICO DA BAIXADA FLUMINENSE**

Os portugueses utilizaram o rio Iguassu como porta de entrada para realizar a ocupação colonizadora do recôncavo da Guanabara, sendo seu nome utilizado em uma sesmaria criada posteriormente. Em 1565, foi entregue a Cristóvão Monteiro parte das terras da Sesmaria de Iguassu. Em suas terras, na fazenda do Iguassu, Monteiro construiu o primeiro engenho de cana-de-açúcar da região. Na mesma época, foi dada a Cristóvão de Barros uma sesmaria, nas margens da Baía de Guanabara, que mais tarde compreenderia ao município de Magé (SOUZA, 2002: 1).

No século XVI, destaca Marques (2006, 08), os atuais municípios de Nova Iguaçu, São João de Meriti, Duque de Caxias, Japeri, Nilópolis, Belfor Roxo, Queimados e Mesquita, faziam parte de uma mesma sesmaria, chamada de Iguassu, que foi dada a Brás Cubas, que não a ocupou, o que só aconteceu mais tarde com Cristóvão Monteiro e com a Ordem de São Bento do Brasil. “Entre o final do século XVIII e todo o século XIX, existiam três vilas: a de Magé (1789), a de Iguassu (1833) e a de Estrela (1846) e nelas estariam compreendidas a Baixada Fluminense e o Recôncavo” (MARQUES, 2006: 8)

Segundo Marlúcia Souza (2002: 2), a topografia da região propiciava a plantação de cana-de-açúcar. Além disso, através dos rios era feito o escoamento da produção e realizava-se a comunicação com a cidade portuária do Rio de Janeiro. Um outro aspecto a ser levado em conta era a existência de uma considerável reserva de madeira, que contribuiu para a construção dos engenhos e das embarcações e estimulou a produção do carvão. Assim sendo, a economia daquela área estava de acordo com os interesses da metrópole, ou seja, uma região de produção agroexportadora, que fornecia madeira e alimentos para abastecer a Capitania do Rio de Janeiro. As cercanias da Guanabara, durante os séculos XVI e XVII, foram firmadas como áreas de produção agrícola, voltadas à exportação e ao comércio intercolonial.

O cultivo da cana-de-açúcar era a principal atividade econômica da Baixada Fluminense na primeira fase de sua história. Sua introdução em Iguassu aconteceu por volta de 1611 (RODRIGUES, 2006: 27). “Deve-se ressaltar que além do cultivo da cana-de-açúcar, as terras da Baixada também produziam, em menor escala, o feijão, o arroz, milho, mandioca, legumes, além da extração madeireira para lenha” (RODRIGUES, 2006: 28).

Portanto, quando os interesses portugueses se firmaram, os vales iguassuanos passam a ser ocupados por cultivos e engenhos, ao mesmo tempo foram erguidos portos e capelas, padrão que predominaria até o século XIX, podendo-se atribuir ao rio Iguassu ser o eixo norteador dessa ocupação (BRAZ e ALMEIDA, 2010: 19-21).

No século XVI, destacam BRAZ e ALMEIDA<sup>4</sup> (2010: 21-22), a porção conhecida como Iguassu correspondia aos atuais municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Belford Roxo, Nilópolis, Mesquita, Japeri e Queimados. Iguassu possuía sua área dividida em circunscrições eclesiásticas, denominadas freguesias. Essas freguesias, no século XIX, deram origem a duas vilas: a de Iguassu e a de Estrela.

No século XVIII, o porto carioca tornou-se fundamental para o escoamento da produção aurífera vinda da região das Minas. Nesse sentido, novos caminhos foram abertos. Até o século XVII, era utilizado apenas o distante caminho dos Guaianás, partindo de Paraty. Em 1700, foi aberto um caminho partindo da freguesia do Pilar (Caminho de Garcia Pais). Em 1721, foi aberto um novo caminho alcançando a serra do Mar, a partir do Porto de Estrela. Em 1728, foi criado o “Caminho Novo do Tinguá”, partindo de Iguassu. Após subir a serra do Mar, todos esses caminhos se encontravam em Santo Antônio da Encruzilhada, juntando-se em um só caminho.

No século XIX, devido à sua função intermediária, as freguesias de Iguassu, Estrela e Pilar alcançaram uma nova posição econômica e política, com a transformação das duas primeiras povoações em vilas e com o crescimento econômico da Freguesia do Pilar.

Com o decréscimo da produção aurífera e a entrada do café no âmbito de circulação da região, foi dado um novo fôlego à função intermediária da freguesia de Iguassu. De lá foi construída, em direção ao Vale do Paraíba, uma nova e pavimentada via de acesso, a Estrada do Comércio, em 1822. De Estrela, em 1844, também surgiu uma nova via, a Estrada Normal de Estrela.

---

<sup>4</sup> A partir desse parágrafo até a página 57, as informações referentes à história da Baixada Fluminense tiveram como referência: BRAZ, Antonio Augusto e ALMEIDA, Tania Maria Amaro. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade.** Duque de Caxias: APPH-Clio, 2010.

Com o cultivo do café, a articulação dos caminhos terrestres às vias fluviais mostrava-se saturada e incapaz de satisfazer às progressivas exigências da circulação entre a região cafeeira e o porto do Rio de Janeiro. Como resposta a essa questão, surgiu a opção ferroviária, em 1854, quando Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, conduziu a implantação da primeira estrada de ferro do Brasil ligando o porto da Guia de Pacobaíba à Fazenda Frágoso, depois à Raiz da Serra e, mais tarde, até Petrópolis e Areal. Diante disso, o porto de Estrela, até aquele momento o mais importante entreposto da região, passou por uma inevitável decadência. Um pouco depois, em 1858, foi construída a estrada de ferro Dom Pedro II, que partia do Rio de Janeiro, atravessava o território iguassuano, onde foi construída a estação de Maxambomba, até a sede da freguesia de Nossa Senhora de Marapicu (atual Queimados). No fim do mesmo ano, essa ferrovia prolongou-se até Belém (atual Japeri) e, em 1864, alcançou o Vale do Paraíba.

Com o advento da ferrovia os portos fluviais perderam rapidamente a sua importância. Na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Iguassu, essa mudança logo surtiu efeitos. Por causa do progressivo abandono de seu porto, sua sede foi transferida, em 1891, para Maxambomba. Em 1886, foi inaugurada a Estrada de Ferro Leopoldina, como passou a ser conhecida, ligando a cidade do Rio de Janeiro ao povoado de Merity, atual centro do município de Duque de Caxias.

Devido à construção dessas ferrovias, agravou-se a situação de drenagem da região, já bastante comprometida com o desinteresse pela conservação e limpeza dos rios, cada vez menos usados. Para a colocação de trilhos, foram necessários aterros que represaram o curso natural das vias fluviais. Esses fatores, somados ao desmatamento devido à atividade extrativa da lenha, contribuíram para o assoreamento e obstrução dos rios, fazendo reaparecer ou dilatar os brejos, o que provocou um vertiginoso aumento da cólera, da malária e do impaludismo, levando ao despovoamento da região.

No final do século XIX, o quadro de desenvolvimento econômico, que a região havia conquistado na primeira metade do século, estava em declínio. No entanto, os proprietários iguassuanos passaram a obter uma outra forma de rendimento: a venda de terras em forma de lotes menores, principalmente nas regiões que estavam passando pelo esgotamento do solo e pela crise ecológica, provocada pelo assoreamento e abandono dos cursos fluviais.

O fracionamento de grandes fazendas em chácaras e sítios, a partir da década de 80 do século XIX, a oeste da Vila de Iguassu (área de Maxambomba), atendeu a um outro projeto, o da implementação de cultivo e beneficiamento da laranja. A citricultura alcançou áreas que correspondem hoje a partes dos municípios de Nova Iguaçu e Belford Roxo, tendo transformado a região em grande exportadora nas décadas de 20 e 30 do século XX.

Além disso, muitas mudanças aconteceram a partir do final do século XIX:

Em 1891, a reordenação jurídica republicana transformou as vilas em municípios e as freguesias em distritos. Nesse mesmo ano, a vila de Estrela perdeu sua autonomia administrativa, tendo seu território dividido entre Magé e Iguaçu, que por sua vez passou a ser composto pelos distritos de Santo Antonio de Jacutinga, Marapicu (atual Queimados), Piedade de Iguaçu, Metity (atuais São João de Meriti e Duque de Caxias), Santana das Palmeiras (Tinguá) e Pilar, este último formado pelos atuais distritos de Xerém e Imbariê, desanexados da extinta vila de Estrela. Em 1916, agora denominado Nova Iguaçu, o município encontrava-se dividido nos distritos de Nova Iguaçu (1º), Marapicu (2º), Cava (3º), Arraial de Pavuna e São João de Meriti (4º), Santa Branca (5º), Xerém (6º) e São Mateus (7º). Em 1921, o distrito de São Mateus recebeu a denominação de Nilópolis. E, em 1931, foi criado o 8º distrito, denominado Caxias, tendo como sede o povoado de Merity, formado por terras desanexadas do distrito de Xerém, como Pilar, e pelo povoado de São João de Meriti (BRAZ e ALMEIDA, 2010: 32).

A partir dos anos 30, toda a região passou por um processo de letargia econômico social, a exceção das terras ao entorno da estação de Maxambomba, que prosperaram devido ao negócio da laranja. Segundo o Atlas Escolar da cidade de Nova Iguaçu (PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU, 2004:12), devido à produção da laranja, entre 1930-1939, o município passa a ser conhecido como cidade perfume. No entanto, com a Segunda Guerra Mundial, houve a interrupção das exportações o que levou ao apodrecimento das frutas. Além disso, as pragas também impediram que os produtores voltassem ao cultivo da fruta. Assim sendo, as terras onde as laranjas eram plantadas foram retalhadas, surgindo os loteamentos.

O ainda distrito de Merity (que será renomeado Caxias em 1931), localizado em uma região baixa e atingida pelas “febres”, destacam Braz e Almeida<sup>5</sup> (2010: 35), teve sua população reduzida para menos de 800 habitantes, em 1910, número assustadoramente baixo quando comparado aos 10.542 habitantes, em 1872. Contudo, nas décadas seguintes, três fatores irão modificar esse quadro de abandono. A vinda de uma massa de migrantes em direção às cidades brasileiras, nas primeiras décadas do século XX, o desenvolvimento de uma malha ferroviária na região, que permitiu o acesso e aceno desses migrantes na região e a parcial recuperação ambiental do solo, com sucessivas obras de saneamento, levaram a uma intensa recuperação demográfica. O município de Nova Iguaçu, vizinho do Rio de Janeiro, recebeu em seus distritos, principalmente em Metity, um grande contingente populacional deslocado da metrópole carioca, que para lá havia se dirigido, vindo do campo, à procura de oportunidades.

Através da malha ferroviária, os trabalhadores das áreas centrais do Rio de Janeiro podiam realocar-se em áreas mais distantes. Com a modernização e barateamento das passagens, através dos subsídios das tarifas, de 1944 a 1960, o deslocamento populacional acentuou-se. Aos poucos, foram surgindo novas áreas e bairros ao longo das linhas e no entorno de suas estações.

---

<sup>5</sup> A partir desse parágrafo até a página 60, as informações referentes à história da Baixada Fluminense tiveram como referência: BRAZ, Antonio Augusto e ALMEIDA, Tania Maria Amaro. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade.** Duque de Caxias: APPH-Clio, 2010.

Além da migração e da expansão da malha ferroviária, o saneamento da Baixada Fluminense mostrou-se decisivo para a construção de uma nova realidade e para que o assento populacional pudesse se realizar. Após uma série de tentativas, em 1933, o governo de Getúlio Vargas retomou o projeto de saneamento da região. Em 1936, as obras efetivamente foram iniciadas. Construiu-se um dique de contenção do mar no rio Meriti. O resultado foi considerado satisfatório, levando à aplicação dessa técnica a outros rios da região. O procedimento, que se estendeu da foz do Meriti até seu médio curso, drenou cinco milhões de metros quadrados, levando ao desmatamento de cerca de 12 hectares de matas e manguezais, modificando áreas dos distritos de Vigário Geral, do Distrito Federal e Caxias, em Nova Iguaçu. De uma hora para outra, apareceu uma imensidão de terras secas, que foram acompanhadas pelo avanço imobiliário que vinha do Rio de Janeiro em direção a essa região. Os rios Iguaçu e Sarapuí, no ano de 1939, também sofreram intervenções análogas.

Devido à pressão habitacional, modificou-se a forma de ocupação do solo. Com a “febre dos loteamentos”, a região foi retalhada, assentando as levas de migrantes que para lá se dirigiam. Declinou o passado agrário de Iguassu, ficando cada vez mais restrito à ruína dos velhos casarões.

Nos anos de 1930, Merity, quarto distrito de Nova Iguaçu, encontra-se em franco processo de transformação. Com a abertura da Estrada Rio-Petrópolis – partindo do rio Meriti, na divisa do município com o bairro de Vigário Geral no Rio de Janeiro, cortando o centro do atual município de Duque de Caxias, até se encontrar, após o bairro Pilar, com a atual rodovia Washington Luís –, ocorreu a valorização das terras dos diversos sítios e fazendas que atravessava, causando um forte impacto imobiliário especulativo.

Em 1931, as terras do entorno da estação de Merity, assim como as das estações subsequentes (Gramacho, São Bento, Actura – atual Campos Eliseos, Jardim Primavera, Saracuruna e Parada Angélica), além da região de Imbariê e Xerém, passavam a constituir o 8º distrito de Nova Iguaçu, o que atestava seu desenvolvimento econômico e demográfico, o que só fez acelerar daí em diante. São João de Merity, cujas terras foram desmembradas do novo distrito, agora chamado de Caxias, manteve-se como 4º distrito de Nova Iguaçu até 1947, quando alcançou sua autonomia.

A vida nos primeiros loteamentos não era fácil. Localizados no entorno das estações de trem, principalmente a de Merity que, em 1931, será transformada em Caxias, impunham aos moradores uma difícil rotina. O percurso até a estação era feito a pé. Os loteamentos mais antigos ficavam bem próximos da estação. Contudo, os que foram delimitados mais tarde, localizavam-se cada vez mais distantes.

De acordo com Linderval Augusto Monteiro (1986: 22-23), as empresas loteadoras aproveitavam-se da impossibilidade das autoridades municipais controlarem o processo de ocupação das áreas da Baixada Fluminense. Difícilmente a infraestrutura urbana, exigida pelas leis municipais, foi montada. Os loteamentos resumiam-se em quarteirões separados por ruas não pavimentadas. A convergência de interesses entre os loteadores e as autoridades municipais – a busca de lucros astronômicos para os primeiros e o aumento na arrecadação de impostos para os segundos – justificam a transformação desordenada.

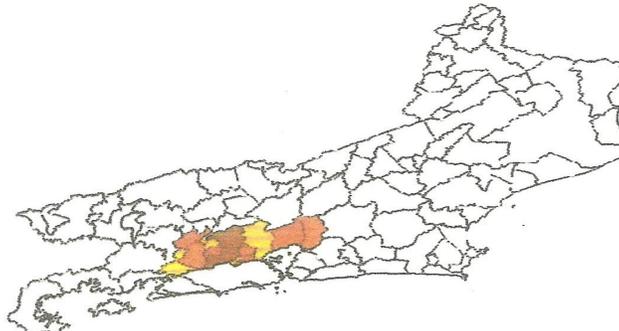
A ocupação dos terrenos urbanos da Baixada Fluminense, destaca Monteiro, em muito se assemelhou à construção das favelas, “[...] que nesse período monopolizam a atenção de estudiosos e de políticos conselheiros do cercamento dos morros. Nas décadas de 40 e 50 vários são os políticos defensores da remoção de todas as favelas cariocas” (MONTEIRO, 1986: 23). Os loteamentos, apesar de mal estruturados, foram o refúgio para aqueles que, dispendo de baixa renda, sonhavam com a aquisição da casa própria. Para lá se dirigiram grande número de migrantes e de fugitivos dos morros cariocas. Boa parte dessa migração foi constituída de nordestinos, escorraçados de seus estados de origem pelas secas e pelo pauperismo.

Na década de 1930, destaca Alessandra Siqueira Barreto (2006: 27-28), ocorreu um momento crucial na história da Baixada Fluminense com a criação da Comissão de Saneamento da Baixada e do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, responsáveis por uma série de mudanças, repercutindo em uma nova leva populacional na próxima década. A chegada de migrantes de várias regiões do país – principalmente nordestinos –, nas décadas de 1950 e 1960, proporcionou um período de grande crescimento populacional na região.

## **B) A BAIXADA NOS DIAS DE HOJE**

Seguindo a orientação da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem), que aglutinou alguns municípios como Unidades Urbanas Integradas a Oeste, Braz e Almeida (2010: 10) consideram que a Baixada Fluminense corresponde aos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita e Japeri, conjunto que se originou da fragmentação da Vila de Iguassu. No entanto, de acordo com a SEDEBREM (Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada e Região Metropolitana), a Baixada Fluminense seria composta por 13 municípios: Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim.

### Estado do Rio de Janeiro e a localização da Baixada Fluminense



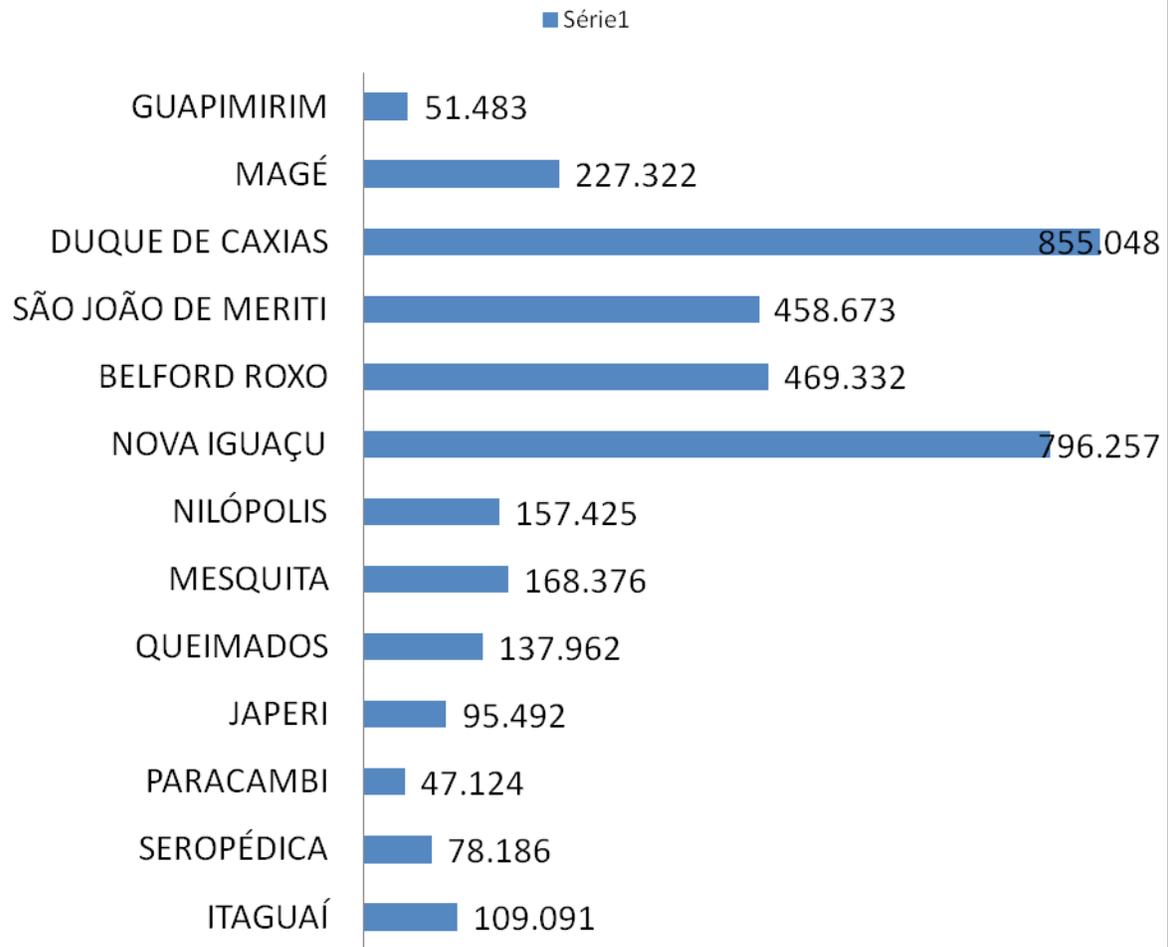
Fonte: SILVA, Daniela Santos Gomes da. *Construção de indicadores de condições de vida através da análise multicritério: estudo aplicado aos municípios da Baixada Fluminense*. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – IBGE, Rio de Janeiro, 2007.

### Municípios da Baixada Fluminense



Fonte: SILVA, Daniela Santos Gomes da. *Construção de indicadores de condições de vida através da análise multicritério: estudo aplicado aos municípios da Baixada Fluminense*. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – IBGE, Rio de Janeiro, 2007.

## População dos municípios da Baixada Fluminense - 2010



Fonte: IBGE Cidades@ - 2010

Através do gráfico acima podemos observar que os municípios com maior densidade populacional são Duque de Caxias e Nova Iguaçu, ambos tomados como referência na presente pesquisa. Juntos possuem aproximadamente 45% da população residente na Baixada Fluminense.

O território da Baixada Fluminense representa um considerável aglomerado territorial e populacional tanto para o Estado do Rio de Janeiro quanto para sua Região Metropolitana. A área total dos municípios que fazem parte da Baixada Fluminense corresponde a aproximadamente 61% da área total da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e 33% de sua população (SILVA, 2007: 28).

A região é habitada basicamente por migrantes e seus descendentes, principalmente nordestinos. Alessandra Siqueira Barreto (2006: 29-30) destaca essa condição de “errantes” dos moradores também pelo movimento diário entre a casa e o trabalho (na maior parte das vezes, fora da Baixada, essencialmente no Rio de Janeiro) e pelo deslocamento necessário até a escola, o hospital etc. “[...] A circulação se faz presente de forma tão arraigada que constitui também os momentos de lazer: ‘viaja-se’ para ir à praia, a um show ou para encontrar amigos do trabalho, do estudo etc”.

Além disso, destaca Daniela Santos Gomes da Silva (2007: 25-26), a Baixada Fluminense é uma região que cumpriu um considerável papel perante a cidade do Rio de Janeiro, uma vez que absorveu o seu excedente populacional, devido a sua facilidade de ligação com aquele município e aos seus baixos custos de moradia, se comparados com os da capital.

No entanto, em sua trajetória, a região possui um *déficit* histórico quanto às disposições político-administrativas. De uma forma geral, os serviços e programas sociais, assim como equipamentos de cultura e lazer, eram colocados e/ou concentrados principalmente na capital do Estado, mesmo com o expressivo percentual de habitantes representado pela população da Baixada Fluminense. O cotidiano e a “marginalização social” dos municípios que fazem parte da Baixada têm, tradicionalmente, como aspectos comuns, a precariedade na oferta de serviços sociais públicos ou privados em esferas básicas da educação, saúde pública, habitação popular, trabalho e renda, cultura, transporte, além de outros. É bom lembrar que estes serviços sociais fazem parte de uma agenda de compromissos político-sociais determinada pela Constituição Federal ou por fóruns da própria sociedade, estabelecendo normativamente prioridades e compromissos a cumprir (SILVA, 2007: 26).

De acordo com Linderval Augusto Monteiro (2007: 36), a Baixada Fluminense pode ser tida, como usualmente se designa no Brasil, como área de fragilidade social. Entre sua população estão os mais pobres do país e, embora a renda *per capita* desta região seja maior do que a de regiões aparentemente menos ‘frágeis’ do que ela, acontece ali uma tão forte desigualdade social que grande porção da população tem que viver com menos de meio salário mínimo.

Uma descrição da Baixada Fluminense, realizada por Dom Mauro Morelli em 1985 (17-19), quando confrontada com a situação de hoje, parece muito atual.

A Baixada Fluminense sofre de forma permanente o flagelo que, às vezes, cobre de lama os irmãos do Sul e vem queimando ou alargando o solo e as vidas de nossos irmãos do Nordeste. Em dias de sol os valões exalam o cheiro forte da vida ameaçada. Nos dias de chuva, a lama toma conta das ruas esburacadas. Inúmeras casas são invadidas pela água podre, portadora das sementes da morte (...).

Nos bairros “urbanos” desfilam os menores abandonados, as prostitutas e os mendigos. Sob o peso do desemprego, trabalhadores se arrastam, caminhando alucinados pelo choro de crianças famintas. Milhares de famílias, em condições de aviltante miséria e sujeira, se aninham em mais de cem favelas (...).

Mais do que isso, a Baixada Fluminense é um retrato – em branco e preto – de um país rico e um povo empobrecido.

A dor, a humilhação, a doença, a insegurança, a fome e a miséria fazem da Baixada Fluminense um hospital sem leitos e sem médicos. Um campo de concentração de trabalhadores que não gozam dos benefícios da riqueza produzida pelo seu suor e pelo seu trabalho.

Devido aos altos índices de desigualdade social e à escassez de políticas públicas, destaca Renata Maria Coelho (2006: 84-91), a Baixada Fluminense possui uma cultura política favorável às ações clientelistas. A autora ressalta o precário desenvolvimento social e urbano da região, que apresenta falta de saneamento básico, abastecimento de água irregular, precário atendimento à saúde e baixa oferta de empregos. Soma-se a isso, a situação de violência por que passa a população, refém de grupos de extermínio e de traficantes de drogas.

A Baixada Fluminense é um imenso campo de concentração sem arame farpado. Ali, 2.500 pessoas são assassinadas por ano, à razão de cinco a seis por dia. A média – 76 assassinatos por 100 mil habitantes – é bem superior ao número de homicídios (50 por 100 mil habitantes) que caracteriza, conforme os padrões da ONU, regiões conflagradas pela guerra (ALVES, Revista de História, 2007).

Apesar de já terem ocorrido execuções sumárias antes, destaca José Claudio Souza Alves (Revista de História, 2007), a ação organizada de matadores está associada ao período da ditadura militar no Brasil. Ainda nos anos 50, os chamados “justiceiros” (que em geral eram policiais) ganharam notoriedade assassinando supostos bandidos. No entanto, é a partir de 1967, com a política de segurança do regime militar, que ocorre um grande aumento de homicídios com características de execuções sumárias. Foram registrados, ressalta Alves, 198 homicídios de autoria desconhecida na Baixada Fluminense, nos primeiros seis meses de 1975. Como resposta foi criado um grupo designado, pelo então secretário estadual de Segurança Pública, a desvendar os crimes atribuídos ao chamado “esquadrão da morte”.

De acordo com José Cláudio Alves (2003: 147), no final dos anos de 1960, mas principalmente nos anos de 1970, consolidou-se o que se convencionou chamar de esquadrão da morte. As matérias da imprensa demonstraram as várias faces desse padrão de violência que dará à Baixada sua característica mais peculiar. Assim sendo, vão aparecendo destaques sobre casos de execuções determinadas por interesses de comerciantes, traficantes e outros, com policiais surgindo como membros de grupos de extermínio.

Segundo Alves (Revista de História, 2007), aos poucos, os grupos de extermínio vão ganhando mais autonomia e independência, recebendo membros não apenas dos aparelhos de segurança, mas também cidadãos civis. Passam a ser donos da própria voz, que antes pertencia aos seus contratantes. Dessa forma, nos anos de 1990, ocorre a ascensão política de matadores eleitos democraticamente: vereadores, deputados estaduais e prefeitos de importantes cidades da Baixada Fluminense.

Assim sendo, destaca Alves (2003: 147), ocorreu uma retomada da violência como principal moeda no mercado político. Esse fator acabou reforçando os grupos já existentes e permitiu o lançamento de novos empreendimentos políticos. Dessa forma, pôde-se verificar o lançamento de candidaturas, em pleitos eleitorais, de vários acusados na imprensa de participar de grupos de extermínio, envolvidos em processos judiciais ou investigados pela comissão especial. “Era o caso de João Pedro Bueno, o Pedro Capeta; Adalberto de Freitas, o Adalberto; Jorge Oliveira de Souza, o De Souza; Reginaldo Adelino Fortes, o Dino; Antônio Camilo de Lima, o Camilo; José Camilo Zito dos Santos, o Zito; e Jorge Júlio Costa dos Santos, o Joca” (ALVES, 2003: 147).

### **C) A CIDADE DE DUQUE DE CAXIAS**

Em 1943, Duque de Caxias deixa de pertencer ao município de Nova Iguaçu, passando o novo município a ser intergrado pelos distritos de Meriti, Imbariê e Duque de Caxias. Em 1947, o distrito de Meriti ganhou autonomia com o nome de São João de Meriti. Parcelas do distrito de Imbariê, em 1954, deram origem aos novos distritos de Campos Elíseos e Xerém (BRAZ e ALMEIDA, 2010: 63).

De acordo com dados do site da Prefeitura de Duque de Caxias<sup>6</sup>, após a emancipação até o ano de 1947, foi o Interventor Federal do Estado do Rio de Janeiro quem nomeou os prefeitos da cidade. Gastão Glicério de Gouveia Reis foi o primeiro prefeito eleito através do voto, governando de setembro de 1947 a dezembro de 1950.

Profundas transformações ocorreram nos primeiros 20 anos do município recém-emancipado. De um núcleo urbano acanhado, passou a ser um município populoso e industrializado no final dos anos de 1950. Em 1924, servido de luz elétrica, o centro de Caxias já possuía um comércio insipiente, mas em crescimento. O aglomerado comercial localizava-se nas ruas próximas à estação de trem (BRAZ e ALMEIDA, 2010: 62-65).

---

<sup>6</sup> [http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/index.php/conheca\\_caxias/historia\\_2](http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/index.php/conheca_caxias/historia_2). Acesso em: 24/04/2012.

Em agosto de 1928, o presidente Washington Luiz inaugurou o trecho da estrada, que levaria seu nome, ligando o Rio a Petrópolis. Segundo dados da Prefeitura<sup>7</sup>, a Rio-Petrópolis foi de muita importância para o crescimento industrial de Duque de Caxias. Além disso, em 1961, com a instalação da Refinaria Duque de Caxias (Reduc), o município se transformou em um dos mais importantes polos industriais do país.

Na década de 1970, com a instalação do regime militar, Caxias transformou-se em “Área de Segurança Nacional”, passando seus prefeitos a serem indicados pelo governo federal. Somente em novembro de 1985, passou novamente a escolher seu governante.

Duque de Caxias possui uma área de 468 quilômetros quadrados e, segundo o censo do IBGE de 2010, uma população de 818.432 pessoas. É uma cidade considerada um grande centro comercial e industrial. Entretanto, apesar do desenvolvimento econômico do município, no âmbito social, deixa muito a desejar. É elevado o número de pessoas carentes e os serviços públicos, em sua maior parte, funcionam de forma precária. Além disso, como os demais municípios da Baixada Fluminense, Duque de Caxias tem grande parte de sua população trabalhando em outros lugares, principalmente na cidade do Rio de Janeiro.

Foram os migrantes, destaca Antonio Augusto Braz (Pilares da história, 2009: 25) que ajudaram a transformar o evitado e pequeno aglomerado urbano em um potente parque industrial. “De ‘Merity das febres’ à Duque de Caxias, pólo petroquímico e comercial”. Contudo, afirma o autor, foram desigualmente distribuídos o fruto do desenvolvimento caxiense, o que levou a um grande abismo social. Esse abismo pode ser percebido no desequilíbrio urbano de seus bairros. Poucos são “bem” servidos, enquanto que em um conjunto maior, em maior ou menor escala, a população passa por todo tipo de carências e ausência do poder público.

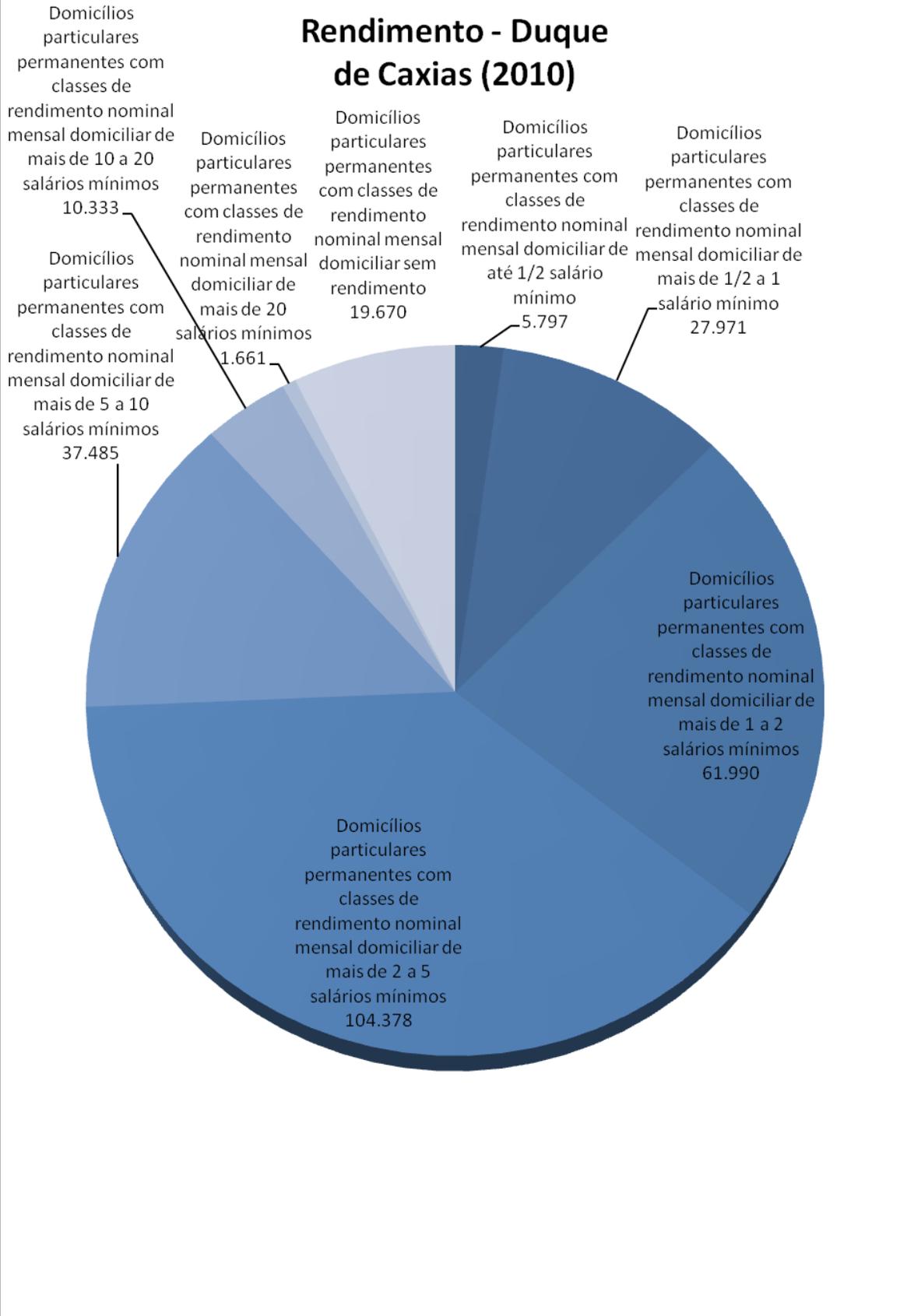
De acordo com o censo demográfico do IBGE, em Duque de Caxias existiam 269.284 domicílios particulares permanentes em 2010. Através do gráfico abaixo podemos observar a distribuição do rendimento da população.

---

<sup>7</sup> [http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/index.php/conheca\\_caxias/historia\\_2](http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/index.php/conheca_caxias/historia_2). Acesso em: 24/04/2012.



## Rendimento - Duque de Caxias (2010)



A partir dos dados apresentados, é possível verificar que de um total de 269.284 domicílios, 19.670 não possuem rendimento nominal mensal e 5.797 domicílios possuem renda de até ½ salário mínimo. A maior parte dos domicílios (104.378) possui renda entre 2 a 5 salários mínimos e apenas 1.661 domicílios possuem renda maior que 20 salários mínimos.

De acordo com dados do site<sup>8</sup> da Câmara Municipal, Duque de Caxias ocupa o segundo lugar no *ranking* de arrecadação de ICMS do Estado do Rio de Janeiro, perdendo somente para a capital. Conforme as informações da Câmara, baseadas em dados do IBGE, o município possui um Produto Interno Bruto (PIB) na ordem de R\$25.001.454,00, sendo o PIB per capita de R\$33.398,00.

Segundo a Câmara Municipal de Duque de Caxias, a arrancada em seu desenvolvimento econômico aconteceu a partir da instalação da Refinaria de Duque de Caxias, na década de 1960. A empresa trouxe com ela outros importantes ramos do setor de petróleo: Shell, Texaco, Mobil, Petroflex. Os principais segmentos industriais na cidade são químico/petroquímico, metalúrgico/gás, plástico, mobiliário, têxtil/vestuário. Atualmente, tem ocorrido a instalação de empresas de vários setores, tais como Jornal O Globo e uma ampla rede de supermercados, de produtos de eletrodomésticos, de roupas e acessórios, constituindo um vigoroso comércio. Além disso, a partir de dados obtidos do IBGE, a Câmara Municipal informa que Duque de Caxias possui 11.763 unidades de empresas cadastradas.

No entanto, o site da Câmara Municipal também informa que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) indica que o município é o 52º do Estado. Ou seja, o desenvolvimento da vida humana não acompanha o desenvolvimento econômico de Duque de Caxias.

---

<sup>8</sup> Disponível em <http://www.cmdc.rj.gov.br/2009.asp?area=hoje>, consultado em 17 de maio de 2013.

## 1. A FIGURA DE TENÓRIO CAVALCANTI

Tenório Cavalcanti foi uma figura que se destacou na história de Duque de Caxias por, dentre outras coisas, manter seu prestígio através de práticas clientelistas. A análise de sua atuação nos dá um bom exemplo de como essa prática foi um dos instrumentos que garantiram a manutenção de sua influência.

Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque nasceu no sertão de Alagoas, no ano de 1906. Era descendente de Francisco Alves Cavalcanti Camboim, Barão de Buíque, deputado provincial em Pernambuco de 1835 a 1837. Entretanto, seu pai pertencia a um ramo empobrecido da família. Tinha como padrinho Natalício Camboim de Vasconcelos, um industrial de Alagoas e deputado federal de 1909 a 1926. Com a morte de seu pai, aos doze anos de idade, Tenório foi obrigado a abandonar os estudos, recém-iniciados, e contribuir para o sustento da família. Teve que trabalhar como empregado em fazendas de compadres e parentes.

Em 1926, resolveu sair de Alagoas e, com pouco dinheiro, transferiu-se para o Rio de Janeiro. Hospedou-se em pensões humildes e casa de parentes, trabalhou como lavador de garrafas, servente de copeiro, ajudante de enfermeiro, garçom de pensão, porteiro de hotel, empregado em loja de roupas e motorista de caminhão<sup>9</sup>. Voltando a estudar, foi aluno no Colégio Pedro II, formou-se em Direito e fez o curso de jornalismo (O Estado de São Paulo, 01/12/1978).

---

<sup>9</sup> Até este parágrafo, os dados referentes à bibliografia de Tenório Cavalcanti foram retirados de: BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de (coordenação). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – 190/1983**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária/FINEP/Fundação Getúlio Vargas, 1º volume, p. 757.

Em 1927, destaca GRYNSZPAN (1990: 78), Tenório foi convidado a administrar uma fazenda em Duque de Caxias, à época parte do município de Nova Iguaçu. Com este trabalho, acabou se envolvendo em sucessivos choques armados, devido às lutas pela posse da terra que estava ocorrendo naquela região. Dessa forma, vê prosperar sua fama de pistoleiro de boa pontaria. Na verdade, o controle de um grupo de homens armados acabou sendo útil para aumentar seu prestígio não apenas entre aqueles que ocupavam uma posição inferior a sua, mas também junto àqueles de melhores condições. Assim sendo, Tenório começou a ser requisitado para dar proteção a políticos e pessoas importantes.

No final da década de 1920, a vida econômica de Caxias restringia-se à produção de lenha e carvão, retirados de fazendas que repartiam as mal delimitadas terras encharcadas daquela área. Entretanto, a construção da rodovia Rio-Petrópolis, que seria inaugurada em 1928, ligando o núcleo urbano caxiense àquela região, provocava a valorização dos terrenos, fadada a intensificar-se assim que fosse saneada a parte ainda coberta de pântanos. Daí ocorria uma disputa pela posse de terras.

Em Caxias, Tenório construiu sua fama e fortuna. Ele explicava a origem de sua riqueza devido à venda de lenha e carvão para a construção da estrada Rio-Petrópolis, onde adquiriu dinheiro para a compra de 43 propriedades (BELOCH, 1986:45-46).

Ao se fixar em Caxias, afirma Mario Grynszpan (1990: 22), Tenório passou a liderar uma das várias brigadas armadas que lutavam entre si em disputa e na defesa de terras. Através da violência ele iria se impondo e oferecendo proteção aos que a ele se juntavam. Além disso, afirma o autor (1990: 78), muitos migrantes, à procura de melhores condições de vida na cidade do Rio de Janeiro ouviam falar de Tenório como o homem que dava proteção aos necessitados e afugentava os malfeitores. Por se envolver em sucessivos conflitos armados, o dono da fazenda que Tenório administrava pediu que ele se retirasse. Saindo dali, estabeleceu-se no núcleo urbano caxiense com uma casa comercial de madeiras e materiais.

No ambiente de núcleo urbano, Tenório inicia uma participação ativa na política. Através de Getúlio Moura, um influente político da região, filiou-se à União Progressista Fluminense (UFP), um importante partido local, em cuja legenda foi eleito, em 1936, vereador da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, representando o distrito de Duque de Caxias (BELOCH, 1986: 48).

Em 1945, com a decadência do Estado Novo, Tenório filiou-se à União Democrática Nacional (UDN). Pela UDN conquistou, no ano de 1947, uma cadeira na Assembleia do Estado do Rio. Em 1950, elegeu-se para a Câmara Federal; em 1954, foi reeleito e novamente, no pleito de 1958, obteve a reeleição para Deputado Federal. Apesar dos ótimos resultados obtidos nas urnas, com o golpe de 1964, por manter boas relações com o governo, Tenório teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos (BELOCH, 1986: 49-60).

Tenório Cavalcanti teve uma excepcional popularidade entre as camadas de baixa renda. A causa desse fenômeno pode ser atribuída a uma feliz combinação de ingredientes, “entre os quais avulta a sistemática e diversificada prestação de favores a uma população que se debatia na fronteira do lupemproletariado” (BELOCH, 1986: 85).

Tenório agiu em um espaço de grande fragilidade e ausência de serviços públicos. Além disso, pode ser tido com o organizador de uma falange que acabou se tornando verdadeira força armada. “Chefiava inegavelmente seu clã, composto não só da extensa parentela, mas também de agregados e mesmo, [...] de seu eleitorado mais fiel” (BELOCH, 1986: 104).

Além da imposição de sua notoriedade através das armas e da sua já citada atuação política, Tenório alcançou notoriedade por duas outras atividades. A primeira delas foi a jornalística, ou melhor, a propriedade do jornal “Luta Democrática”, criado em 1954, de circulação nacional e com grande tiragem. A outra foi a sua atuação como advogado. O Direito foi para ele um proveitoso recurso de divulgação de sua imagem. Diariamente pessoas o procuravam a fim de obter ajuda (GRYNSZPAN, 1990: 85).

Seu jornal “Luta Democrática” foi um poderoso recurso, servindo de peça-chave no esquema montado por Tenório. A “Luta” se constituiu num porta voz dos pleitos, interesses e opiniões de Tenório e seu grupo, além de eficiente veículo de propaganda. Seu jornal desempenhou um papel fundamental na produção e na consolidação de sua imagem pública como um herói destemido, um vingador de capa preta (GRYNSZPAN, 1990: 85).

Segundo Israel Beloch (1986: 89) um outro elemento que explica a grande popularidade de Tenório entre a população de baixa renda foram as suas práticas clientelistas. Ele concedia todo tipo de favores para uma “grande legião de acólitos e agregados”. A farta distribuição de benefícios materiais repercutia enormemente em uma população carente, desassistida do poder público, necessitada dos bens mais essenciais. Através do compadrio e do favoritismo, Tenório conquistou um eleitorado cativo.

Uma outra questão a ser levantada é a ligação entre Tenório e os lavradores. “Ao nível mais geral, a reforma agrária só começou a se tornar referência constante na ‘Luta’ a partir de 1961” (GRYNSZPAN, 1987: 273). A partir daí é que o jornal assume uma postura explicitamente favorável às organizações camponesas. Tenório passa até a atuar em algumas lutas prestando seu serviço de advogado.

É interessante observar que as lutas que atraíam a atenção de Tenório eram aquelas pela posse da terra e não o cotidiano da produção no campo. Portanto, era para com os posseiros, para a parcela em luta do campesinato fluminense que ele voltava sua atenção. De acordo com Mario Grynszpan (1987: 277), a aproximação entre Tenório e os posseiros pode ser explicada através de sua trajetória eleitoral ao governo fluminense, uma vez que se lançou candidato, em meados de 1961, pelo Partido Social Trabalhista. Concorrendo por fora dos esquemas clientelísticos mais tradicionais do Estado, controlados pelos grandes partidos, Tenório se lançou contra os “currais eleitorais”. Era para os camponeses livres da subordinação direta do proprietário que se dirigia o candidato. Grynszpan (1987: 279) afirma que o que estava em jogo era a formação de uma máquina tenorista no campo, partindo de esquemas clientelísticos semelhante aos realizados na área urbana de Caxias.

Práticas clientelistas, usadas com tanta habilidade por Tenório Cavalcanti, até hoje fazem parte das manobras utilizadas por políticos locais. Principalmente em épocas de eleições, como uma forma de angariar votos, lançam mão dessa estratégia.

## **2. ZITO E TENÓRIO**

Como já citado anteriormente, o povoamento de Duque de Caxias foi realizado basicamente por migrantes, vindos principalmente da área rural. Estes migrantes trouxeram resquícios de sua cultura original, impregnada pelo viés coronelista. Em Caxias, esse encontro de migrantes rurais ganhou certa especificidade e força. Aos poucos foi sendo formada uma forte estrutura clientelista.

É nesse quadro que podemos encaixar a atuação de Tenório Cavalcanti e de uma outra liderança que surgiu posteriormente: José Camilo Zito dos Santos Filho. Zito foi eleito prefeito da cidade em 1996, sendo reeleito em 2000. Não podendo concorrer nas eleições de 2004, ficou quatro anos longe da prefeitura e novamente é eleito prefeito nas eleições de 2008. Em sua trajetória política podemos verificar:

Em 1988, Zito se candidatou a vereador pelo PTR, sendo eleito com cerca de 1.700 votos. Em 1990, desta vez pelo PTB, Zito foi candidato a deputado estadual e obteve 11.300 votos, conseguindo a segunda suplência de uma cadeira na ALERJ. Em 1991, ele ingressa no PSB e nas eleições municipais de 1992, Zito concorre à reeleição como vereador, sendo eleito com 7.010. Ele foi o vereador mais votado não só de Duque de Caxias, mas de toda a Baixada Fluminense. No início de 1993, Zito teve a oportunidade de assumir uma vaga na ALERJ. O titular e o primeiro suplente foram eleitos prefeitos em suas cidades e Zito teira que assumir a vaga, mas se recusou. [...] A votação recebida nas urnas aumentou o seu pretígio político o levando a conquistar a presidência da Câmara Municipal de Duque de Caxias no biênio 1993/1994. Em 1993 Zito ingressa no PSDB a convite de Marcello Alencar, que era o pré-candidato a governador pelo partido. Nas eleições de 1994, Zito (PSDB) foi eleito deputado estadual com 34.373 votos. [...] Após a vitória nas eleições gerais de 1994, em seu primeiro ano

como deputado estadual, Zito já assumia que seria candidato a prefeito de Duque de Cxias em 1996 (PINTO, 2005: 21-22).

Ao longo da existência do município, poderíamos citar outros exemplos de políticos utilizadores da prática clientelista. Contudo, Zito destaca-se por, além da utilização do clientelismo, possuir outras características em comum com Tenório Cavalcanti, figura política de grande repercussão na história do município de Duque de Caxias. Se formos comparar suas vidas e atuações, encontraremos semelhanças que, dentre elas, podemos destacar:

- Ambos nasceram no nordeste, Zito em Pernambuco e Tenório em Alagoas.
- Ao chegar ao Rio de Janeiro Tenório ocupou-se com trabalhos bastante modestos (lavador de garrafas, servente de copeiro, ajudante de enfermeiro, garçom de pensão...). Antes de ser político, Zito trabalhou, entre outras coisas, como carroceiro, feirante e comerciante.
- Ambos estudaram Direito.
- Tenório, até hoje, é conhecido por sua fama de pistoleiro de boa pontaria. Zito “com a fama de enfrentar os bandidos do local e de buscar melhorias para o bairro, em 1987 ingressou no PTR. Muito de sua fama ligada à violência se refere a este período”. (PINTO, 2005: 21). Além disso, destaca José Claudio Souza Alves (2003:114), o inquérito que apurava o assassinato de Ary Vieira Martins (subsecretário de Serviço Público), em agosto de 1993, possuía indícios suficientes para que fosse determinada a detenção de Zito, mas sua imunidade parlamentar o livrou da terceira prisão relacionada à mesma acusação.

A principal testemunha do caso, o guarda municipal Sidnei Tavares, afirmou em seu depoimento que a causa do crime seria a briga entre Zito e Ary pelo uso das máquinas da prefeitura. Sidnei Tavares, em outro depoimento, inocentaria Zito, mas em 1995, voltaria a confirmar as acusações alegando que a mudança no segundo depoimento ocorrera por causa de ameaças e promessas de vantagens financeiras feitas por Zito. Dessa última vez, Sidnei,

além do assassinato de Ary, atribuiria a Zito mais duas mortes (ALVES, 2003:115).

- Tenório praticava o clientelismo, favorecendo uma grande legião de acólitos e agregados. Zito, “em seu primeiro mandato criou o Centro Comunitário Dr. Laureano que contava com 04 (quatro) médicos e 4 (quatro) ambulâncias e tinha como coordenador seu irmão Waldir Zito” (COELHO, 2006: 96). De acordo com Alves (2003:114), quando de sua eleição a deputado estadual, em 1994, já havia estruturado um serviço social com 94 empregados para resolver problemas da população. Além disso, quando vereador, para conseguir obras para os bairros que o apoiavam, realizava uma troca de favores com a prefeitura. Em entrevista realizada em 15/09/1997, Zito afirmou:

“Eu fui um vereador de obras. Pegava a máquina, o caminhão, eu parti para as melhorias populares. Eu sabia que aquilo ali era um trabalho do Executivo, não do Legislativo. Mas, se o Executivo não faz, o Legislativo tem que fazer. Eu, eleito pela população, teria que arregasar as mangas e fazer. Eu trocava o meu apoio ao prefeito por obras, pela máquina pra gente trabalhar, pelos caminhões, pelos carros de lâmpadas para botar na rua” (PAULO, 1998: 29).

#### **D) A CIDADE DE NOVA IGUAÇU**

De acordo com dados do Atlas Escolar da cidade de Nova Iguaçu (Prefeitura de Nova Iguaçu, 2004:14), o município de Iguassu foi criado em 15/01/1833, tendo sua sede localizada às margens do rio Iguassu. Em 1891, foi transferida para Maxambomba a sede do município e, em 1916, Maxambomba passa a se chamar Nova Iguaçu. Em 1933, possuía nove distritos: 1º Nova Iguaçu (formado pelas localidades de Mesquita, Morro Agudo, Andrade Araújo, Prata, Ambahi, Santa Rita, Ahiva, Amaral, Carlos Sampaio, Belford Roxo, Heliópolis e Itaipu); 2º Queimados (formado pelas localidades de Austin e Marapicu); 3º José Bulhões (formado pelas localidades de Retiro, São Bernardino, Iguassu, Barreira, Tinguá, Paineiras, rio D'Ouro, Santo Antônio e São Pedro); 4º São João de Meriti (formado pelas localidades de Belford, São Matheus, Tomazinho, Itinga, Rocha Sobrinho, Vila Rosaly, Coqueiros e Coelho da Rocha); 5º Bonfim (formado pelas localidades de Palmeiras e Santa Branca); 6º Xerém (formado pelas localidades de Pilar, Actura e Rosário); 7º Nilópolis; 8º Duque de Caxias (constituído pela localidade de Sarapuhi) e 9º Estrellas. Observando sua constituição, podemos perceber que muitos dos municípios que integram a Baixada Fluminense hoje foram criados a partir da emancipação de Nova Iguaçu.

Segundo Adriano Oliveira Rodrigues (2006: 58), Após a crise da laranja e o posterior retalhamento das fazendas em loteamentos, buscou-se criar condições para a atração de indústrias em Nova Iguaçu. Com as obras de saneamento da Baixada e a abertura da rodovia Presidente Dutra, novas áreas foram sendo ocupadas. Ao mesmo tempo, Nova Iguaçu foi assumindo junto aos municípios da Baixada Fluminense o papel de centro industrial.

Em 1965 os estabelecimentos industriais que eram em número de 372 em Nova Iguaçu empregavam um total de 7.763 operários. A maior contribuição (98,9% do valor total da produção) provinha da indústria de transformação que perfazia um total de 361 estabelecimentos. O principal gênero desta indústria era o de química (33,7%), seguido pelo ramo de produtos alimentares (16,9%) e, finalmente, o setor de material de transportes (10,4%) (RODRIGUES, 2006: 75-76).

Na década de 1970 ocorreu o auge do setor industrial no município de Nova Iguaçu. As indústrias de gêneros alimentares e metalúrgicas foram as que mais empregaram trabalhadores na economia iguaçuana. Devido às transformações no mercado de trabalho – aumento da participação das mulheres, terceirização, aumento da informalização, redução da renda das pessoas ocupadas, etc. – ocorreu um significativo aumento das pessoas que declaravam trabalhar por conta própria, perfazendo, em 1981, 19,4% da população iguaçuana, passando para 22,4% em 1990 (RODRIGUES, 2006: 81-82).

A partir dos anos de 1980 ocorreu uma mudança em Nova Iguaçu, teve início a passagem de uma economia industrial para uma economia de serviços. O relatório de projetos do Plano Estratégico de Nova Iguaçu, destaca Rodrigues (2006: 92), utilizou como referência para sua elaboração o comércio e os serviços da cidade, tendo como principal objetivo transformar o município em capital comercial da Baixada.

Segundo Simone Xavier de Lima (2010: 63) Nova Iguaçu já foi considerada uma cidade-dormitório. Com o crescimento da economia local, ligada principalmente ao comércio e a pequenas indústrias, atualmente boa parte da população trabalha na própria cidade. O município possui o setor terciário bem desenvolvido, seu centro comercial é um importante provedor de empregos e renda.

Nova Iguaçu possui uma área de 521.247 quilômetros quadrados e, segundo o censo do IBGE de 2010, uma população 796.257 pessoas. De acordo com dados do site da prefeitura de Nova Iguaçu<sup>10</sup>, 81% de seus domicílios têm acesso à rede geral de abastecimento de água; 52% possuem esgoto sanitário ligado à rede de coleta; 1% de esgoto tratado; 60 % têm redes coletoras de esgoto; 60 % sem pavimentação e 70% dos domicílios não têm drenagem de águas pluviais.

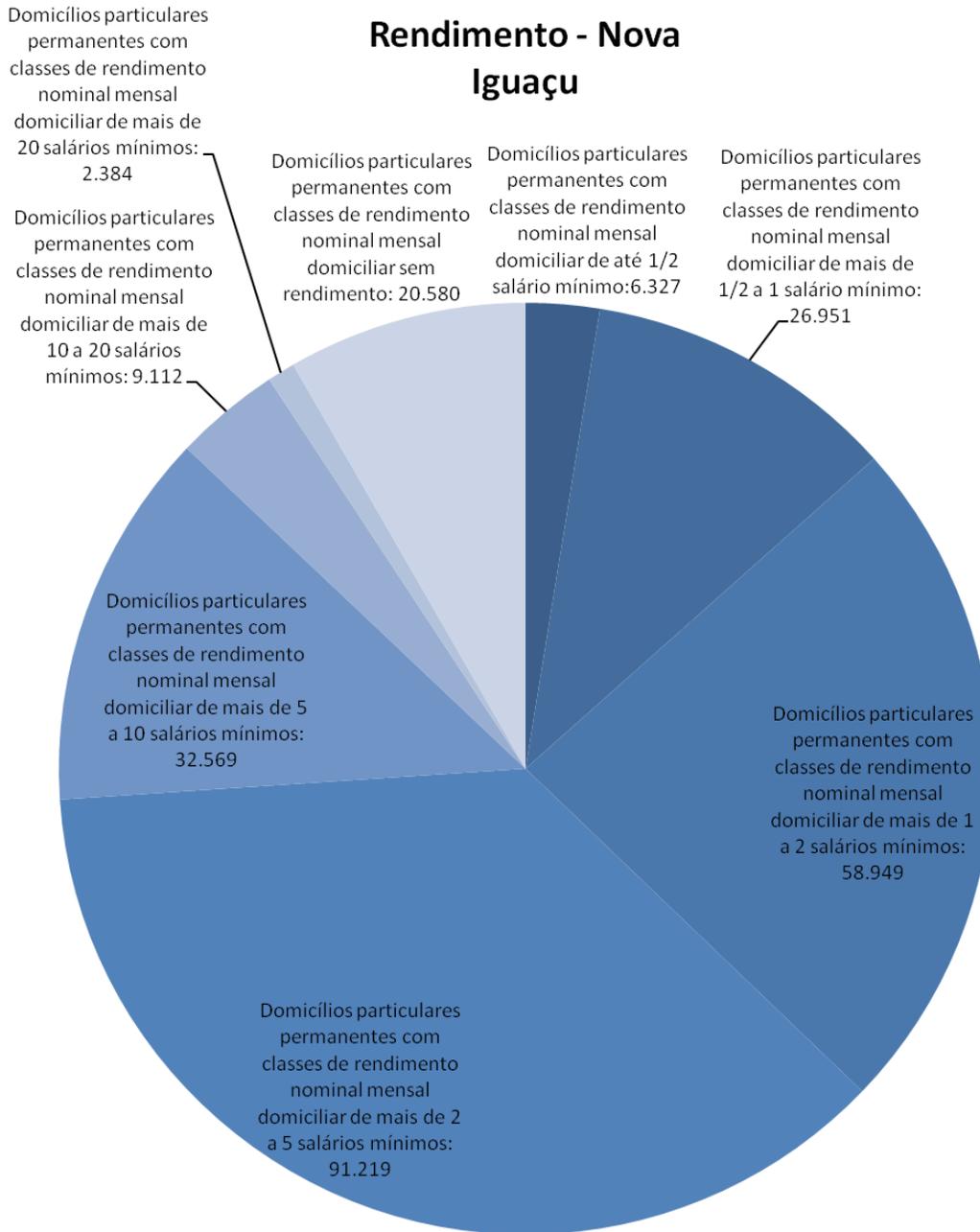
De acordo com o censo demográfico do IBGE, em Nova Iguaçu existiam 248.092 domicílios particulares permanentes em 2010. Através de dados do gráfico levantado, podemos observar a distribuição do rendimento da população.

---

<sup>10</sup> <http://www.novaiguacu.rj.gov.br/dados.php>. Acesso em: 24/04/2012.



## Rendimento - Nova Iguaçu



A partir dos dados levantados, é possível verificar que de um total de 248.092 domicílios, 20.580 não possuem rendimento nominal mensal e 6.327 domicílios possuem renda de até ½ salário mínimo. A maior parte dos domicílios (91.219) possui renda entre 2 a 5 salários mínimos e apenas 2.384 domicílios possuem renda maior que 20 salários mínimos.

Segundo Rodrigues (2006: 84), o município de Nova Iguaçu “juntamente com outros da Baixada Fluminense formaram um cinturão de pobreza em torno do município do Rio de Janeiro. A desatenção das autoridades quanto a esses fatos refletiu claramente na vida societária da região [...]”.

Nos anos 2000, afirma Alessandra Siqueira Barreto (2004: 52), emergem três redes de influência política na Baixada Fluminense. A primeira foi formada em torno do então deputado federal Nelson Bornier (que será eleito prefeito de Nova Iguaçu), a segunda em torno de Zito, atual prefeito de Duque de Caxias e a terceira rede de influência foi constituída pelo PT, que mais tarde conseguiu obter a vitória eleitoral de Lindberg Farias para prefeito de Nova Iguaçu.

Assim como em Duque de Caxias, também em Nova Iguaçu há personagens que se destacaram na história da cidade. Um exemplo é a família Raunheitti. De acordo com o site da Câmara<sup>11</sup>, Fábio Raunheitti<sup>12</sup> foi deputado federal de 1987 a 1991 e de 1991 a 1994. Darcílio Aires, seu irmão, foi deputado federal de 1975 a 1986 e seu filho, Fábio Raunheitti (Fabinho), foi eleito deputado estadual em outubro de 1988. Também o sobrinho de Fábio Raunheitti, Fernando Gonçalves, foi deputado estadual de 1991 até 1995 (RJ – PTB); Deputado Federal de 1995 até 1999 (RJ – PTB); Deputado Federal de 1999 até 2003 (RJ – PTB); Deputado Federal de 2003 até 2007 (RJ – PTB); Deputado Federal de 2009 até 2011 (RJ – PTB).

<sup>11</sup> [http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/parlamentaresconstituintes/constituicao20anos\\_bioconstituintes?pk=104097](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/parlamentaresconstituintes/constituicao20anos_bioconstituintes?pk=104097). Consultado em: 26/04/2012.

<sup>12</sup> Fábio Raunheitti – Professor de Direito, Fac. de Direito de Nova Iguaçu, RJ; Fundador e Reitor, Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu, RJ; Tabelião Substituto, V Distrito, Nova Iguaçu, RJ, 1962; Secretário Municipal de Educação e Cultura, Nova Iguaçu, RJ, 1968; Presidente, Fundação Educacional, Nova Iguaçu, RJ, 1975-1976; Presidente da CODENI, RJ, 1976-1982; Advogado do IAPC, da LBA e do IAPETC; Fundador, Laboratório de Patologia Clínica e da Biblioteca Central Nair Fortes Abu-mehry; Fundador, Hospital São José, com Sede no Distrito de Mesquita, Nova Iguaçu; Fundador de 14 Postos de Saúde na Periferia de Nova Iguaçu, destinados ao atendimento, sem ônus para a comunidade carente.

Em 1993, destaca José Cláudio Alves (2003: 113), uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), criada para fazer a análise de acusações feitas contra a Comissão de Orçamento do Congresso, encontrou em Fábio Raunheitti uma das figuras chave do esquema de derrame de subvenções sociais. O então deputado federal pelo PTB havia obtido US\$ 19,5 milhões para 10 entidades ligadas à Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu (SESNI, mais tarde UNIG - Universidade de Nova Iguaçu), criadas por Raunheitti e dirigidas por seus parentes. “As principais irregularidades diziam respeito à ausência de documentos comprobatórios dos gastos e a não prestação de contas dos resultados das aplicações financeiras realizadas com os recursos” (ALVES, 2003: 113). Fábio Raunheitti teria seu mandato parlamentar cassado meses depois.

## **CAPÍTULO 3**

### **OS CENTROS SOCIAIS SÃO UM PROBLEMA?**

No presente capítulo foi feita uma breve reflexão sobre a responsabilidade e incumbência do poder público e sua forma de atuação em nosso país. Além disso, através das determinações da Lei Eleitoral brasileira foi possível confrontar a oferta de serviços, por parte dos políticos, e as resoluções apresentadas pela lei, que proíbem a troca de votos por benefícios pessoais. Como nos últimos anos têm sido feitas diversas reportagens sobre serviços oferecidos por políticos, através da imprensa foi possível obter um panorama dos trabalhos desenvolvidos pelos centros e a repercussão desse tipo de atividade.

#### **A) O PODER PÚBLICO E A LEGISLAÇÃO ELEITORAL**

De acordo com Mainwaring (2001: 228), o clientelismo quase sempre está ligado à patronagem, entendendo patronagem como o “uso ou distribuição de recursos do Estado em bases não meritocráticas, com a finalidade de obter vantagens políticas” (MAINWARING, 2001: 225). No entanto, cabe destacar que algumas trocas clientelistas são feitas com recursos particulares e não da patronagem.

Além do clientelismo e da patronagem, Mainwaring (2001: 228) cita o patrimonialismo, tido como uma situação em que os governantes tratam o Estado como propriedade deles. Nos sistemas patrimonialistas, os políticos “usam o dinheiro público como se fosse proveniente de suas contas bancárias particulares; exigem que funcionários supostamente a serviço público trabalhem para seus projetos políticos pessoais; empregam parentes e amigos em cargos públicos [...] Há uma baixa consciência do interesse público e da res pública” (MAINWARING, 2001: 227).

De acordo com Celina Souza (2008: 69), política pública pode ser vista como o campo do conhecimento que busca colocar o “governo em ação” e/ou analisar essa ação, podendo, ao mesmo tempo, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. Através das políticas públicas os governos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Segundo Souza (2008:71-72), “debates sobre políticas públicas implicam responder à questão sobre o espaço que cabe aos governos na definição e implementação de políticas públicas”. A autora não defende a visão de que o Estado (ou governos) reflete apenas as pressões dos grupos de interesse, como afirma a versão mais simplificada do pluralismo. Também não defende que o Estado faz a opção sempre por políticas definidas por aqueles que estão no poder, como nas versões simplificadas do elitismo; nem que serve apenas ao interesse de determinadas classes, como afirmariam as concepções estruturalistas e funcionalistas do Estado. Segundo Celina Souza, a perspectiva teórica daqueles que defendem a existência da “autonomia relativa do Estado”, está mais próxima do processo de definição de políticas públicas em sociedades e Estados complexos como são os constituídos no mundo moderno. Essa autonomia relativa gera capacidades que criam as condições para implementação de objetivos de políticas públicas. A margem dessa autonomia e o desenvolvimento dessas capacidades vão depender, certamente, de muitos fatores e dos diferentes momentos históricos de cada país.

A partir dos anos 80, destaca Celina Souza (2008: 65) vários países, em especial os em desenvolvimento, adotaram políticas restritivas de gasto.

Assim, alguns governos passaram a condicionar suas políticas públicas ao cumprimento do ajuste fiscal e do equilíbrio orçamentário entre receita e despesa, restringindo, de certa forma, a intervenção do Estado na economia e transformando as políticas sociais de universais em focalizadas.

Além disso, Celina Souza (2008: 65-66) aponta que na maioria dos países em desenvolvimento e de democracia recente, em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de propor políticas públicas com possibilidade de impulsionar o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social de grande parte da população.

O debate sobre políticas públicas, afirma Celina Souza (2008: 82) também tem sido influenciado pelas premissas do neo-institucionalismo, que enfatizam a importância crucial das instituições para as decisões, formulação e implementação de políticas públicas. Segundo a teoria neo-institucionalista, não apenas os indivíduos ou grupos influenciam as políticas públicas, mas também as regras formais e informais que regem as instituições. Segundo Souza, as instituições tornam o curso de algumas políticas mais fáceis do que outras.

De acordo com Klaus Frey (2000: 232), o neo-institucionalismo não desenvolve uma “macroteoria de instituições políticas”, mas salienta a importância do fator institucional a ser utilizado na explicação de acontecimentos políticos.

Ao realizar a comparação entre o neo-institucionalismo e o institucionalismo tradicional, Klaus Frey (2000: 234) cita Beyme, cujo entendimento da diferença entre o novo e o tradicional é que para o neo-institucionalismo nem tudo pode ser explicado por meio das instituições. Podem ocorrer situações em que o processo político ainda está pouco consolidado, ficando difícil explicar os acontecimentos pelo fator institucional. Assim sendo, é maior a força explicativa do fator institucional quanto mais consolidado se apresentar o processo político.

No Brasil, com a elevação dos estados, Distrito Federal e municípios a partes integrantes e ativas da Federação, a autonomia política, administrativa e financeira das unidades subnacionais ganharam força (RODRIGUES, 2008: 275). Sob este aspecto, destaca Marta Arretche (2000: 26), as variáveis institucionais, capazes de permitir a identificação da capacidade técnica e administrativa dos níveis subnacionais de governo, são essenciais quando da identificação de uma efetiva reforma do Estado, na qual funções de gestão de políticas públicas são transferidas do governo federal para estados e municípios.

Os investimentos dos governos subnacionais, afirma Gilmar Rodrigues (2008:276), principalmente em áreas sociais, são peças fundamentais para entendermos e compreendermos a ação política no Brasil. Sob este aspecto, Marta Arretche realiza um estudo sobre a implantação das políticas sociais no Brasil, a partir dos anos de 1980.

Ao analisar a descentralização de gestão de programas sociais no Brasil, Marta Arretche (2000: 24) refuta os estudos que concluem que ocorreu, ao longo da década de 80, uma significativa elevação do volume de gasto social de governos estaduais e municipais. Estes trabalhos pautam-se na análise de dados agregados de gasto; isto é, comparam o volume de gasto da União, do conjunto dos estados e do conjunto dos municípios brasileiros. Embora seja possível identificar aí uma real tendência de deslocamento do gasto social para estados e municípios, esta conclusão não leva em conta as grandes desigualdades entre as subunidades nacionais quanto à sua capacidade de gasto. Portanto, de acordo com Arretche (2000: 24), “nestes termos, é absolutamente lógico que se suponha que esta ampliação do volume de gasto não tenha sofrido uma trajetória homogênea no interior do país”. Donde subtende-se que as análises agregadas são insuficientes para identificação das variações no gasto social dos estados e municípios brasileiros.

Além disto, destaca Arretche (2000: 24), os indicadores de gasto são dados insuficientes para identificar se funções de gestão pública de programas sociais estão de fato sendo assumidas. Dados de gasto, destaca a autora, não são expressão literal de desempenho de competência na área social.

O fato de que um dado Estado ou município esteja efetuando despesas em uma dada área de política social não significa necessariamente que este está assumindo funções de gestão naquela área. Por exemplo, há municípios brasileiros que atendem à exigência constitucional de gastar 25% de sua receita de impostos e transferências em ensino sem ter uma única matrícula de ensino fundamental, pois o gasto em ensino é realizado sob forma de transporte escolar ou alimentação escolar e assim por diante. O que revela este dado do ponto de vista de uma eventual municipalização do ensino? No mínimo, há uma incompatibilidade entre a informação sugerida pelos indicadores de gasto e a que é fornecida pelos indicadores de cobertura, visto que é possível que um município realize despesas em ensino sem oferecer vagas escolares (ARRETCHE: 2000: 25).

Segundo Arretche (2000: 25), mesmo que dados de gasto revelem que em algum momento o nível de governo em análise desembolsou recursos para a realização de um dado programa social, isto não mostra necessariamente a efetivação de política social em uma dada localidade, pois esta implicaria mais do que despesas de natureza social em um período de tempo. Portanto, destaca a autora, a ocorrência de políticas sociais supõe a institucionalização de capacidade técnica (financeira, administrativa e de recursos humanos) para garantir uma relativa continuidade no fluxo de oferta de um dado bem ou serviço. Assim sendo, podemos observar que programas sociais podem surgir e desaparecer em um curto período de tempo, não podendo, então, ser indicador de que funções de gestão estão sendo desempenhadas de modo permanente por uma determinada unidade de governo.

A política social, afirma Sérgio Abranches (1989: 10), é parte do processo estatal de alocação e distribuição de valores. De acordo com o autor, é um ponto crítico que desenha o complexo dilema político-econômico entre a acumulação e expansão, de um lado, e as necessidades básicas dos cidadãos, bem como a busca de equidade, de outro. Assim sendo, destaca o autor: “Se a política fosse apenas contrato, a política social seria cláusula inarredável do capítulo das obrigações coletivas, a cargo do Estado. Política, porém, é conflito”.

Devido ao padrão de desenvolvimento das últimas décadas, destaca Abranches (1985: 30), consolidou-se focos estruturalmente duros de pobreza, de difícil erradicação. Nem medidas macroeconômicas e nem políticas sociais conseguem atingir os núcleos mais resistentes da miséria. Ou seja, as pessoas em estado de carência estão aprisionadas em uma cadeia de privações, proveniente da operação da ordem social e econômica, que reduz suas chances de acesso a recursos que tornem possível saírem de sua miserável condição. No entanto, afirma o autor (1985: 81), o Brasil reclama por mudanças. É preciso fazer opções que elejam o bem-estar do povo como meta principal dos programas estaduais. Com a mudança nas prioridades de governo é que se poderá obter a necessária redistribuição.

Diante desse quadro, Claudio de Farias Augusto (1996: 62) afirma que a igualdade política entre os cidadãos desdobrou-se “em igualdade civil e em uma nebulosa e, pelo menos até nossos dias, impraticável igualdade social”. Nesse sentido, destaca o autor:

No que diz respeito à relação entre os cidadãos e o Estado, a incorporação de uma nova dimensão à cidadania, a que contempla os direitos sociais, obrigará os governos a desenvolver políticas que se destinam a atender demandas específicas da população, visando alcançar e manter um padrão adequado de bem-estar, portanto políticas sociais.

Sob o ponto de vista democrático, destaca Karina Kuschnir (2000: 140-141), o clientelismo é um problema. Ao invés de se identificar com seu grupo ou classe, o eleitor se identifica como beneficiário de um político influente, o que implica em sentimentos de lealdade e empenho individual, tornando a política inacessível sem a interferência das relações pessoais.

O clientelismo é, sem dúvida alguma, uma prática “perversa” dentro do sistema democrático, sobre o qual se baseiam as instituições políticas brasileiras. Muitas das mazelas do país devem-se à falta de percepção dos direitos e deveres da cidadania por parte da população e, principalmente, dos políticos que ocupam as diversas esferas do poder público (KUSCHNIR 2000: 143).

Segundo Giovana Rocha Veloso (2006: 31), o clientelismo tende a manter as demandas da comunidade em um nível individual, atomizado, sendo principalmente pontual e de caráter imediatista. Dessa forma, acaba impedindo a formação de laços de solidariedade social e obstruindo o livre acesso de grupos organizados da sociedade a ter voz ativa a fim de exigir os seus direitos.

Assim, caímos na armadilha tautológica: em razão de os indivíduos, por serem motivados egoisticamente às suas questões privadas, não há incentivos individuais para a preocupação com o bem comum; os políticos, sabedores disto, voltam-se para as trocas clientelistas como garantia de sucesso eleitoral, estimulando ainda mais os interesses puramente egoísticos, o que não gera incentivos para que a questão

do bem coletivo possa entrar no mercado político-eleitoral como, de fato, um instrumento de barganha (quando muito, estas questões são utilizadas como recursos retóricos), [...] afastando ainda mais a problemática do bem comum das negociações na esfera pública (VELOSO, 2006: 45).

Kuschnir (2001: 157-158) destaca que o político muitas vezes exerce o papel de mediador entre o poder público e a população. Ao relacionar a tarefa do mediador a autora aponta que sua atuação é mais ampla do que a de um intermediário, que apenas transporta informações de um lado para o outro. Sua mediação é *criativa*, gera novos valores e condutas.

Nesse sentido, Zenildo Soares de Souza Junior (2008: 36-37) destaca a interferência do “padrinho” político como o agente intermediário na obtenção do benefício, da obra ou do serviço. Em circunstâncias usuais e regulamentares, afirma o autor, o cidadão que cumpre o rito e obedece à norma, é obrigado a longa espera, ou arrisca-se a não ser atendido. Nesse contexto, dispor de um “padrinho” se torna ainda mais valioso e efetivamente faz a diferença. Dessa forma, o cidadão/pleiteante percebe que para obter algo que requer a participação do Estado existem formas regulamentares e estatutárias, mas o recurso a estas formas não implica a garantia de sucesso. O contrário acontece quando existe a possibilidade de interferência do padrinho político, uma vez que, quando há “vontade política”, tudo se consegue. Assim sendo, destaca Souza Junior, é preciso ser capaz de ter acesso ao padrinho, já que é ele, e não o fato da cidadania, a garantia de acesso ao próprio Estado.

Aproveitando a dificuldade na obtenção de serviços fornecidos pelo Estado, alguns políticos passam a oferecer assistência em centros sociais. Como as áreas da saúde e da educação são as mais deficientes, na maior parte dos casos, as atividades são voltadas para esses setores.

Os três centros visitados encontram-se em áreas cuja qualidade de vida é baixa [...] Essas instituições são responsáveis por serviços que vão desde corte de cabelo até atendimentos médicos, passando por cursos profissionalizantes e creches. Existem centros organizados

contando com funcionários exclusivos para gerenciar os serviços, possuindo atendimento médico e odontológico diários, fisioterapeutas, advogados, psicólogos, laboratórios de análises clínicas e inclusive protéticos que fazem próteses dentárias dentro do próprio centro, para “diminuindo os gastos”, conforme relato de um funcionário (CHERMONT, 2001: 87).

De acordo com o Código Eleitoral (Lei 4737), é proibido o uso de poder econômico com a finalidade de obtenção do voto. O art. 237 afirma:

Art. 237. A interferência do poder econômico e o desvio ou abuso do poder de autoridade, em desfavor da liberdade do voto, serão coibidos e punidos.

Ellen Zacarias (2005: 23) destaca que, dentre os diversificados serviços oferecidos pelos centros sociais, estão creches, cursos profissionalizantes e cursos de alfabetização; além da entrega de cestas básicas, distribuição de remédios, dentaduras, aparelhos ortopédicos etc. No entanto, afirma a autora, existe a predominância de serviços na área da saúde, principalmente consultas médicas. Alguns centros oferecem também fisioterapia, psicologia, odontologia e fonoaudiologia.

De acordo com o art. 299, do Código Eleitoral, é proibido oferecer qualquer vantagem em troca do voto, mesmo que a oferta não seja aceita.

Art. 299. Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita.

Além da prestação de serviços nos centros sociais, ao serem solicitados, os políticos oferecem uma variedade de “ajudas”.

Os tipos de “ajudas” solicitadas pelos eleitores e oferecidas pelo político – emprego, comida, remédio, “ajeitamento” de moradia, internamento hospitalar, encaminhamento de pedido de aposentadoria, pagamento de contas de luz e água, plantas/projetos para construção de casas, entre outros –, revelam o grau acentuado de pobreza do público que vai, por essa via, a da “ajuda”, iniciando a construção de vínculos de clientela [...] (LENARDÃO: 94).

No que diz respeito à concessão de benefícios, com a intenção de obter vantagem eleitoral, a lei eleitoral 9.504, possui a seguinte afirmação:

Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta mil Ufir, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. (Incluído pela Lei nº 9.840, de 28.9.1999)

Também na lei eleitoral 11.300, em seu art. 23, § 5º, consta a seguinte proibição:

§ 5º Ficam vedadas quaisquer doações em dinheiro, bem como de troféus, prêmios, ajudas de qualquer espécie feitas por candidato, entre o registro e a eleição, a pessoas físicas ou jurídicas. (NR).

De acordo com Ellen Zacarias (2005: 30-31), uma das formas de mostrar à população as benesses oferecidas pelos políticos são as lembranças enviadas às casas dos freqüentadores dos centros nos dias dos seus aniversários com uma mensagem do “amigo vereador”. Além disso, ocorre a entrega de papéis – lembretes com nome, número de eleição, nome do partido, horário de funcionamento, endereços e serviços oferecidos aos usuários, onde consta “quem está fazendo [...] aqueles ‘favorzinhos’ a eles”.

Como o centro social é um bem de uso comum, quando o político usa o centro para fazer propaganda está ferindo a lei eleitoral nº 9.504, que proíbe a veiculação de propaganda, de qualquer natureza, nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum. De acordo com a lei:

Art. 37. Nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum, inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados. (Redação dada pela Lei nº 11.300, de 2006)

A lei nº 9.790 - de 23 de março de 1999 - DOU DE 24/03/99 (alterado lei nº 10.539, de 23 de setembro de 2002- DOU de 24/9/2002), dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Em seu art. 16, possui a seguinte proposição:

Art. 16. É vedada às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

A qualificação instituída pela lei 9.790 (art. 3º), somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

- I - promoção da assistência social;
- II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- V - promoção da segurança alimentar e nutricional;
- VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII - promoção do voluntariado;
- VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- XI - promoção da ética, da paz da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- XII - estudos e pesquisas desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às, atividades mencionadas neste artigo.

Diante do exposto, por estarem ligados à prestação de serviços gratuitos à população, os centros sociais se enquadram ao perfil de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. No entanto, a lei exige ainda:

- I - a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;
- II - a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;
- III - a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
- IV - a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa

jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta;

V - a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social;

VI - a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;

VII - as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão [...]

## **B) A IMPRENSA E OS CENTROS SOCIAIS**

Nos últimos anos, principalmente com a intensificação da fiscalização eleitoral, a imprensa vem divulgando continuadas notícias sobre os serviços e o funcionamento dos centros sociais.

Segundo informações da mídia, diante do precário funcionamento da rede pública, há uma infinidade de serviços prestados por políticos em seus centros sociais. Muitos desses serviços dificilmente são fornecidos pelo poder público, outros nem ao menos constam entre os serviços fornecidos.

De acordo com artigo do jornal “O Globo” (21/06/08), há um Centro Social em Nova Iguaçu que, para ajudar a resolver problemas como obesidade e tabagismo oferece o serviço de auriculoterapia – técnica milenar de aplicar nas orelhas sementes que produzem estímulos no sistema nervoso central. “Muitas mães aproveitam o dia da consulta médica dos filhos para fazer o tratamento. A poucos quarteirões dali, um posto público de saúde nunca ofereceu auriculoterapia. Já é muito quando há um pediatra para atender as crianças do lugar”.

Em entrevista ao Jornal EXTRA, uma idosa de Vila União, em São João de Meriti, afirma preferir ser atendida no posto médico próximo à sua casa, mas como esse posto não tem equipamento, acaba tendo que recorrer ao centro social mantido pelo vereador em quem seu filho votou.

“Uma amiga me indicou o centro social. Meu filho votou no vereador. Por isso, vim para cá. Preferia fazer o tratamento no posto de saúde, que é mais perto da minha casa, mas lá não tem aparelho” (SOUZA, EXTRA, 07/08/11: 16).

Uma outra senhora atendida no mesmo centro social, afirma não encontrar médicos nos postos de saúde de Vila União e Vilar dos Teles. Diante disso, enaltece o funcionamento do serviço prestado pelo político e deixa transparecer a sua admiração por ele.

“A gente vai nos postos de Vila União e Vilar dos Teles, mas nunca tem médico. Precisava de pediatra para a minha neta, mas não tem. Isso aqui (o centro social), nos vale muito. O Francisco Costa é nosso deus” – elogia (SOUZA, EXTRA, 07/08/11: 16).

Também é motivo de destaque a quantidade de atendimentos feitos pelos centros sociais na Baixada Fluminense.

De acordo com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, 56 centros sociais funcionam na Baixada Fluminense, e, apenas em quatro deles (em Meriti, Belford Roxo e Nova Iguaçu) são realizados por ano 68.640 atendimentos. O número é significativo: equivale a 22% do que é realizado nos postos de saúde municipais localizados nas mesmas áreas dos chamados “pronto-socorros eleitorais” (ZOUZA, JORNAL EXTRA, 2011: 16).

De acordo com o jornal “O Globo” (01/08/10), a manutenção de centros sociais ajuda a atrair o voto do eleitor. Como é o caso da deputada estadual Graça Pereira (DEM). “Dos 51.255 votos conquistados em 2006, 39.329 (77%) foram conquistados na Ilha do Governador, onde ficam as sete creches do Grupo Comunitário Equipe Jorge Pereira (GCE), fundado pela deputada em homenagem ao marido, o vereador Jorge Pereira”.

Em São Gonçalo, segundo “O Globo” (BOTTARI e VICTOR, 31/07/10), o Ministério Público atribui ao deputado estadual Altineu Cortês (PR) dois centros sociais. Segundo o jornal, na região onde se encontram os centros, Altineu conquistou 57 % dos 15.369 votos em 2006.

De acordo com artigo de Priscila Souza (EXTRA, 2011), partindo-se de informações sobre os vereadores dos municípios que compõem a Baixada, chegou-se a “Francisco da Costa e outros 16 parlamentares com maior número de mandatos na região. Destes, cinco estão à frente de centros sociais. Outros três também apostam no assistencialismo, de olho nas urnas”.

O oferecimento irregular de serviços públicos é um dos motivos apontados pela imprensa para o “sucesso” dos centros sociais. Um artigo do jornal “O Globo” (21/06/08) cita que, no vácuo do poder público, os vereadores oferecem serviços ao eleitorado carente e garantem seguidos mandatos.

Uma legião de vereadores, nas eleições deste ano, consagrará os centros sociais como eficiente máquina de produzir votos. De cortes de cabelo a consultas médicas, esses serviços brotam no vácuo deixado pelo poder público, transformando parlamentares que deveriam fiscalizar o Poder Executivo ou aprovar leis municipais em prefeitinhos de suas comunidades (O GLOBO, 21/06/08).

Segundo o “Jornal do Brasil” (BORGES, 31/08/10), vereadores e deputados têm utilizado ambulâncias e Kombis para transportar, nem sempre de maneira correta, doentes para hospitais. De acordo com representantes da classe médica, na maior parte dos casos, os veículos não estão adequadamente equipados e a falta de triagem destes serviços superlota as unidades hospitalares e compromete o atendimento. Para Adelson Alípio (BORGES, JB, 31/08/10), presidente do Conselho Distrital de Saúde da Zona Oeste, na maioria dos casos, os veículos são disponibilizados nos centros sociais dos parlamentares, que têm seus nomes estampados nas ambulâncias improvisadas. Para Alípio “o assistencialismo por parte dos parlamentares, através desses veículos clandestinos, mostra a fraqueza do poder público”. Também o vereador Chiquinho Brazão (PMDB) conta que, junto com o deputado Domingos Brazão (PMDB) possui oito ambulâncias para atender moradores de Jacarepaguá, Bento Ribeiro e São João de Meriti. Segundo o vereador (BORGES, JB, 31/08/10), a crise na saúde aumentou a procura pelo serviço. Nesse sentido argumenta:

Na ausência do poder público, alguém tem que atuar. O problema existe e as pessoas precisam ser removidas. Se não tivesse a ambulância, elas iriam de trem, caminhão ou ônibus - defende o vereador, enfatizando que não exige o título de eleitor para prestar o serviço (BORGES, JB, 31/08/10).

Diante da utilização política de serviços e centros sociais, muitas vezes parte-se do pressuposto de que a diminuição dos gastos na área social acaba sendo conveniente para políticos utilizadores da prática do favor. Em artigo enviado por Ivo Monteiro Sales ao jornal “O Globo” (17/08/10), destaca-se a atuação de alguns políticos.

O que de verdade acontece no Rio de Janeiro e em outras muitas cidades em todo o Brasil é que os políticos, ao oferecerem programas assistencialistas, objetivam somente o voto. Pois não aprovam destinação de verbas públicas a serem utilizadas em escolas e postos de saúde, pois isso faria com que as pessoas não necessitassem dos serviços oferecidos em seus respectivos centros sociais.

Comum é a ameaça de paralisação dos serviços em caso de negativa de eleição ou reeleição, vitimando a população duas vezes: pelo abandono por parte da administração local e pelos mandos e desmandos dos "coronéis" locais.

Segundo a procuradora da República Silvana Batini (BOTTARI e MASCARENHAS, O GLOBO, 07/11/10: 33), que esteve à frente da Procuradoria Regional Eleitoral por dois anos, os centros sociais transformaram-se em um entrave no desenvolvimento de políticas públicas. A procuradora destacou ainda que parlamentares exploram a carência do povo para aparecerem como benfeitores. Afirma a procuradora:

“Se você for examinar a trajetória daquele político, ele não tem nenhuma expressão na área da saúde pública. Pelo contrário. Quando ele se interessa pelas carências é para explorar isso através de seu próprio centro social. E pior: com recurso público”<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Como exemplo da realização de políticas públicas, na área da saúde, pelo legislativo municipal das cidades de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, vide anexo.

Um exemplo a ser dado, quando da utilização do recurso público em favor de interesses pessoais, é citado por Elenilce Bottari (O GLOBO, 09/07/10). Segundo Bottari, os fiscais do TRE fecharam O Centro Social Instituto de Desenvolvimento Social e Humano, que pertencia a Willian Coelho (PRTB). No local, foram apreendidos medicamentos e aparelhos médico-hospitalares, de propriedade da Fundação Nacional de Saúde. Além disso, os fiscais apreenderam ainda fichas em branco, que os pacientes assinavam para autorizar a colocação de placas de campanha nas residências.

Em outro artigo de “O Globo” (07/11/10), Gabriel Mascarenhas e Elenilce Bottari destacam que “os currais eleitorais do estado podem estar no cerne da grave crise da rede pública de saúde do Rio”. Segundo o artigo, durante operações realizadas pela fiscalização do Tribunal Regional eleitoral (TRE) em cerca de vinte centros sociais mantidos por políticos foram apreendidos documentos internos da rede pública, como encaminhamentos para a realização de exames e até de internações. Em pelo menos três dos centros fiscalizados também foram apreendidos medicamentos e equipamentos hospitalares pertencentes ao Ministério da Saúde.

O vereador Wilson de Carvalho (PSC), segundo “O Dia” (23/06/10: 08), é suspeito de utilizar recursos públicos em sua campanha. O vereador está sendo investigado por envolvimento em esquema de fraude contra o Sistema Único de Saúde (SUS) para benefício eleitoral. Em operação, agentes da Delegacia de Defraudações (DDef) cumpriram mandados de busca e apreensão na casa e no gabinete do vereador, ambos em Nova Iguaçu. Foram encontrados documentos, como fichas cadastrais, cópias de título de eleitor, CPF, comprovantes de residência e prontuários médicos com assinaturas falsificadas. De acordo com o delegado, entre o material apreendido estão pedidos para tratamento em hospitais da região e requisições para cirurgias de laqueadura de trompa e vasectomia. O delegado juntou ao inquérito uma gravação de vídeo de uma fila de eleitores na calçada de um dos centros sociais do vereador, que fica no centro de Nova Iguaçu. De acordo com “O Dia”, Wilson de Carvalho afirmou que “agiliza” o atendimento médico dos que o procuram nos seus centros sociais devido à dificuldade de marcação de consultas nos postos de saúde.

Segundo “O Globo” (01/08/10: 12), os centros sociais são alvo da Procuradoria Regional Eleitoral, do Ministério Público Estadual e da fiscalização do TRE-RJ. De acordo com o jornal, os centros sociais ligados a políticos e usados para fim eleitoreiro estão na mira das equipes encarregadas do combate à corrupção eleitoral. O artigo cita uma entrevista com a procuradora regional eleitoral, Silvana Batini, em que a mesma afirma:

A exploração de centros sociais com finalidade eleitoreira é uma modalidade empresarial de compra de voto. O modelo antigo de compra por troca de dentaduras está sendo substituído por estruturas empresariais que compram votos e vivem da omissão do Estado.

Existe um pacto mudo entre o Estado e esses políticos, que precisam que o Estado seja omissor para poder tirar proveito. Esses centros oferecem serviços médico e odontológico precários no vácuo do que o Estado devia oferecer e não oferece. Vamos enfrentar essa questão dos centros sociais esse ano, imputando a essa prática o crime de abuso de poder econômico.

De acordo com “O Globo” (BOTTARI, 08/09/10), os centros sociais ligados a políticos, além de captação de votos e abuso de poder econômico, agora são também caso de polícia. Devido a desvios de medicamentos e de equipamentos hospitalares, a procuradora regional eleitoral, Silvana Batini, requisitou à Superintendência da Polícia Federal instauração de inquérito por causa das apreensões realizadas nos centros dos candidatos Domingos Brazão, Willian Coelho, Jefferson Dias e Daniella Santos, entre outros. Também foram encaminhados ofícios para o Ministério Público para apuração de casos de medicamentos vencidos.

Além disso, conforme jornal “O Dia” (VERDE, 08/07/10), o deputado estadual Domingos Brazão (PMDB) oferecia em seu centro social, localizado em Jacarepaguá, escovas de dente infantis, com o nome Brazão gravado nos cabos. No local também foram encontradas, pelos fiscais da justiça eleitoral, centenas de amostras grátis de remédios, cestas básicas, camisetas e folhetos com os nomes do deputado e do irmão dele, o vereador Chiquinho Brazão (PMDB).

Uma outra manobra realizada, tendo em vista a obtenção do voto, é destaque de “O Globo” (01/08/10: 12). Segundo o jornal, a presidente da Câmara Municipal de Angra dos Reis, vereadora Vilma dos Santos, fazia de seu gabinete um centro social informal, onde oferecia serviços e distribuía donativos de fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus para desabrigados das chuvas de Angra, em troca de votos. De acordo com o jornal, ela usava inclusive servidores e carros daquele município.

Segundo Elenilce Bottari (O GLOBO, 16/07/10), fiscais do TRE fecharam dois centros sociais de Lucinha, situados nos bairros de Campo Grande e Santa Cruz. Nos dois endereços foram apreendidos farto material de campanha da vereadora, que veio como candidata a deputada estadual pelo PSDB. “Segundo o juiz Paulo Cesar Vieira de Carvalho Filho, coordenador da fiscalização eleitoral, centros sociais são considerados locais de uso comum do público, assim como igrejas e escolas, sendo, portanto, proibido manter material de campanha em seu interior” (BOTTARI, O GLOBO, 16/07/10). De acordo com “O Globo”, a fiscalização encontrou ainda uma listagem com os nomes e números de títulos de eleitores de uma determinada seção sob o título de “boca de urna”.

No centro social da deputada Graça Pereira (DEM), segundo Marcelo Dias (EXTRA, 14/06/10), o TRE apreendeu formulários com informações de títulos de leitor, recibos de encaminhamentos a hospitais públicos, receituários, medicamentos e três computadores na sede do Grupo Comunitário Equipe Jorge Pereira (nome do marido da deputada), na Ilha do Governador. Além disso, fiscais do TRE encontraram dois títulos eleitorais, que foram encaminhados para o Ministério Público Eleitoral.

Em notícia de “O Globo”, de 02/08/10, também é citado o fechamento do centro social do candidato a deputado estadual Sebastião Adair Peres, o “Tatá da Saúde”. No local, foram apreendidos formulários de requisição de exames e encaminhamento de consultas médicas e odontológicas, com campos para preenchimento do número do título de eleitor, zona eleitoral e seção. Além disso, havia uma faixa colocada na fachada anunciando exame de vista grátis agendados para 30 de julho do corrente ano. Foram encontrados também contracheques emitidos pela prefeitura do Rio de Janeiro e um talão de cheques, ambos em nome do candidato. No entanto, Sebastião Adair esteve no local e negou que o centro social fosse de sua propriedade.

Em notícia do jornal “O Dia” (VERDE, 05/07/08), o juiz Luiz Márcio Victor Alves Pereira, informou que não se pode impedir o funcionamento dos centros sociais, mas a fiscalização está orientada para agir se houver conduta inadequada, como distribuição de bens e propaganda dentro do centro social. Caso a irregularidade seja constatada, o candidato pode ser alvo de ação por compra de voto e perder o registro da candidatura. Em artigo do JB (27/06/10), o juiz Luiz Márcio declara que a fiscalização promete rigor sem trégua para o que ele chama de assistencialismo político, afirma que não se pode admitir que os centros sociais, patrocinados por candidatos, prestem atendimento em troca de dados contidos no título de eleitor. Segundo o juiz, “não se pode admitir a compra de votos travestida de solidariedade”.

Diante da fiscalização, muitos políticos tentam desvincular seus nomes dos centros sociais. Um exemplo é o deputado estadual Alessandro Calazans (PMN) que possui uma curiosidade no centro social de Nilópolis. Em visita ao referido centro, o jornal “O Globo” (01/08/10: 12) obteve da recepcionista a informação de que aquele não era um serviço do candidato, embora o “escritório político” de Calazans ficasse na porta ao lado. Conforme o jornal, Calazans tem seu nome ligado a pelo menos seis centros sociais, de acordo com levantamento do Ministério Público.

Um outro exemplo pode ser verificado em São Gonçalo. “O Globo” (BOTTARI e VICTOR, 31/07/10) destaca que, apesar de na fachada de uma construção haver o nome de Centro de Atendimento à Comunidade, a vizinhança conhece o local como centro social do Altineu. No entanto, por meio de sua assessoria, o deputado estadual Altineu Cortês nega que tenha qualquer vínculo com os CACs.

De acordo com “O Globo” (21/06/08) um dos segredos mais protegidos dos centros sociais é a origem dos recursos. De médicos a serventes, destaca o jornal, os funcionários do local garantem que são voluntários e trabalham de graça. Um exemplo desta versão acontece em Cerâmica, bairro pobre de Nova Iguaçu. Embora a clientela do centro social sustente que a entidade pertence ao vereador Celso Birro, ele diz que só “dá uma ajuda” à entidade, que se somaria a outras contribuições de empresários da região.

Contudo, há também os que assumem sua atuação e intenção.

- Quando oferecemos o assistencialismo, claro que o objetivo é o voto. Fazemos o que o poder público não faz – admite com rara franqueza o vereador Nagi Almawy (PSC), que está no sétimo mandato na Câmara de Nova Iguaçu.

Ao contrário da maioria dos colegas, Nagi assume publicamente que é o responsável pelo Centro Social Amigos da Comunidade, do bairro Jardim Nova Era. Outros vereadores preferem atuar na ambiguidade. Ante os olhos dos eleitores, reforçam os vínculos com os serviços que oferecem. Mas, para as instituições públicas, principalmente para as que respondem pela fiscalização de suas atividades, são apenas meros colaboradores das entidades – muitas delas geridas por laranjas (O GLOBO, 21/06/08).

## **CAPÍTULO 4**

### **CENTROS SOCIAIS E SERVIÇOS PRESTADOS POR POLÍTICOS EM NOVA IGUAÇU E DUQUE DE CAXIAS**

Através da análise de entrevistas realizadas com os vereadores dos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, tem-se por objetivo verificar a utilização de práticas clientelistas, assim como observar se algum desses vereadores têm uma concepção diferente, desligada desse tipo de prática. Por meio do levantamento dos serviços prestados pelos vereadores, foi feito um balanço de suas atuações.

#### **A) SERVIÇOS PRESTADOS POR VEREADORES EM NOVA IGUAÇU**

O município de Nova Iguaçu possui 21 vereadores. Através de entrevistas<sup>14</sup> realizadas na Câmara Municipal, com 9 vereadores e 3 assessores, foram obtidas informações sobre 12 dos legisladores da cidade. O objetivo das entrevistas foi aprofundar o conhecimento sobre a realização de serviços prestados pelos vereadores e averiguar a existência e funcionamento de centros sociais patrocinados por esses políticos no município. De acordo com os dados obtidos, foi elaborado o seguinte quadro<sup>15</sup>:

---

<sup>14</sup> Entrevistas realizadas no período de 09/11/2010 a 07/12/2010.

<sup>15</sup> A informação relativa ao vereador Marcos Fernandes foi obtida através do site da Câmara Municipal de Nova Iguaçu (<[http://www.cmni.rj.gov.br/vereadores/marcos\\_fernandes/](http://www.cmni.rj.gov.br/vereadores/marcos_fernandes/)>, acesso em 05/01/10). Também através do site da câmara foram recolhidas informações sobre o vereador Marivaldo Amorim (<[http://www.cmni.rj.gov.br/vereadores/marivaldo\\_amorim/](http://www.cmni.rj.gov.br/vereadores/marivaldo_amorim/)>, acesso em 05/01/10). As informações sobre os demais vereadores foram obtidas através de entrevistas. Os dados sobre o vereador Wilson de Carvalho foram obtidos não só através da entrevista, mas também foram utilizadas informações do jornal “O Dia” (23/06/10: 08).

<b>VEREADORES</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>SEVIÇOS ASSISTENCIAIS</b>
<b>Alexandre José Adriano (Xandrinho)</b>	PV	Possui um local onde oferece serviços médicos, odontológicos e atendimento jurídico.
<b>Carlos Eduardo Moreira da Silva (Carlinhos Presidente)</b>	DEM	Possui um trabalho social vinculado ao clube ao qual é presidente. Para pessoas com mais de 55 anos, presta-se serviços de hidroginástica, hidroterapia, tai chi chuan, recreação, ginástica localizada e artesanato. Há também escolinha de futebol, judô, caratê, capoeira e dança de salão.
<b>Carlos Roberto Ferreira (Ferreirinha)</b>	PT	Não possui.
<b>João Fernandes Laranja (Pastor Laranja)</b>	PSDB	Possui trabalho na Igreja, com consultório médico e fornecimento de cestas básicas.
<b>Jorge Luiz de Freitas Dias (Jorge de Austin)</b>	PSDB	Possui um local onde presta atendimento comunitário, com atendimento jurídico, encaminhamentos para cirurgias, exames laboratoriais, clínica médica e exames de alta complexidade.
<b>Marcos Aurélio Rocha da Costa (Marcos Rocha)</b>	DEM	Possui um centro social com médicos, artesanato, cursos de informática, de inglês e de espanhol.
<b>Marcos de Oliveira Fernandes (Marcos Fernandes)</b>	DEM	Mantém um centro social em Vila de Cava, onde presta atendimento jurídico e oferece cursos de informática (ambos gratuitamente) para a população.
<b>Maria Nicolazina Wienen Guimarães (Nicolazina Acarisi)</b>	PMDB	Não tem. Já ajudou em um centro social de um outro vereador, onde era assessora. Já ajudou em camisa para time de futebol para crianças.
<b>Marivaldo Amorim dos Santos (Marivaldo Amorim)</b>	PT do B	Implantou um gabinete itinerante levando aos bairros do município orientações jurídicas gratuitas através de dois advogados e encaminhamento aos órgãos e instituições competentes. Possui uma assistente social que presta esclarecimentos aos idosos em assuntos relativos aos benefícios da Previdência Social, entre outras dúvidas. O vereador Marivaldo Amorim tem levado aos bairros, através de seu trabalho social, profissionais técnicos de enfermagem que prestam os primeiros atendimentos clínicos: pressão arterial, medição de glicose, medição de colesterol e orientações básicas, principalmente relativas aos problemas da auto-medicação.
<b>Marli Silva Camara de Freitas (Professora Marli)</b>	PT	Não possui.
<b>Rosângela de Souza Gomes (Rosângela Gomes)</b>	PRB	Em um ônibus emprestado por amigos, presta serviço de ginecologia, pediatria, odontologia, psicólogo e atendimento jurídico.
<b>Wilson de Carvalho</b>	PSC	De acordo com entrevista com o vereador, ele teve um centro

<b>(Wilson de Carvalho)</b>	social que durou por 5 anos, mas fechou em 2006. Já Segundo jornal “O Dia” (23/06/10: 08), o vereador possui 4 centros sociais.
-----------------------------	---

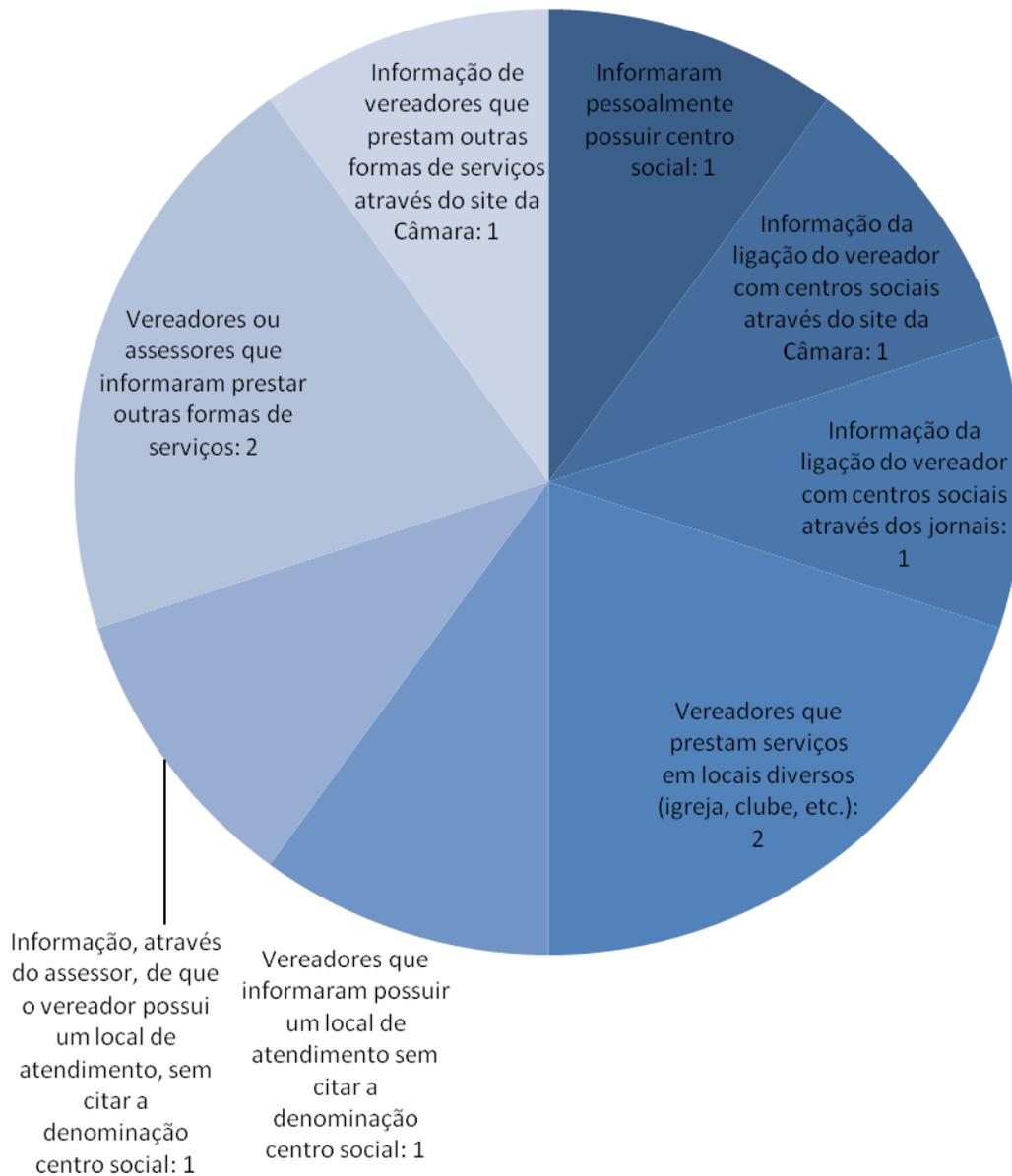
De acordo com o quadro apresentado, dos 12 legisladores citados, apenas dois deles não possuem informações de que estão ou de que estiveram ligados à prestação de serviços para a população. A intenção era coletar a opinião de todos os vereadores e/ou assessores, mas só foi possível obter informações sobre uma parte deles, uma vez que alguns se recusaram alegando não ter tempo, e outros, após diversas tentativas, em nenhuma delas se encontravam presentes no gabinete. O quadro abaixo nos dá uma visão sobre os vereadores ou assessores que se dispuseram a dar entrevistas e os que, apesar das várias tentativas, não aceitaram.

<b>Vereadores que aceitaram ser entrevistados ou que tiveram as informações prestadas pelos assessores</b>	<b>Vereadores que não aceitaram ser entrevistados</b>
Alexandre José Adriano (Xandrinho)	Anderson dos Santos da Silva (Anderson Santos)
Carlos Eduardo Moreira da Silva (Carlinhos Presidente)	Daniel Eduardo da Silva (Daniel da Padaria)
Carlos Roberto Ferreira (Ferreirinha)	Fernando Gomes Cid (Fernando Cid)
João Fernandes Laranja (Pastor Laranja)	Fernando Celso de Lima Almawy (Fernando Nagi)
Jorge Luiz de Freitas Dias (Jorge de Austin)	Jorge Marotte Corrêa (Jorge Marotte)
Marcos Aurélio Rocha da Costa (Marcos Rocha)	Marcos Costa Martins (Marquinhos da Tia Megue)
Marcos de Oliveira Fernandes (Marcos Fernandes)	Wellington Leite Pires (Pastor Wellington)
Maria Nicolazina Wiene Guimarães (Nicolazina Acarisi)	Thiago Marçal Portela (Thiago Portela)
Marivaldo Amorim dos Santos (Marivaldo Amorim)	Vilma de Freitas Pereira (Vilma Aguazul)
Marli Silva Camara de Freitas (Professora Marli)	
Rosângela de Souza Gomes (Rosângela Gomes)	
Wilson de Carvalho (Wilson de Carvalho)	

Além da falta de disponibilidade em dar entrevistas, outra dificuldade enfrentada foi a obtenção da veracidade a partir da informação transmitida pelo vereador, quando da indagação sobre sua ligação com centros sociais e outras formas de prestação de serviços. Muitas vezes essa informação não foi

retratada nas entrevistas, sendo obtida através de outros meios. No gráfico abaixo podemos verificar a forma como foi disponibilizada a informação sobre os vereadores entrevistados e sua relação com a prestação de serviços. O gráfico se refere apenas aos 10 vereadores sobre os quais foram obtidas informações de sua ligação com benesses concedidas à população. Sobre dois dos vereadores entrevistados não foram obtidas informações a respeito desse tipo de prática.

## Diagnóstico dos vereadores entrevistados de Nova Iguaçu

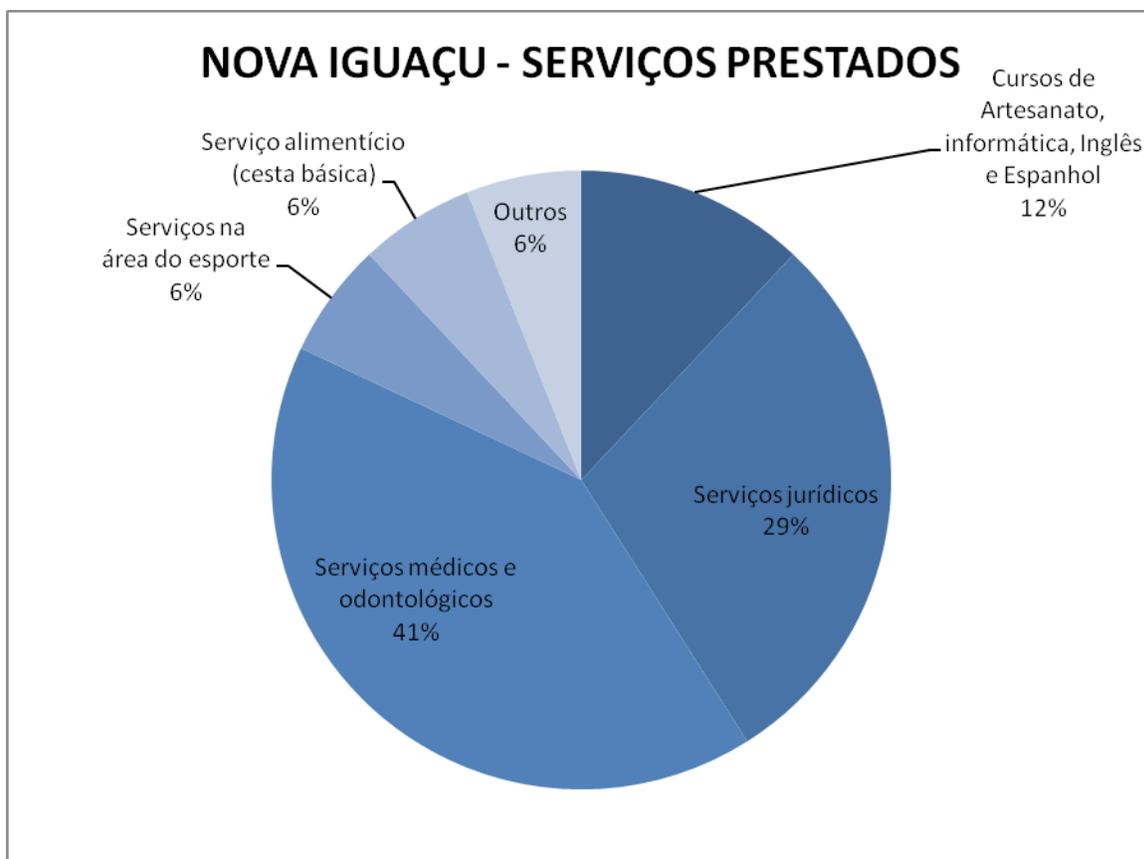


Diante do gráfico apresentado, podemos observar a diversidade de informação a respeito dos vereadores que prestam serviços à população. Apenas um afirmou pessoalmente possuir centro social, a informação sobre a ligação de outros dois vereadores com centros sociais foi obtida através do site da Câmara e dos jornais. Dois outros vereadores possuem um local de atendimento, mas não foi utilizada a denominação centro social. Outros dois prestam serviços em locais diversos, como igreja e clube. A informação sobre outras formas de serviços fornecidas por outros três vereadores foi obtida nas entrevistas ou no site da Câmara Municipal.

Além da diversidade de informações sobre a ligação dos vereadores com a prestação de serviços à população, há também uma variedade de serviços prestados, que vai desde uma cesta básica a aulas de dança de salão. No quadro abaixo está relacionado o tipo de serviço fornecido pelos vereadores entrevistados em Nova Iguaçu.

## NOVA IGUAÇU – SERVIÇOS PRESTADOS

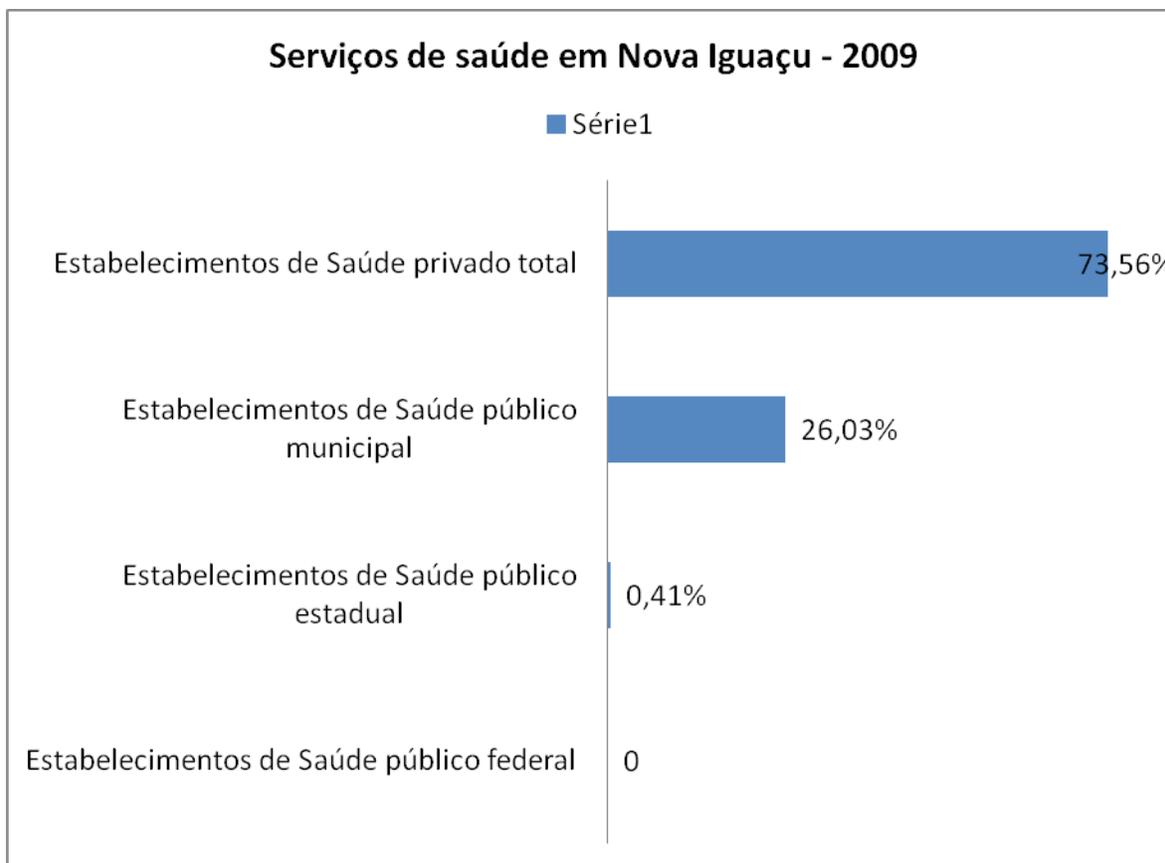
<b>VEREADORES ENTREVISTADOS</b>	<b>Serviços Médicos e odontológicos</b>	<b>Serviços jurídicos</b>	<b>Serviços na área do esporte</b>	<b>Serviço alimentício (cesta básica)</b>	<b>Cursos de Artesanato, Informática, Inglês e Espanhol</b>	<b>Outros</b>
Alexandre José Adriano (Xandrinho)	X	X				
Carlos Eduardo Moreira da Silva (Carlinhos Presidente)			X			
Carlos Roberto Ferreira (Ferreirinha)						
João Fernandes Laranja (Pastor Laranja)	X			X		
Jorge Luiz de Freitas Dias (Jorge de Austin)	X	X				
Marcos Aurélio Rocha da Costa (Marcos Rocha)	X				X	
Marcos de Oliveira Fernandes (Marcos Fernandes)		X			X	
Maria Nicolazina Wienen Guimarães (Nicolazina Acarisi)						X
Marivaldo Amorim dos Santos (Marivaldo Amorim)	X	X				
Marli Silva Camara de Freitas (Professora Marli)						
Rosângela de Souza Gomes (Rosângela Gomes)	X	X				
Wilson de Carvalho (Wilson de Carvalho)	X					



De acordo com o quadro e o gráfico apresentados, podemos observar que o grande destaque se refere aos serviços prestados na área da saúde, uma das áreas mais precárias em nosso país, contando com um percentual de 41% das realizações. Logo após, estão os serviços jurídicos, com 29%. Em seguida, vêm os demais serviços.

Sendo a área da saúde a mais procurada dentre os serviços prestados pelos vereadores de Nova Iguaçu, é conveniente obter maiores informações sobre a realização desse serviço no município. Por meio de dados, obtidos pelo IBGE (2009), podemos observar como se dá a prestação de serviços de saúde em Nova Iguaçu.

Estabelecimentos de Saúde público federal	0
Estabelecimentos de Saúde público estadual	1
Estabelecimentos de Saúde público municipal	63
Estabelecimentos de Saúde privado total	178



Pelo gráfico acima podemos perceber que o atendimento na área da saúde, em Nova Iguaçu, é realizado principalmente pelos estabelecimentos de saúde privados (73,56%). Não é fornecido atendimento a nível federal e existe apenas um estabelecimento estadual na cidade, perfazendo 0,41%. No entanto, através de informação da Secretaria de Saúde Municipal, a cidade possui duas Unidades de Pronto Atendimento (UPA), uma no bairro de Cabuçu e outra no bairro Botafogo. A nível municipal, existem o Hospital Geral de Nova Iguaçu, mais conhecido como Hospital da Posse; a Policlínica Geral de Nova

Iguaçu, o Centro Maternidade Infantil Mariana Bulhões e os postos de saúde, apresentando 26,03%.

## B) SERVIÇOS PRESTADOS POR VEREADORES EM DUQUE DE CAXIAS

O município de Duque de Caxias possui 21 vereadores. Através<sup>16</sup> de entrevistas realizadas na Câmara Municipal (com 12 vereadores e 3 assessores) e de informações obtidas no site da Câmara<sup>17</sup>, foi possível construir o seguinte quadro:

VEREADORES	PARTIDOS	SERVIÇOS ASSISTENCIAIS
<b>Ademir Martins da Silva (Ademir Martins)</b>	PV	Possui dois centros sociais, que prestam serviço de fisioterapia e cardiologia. Oferece academia e ajuda em enterros.
<b>Denilson Silva Pessanha (Maninho do Posto)</b>	PSDB	Possui um centro social, com serviço de fisioterapia, pediatria, odontologia, fonoaudiologia e oftalmologia. Possui também psicólogo e assistência jurídica. Em um clube do bairro, chamado Rosário, oferece hidroginástica, natação, futebol de salão, basquete, vôlei e escolinha de futebol para as crianças.
<b>Carlos Alberto Oliveira do Nascimento (Carlos de Jesus)</b>	PMDB	Possui um trabalho de atendimento na igreja, da qual é o pastor. Leva profissionais na área de oftalmologia para fazer o atendimento. Através de parceria, oferece óculos a preços mais acessíveis. Como líder religioso promoveu um trabalho de ressocialização com pessoas alcoólatras, drogadas e carentes. À frente da ABC <sup>18</sup> (Associação Beneficente Cristã), ONG criada para

<sup>16</sup> Entrevistas realizadas no período de 05/05/2011 a 14/06/2011.

<sup>17</sup> <<http://www.cmdc.rj.gov.br>>, acesso em 06/06/2011.

<sup>18</sup> Informação obtida através do site da Câmara Municipal de Duque de Caxias - <<http://www.cmdc.rj.gov.br>>, acesso em 11/07/2011.

		ser o "braço-social" da igreja.
<b>Dalmar Lirio Mazinho de Almeida (Mazinho)</b>	PSDB, mas está indo para o PDT	É patrono de uma entidade chamada “Projeto Amigo”, que funciona em quatro ou cinco locais. O projeto possui uma escola, uma creche, atividades físicas e esportivas; tem natação e hidroginástica. Possui também atendimento médico, odontológico e fisioterapia.
<b>Divair Alves de Oliveira Junior (Junior Reis)</b>	PMDB	Possui um escritório, onde ajuda as pessoas que o procuram, principalmente na área da saúde e na obtenção de emprego. Também presta atendimento em sua casa.
<b>Eduardo Moreira da Silva (Eduardo Moreira)</b>	PC do B	Não possui centro social. No entanto, o pai de Eduardo Moreira, o deputado estadual Geraldo Moreira, possui um centro social chamado “Centro de Defesa dos Direitos Humanos Geraldo Moreira”, que tem dois andares, localizado na Avenida Presidente Kennedy, em Duque de Caxias. “De acordo com o coordenador da entidade, Alexandre Fabian, 600 pessoas são atendidas diariamente, de graça, em diversos tipos de atividades sociais” (LEITÃO E PRADO, O Dia, 18/04/2008).
<b>Evangivaldo dos Santos Soares (Grande)</b>	PSDB	Declarou não possuir centro social, apenas ajuda uma associação em seu bairro. No entanto, o site da Câmara Municipal de Duque de Caxias <sup>19</sup> traz a informação sobre um centro comunitário, chamado IBIS, instalado pelo vereador Grande. Em entrevista, o vereador informou que também presta outros tipos de serviços, como doação de cestas básicas, ajuda para compra de remédios e de passagens, etc.

<sup>19</sup>< <http://www.cmde.rj.gov.br>>, acesso em 11/07/2011.

<b>Francisco dos Santos (Chico Borracheiro)</b>	PSB	Idealizou e fundou a ELACE <sup>20</sup> . De acordo com JB online (MÁIRAN, 15/07/08), “o diretor informa que mais de 1000 pessoas, de todas as idades, são atendidas na Entidade Luz da Manhã Criança Esperança (Elace), [...] fazem ali musculação, ginástica localizada, academia de balé, judô, lambaeróbica, dança de salão, entre outras atividades [...]”.
<b>Joaquim José Santos Alexandre (Quinzé)</b>	PTC	Ajuda a ABISA (Associação Beneficente Isabel Santos Alexandre), nome colocado em homenagem à mãe do vereador. A associação possui serviço de dentista, médico e fisioterapia.
<b>Juliana Fant Alves (Juliana Filha do Tião do Táxi)</b>	PSC	Patrocinou casamento gratuito e ginástica para a terceira idade, na praça da Igreja São Pedro.
<b>Marcelo Ferreira Ribeiro (Marcelo do Seu Dino)</b>	PV	De início, afirmou possuir um ônibus, depois disse que pede emprestado o veículo para ajudar as pessoas, muitas vezes para levar para enterros.
<b>Margarete da Conceição de Souza Cardoso (Gaete)</b>	DEM	Em 2001, fundou a AMCS- Associação Maria da Conceição de Souza, em homenagem à mãe, já falecida. A AMCS passa a atender cada vez mais pessoas, em várias especialidades médicas, inclusive com tratamento odontológico <sup>21</sup> .
<b>Maria de Fátima Pereira de Oliveira (Fatinha)</b>	PSC	Possui dois centros sociais, um em funcionamento, o outro em fase de inauguração. Presta serviços na área médica, na área odontológica e na área jurídica. Também tem a parte de informática.
<b>Moacyr Rodrigues da Silva</b>	PSDB	Possui uma instituição que presta

<sup>20</sup> O vereador /Francisco dos Santos não concedeu entrevista, sua informação foi obtida através do site da Câmara Municipal de Duque de Caxias - <<http://www.cmdc.rj.gov.br>>, acesso em 11/07/2011.

<sup>21</sup> Informação obtida através do site da Câmara Municipal de Duque de Caxias - <http://www.cmdc.rj.gov.br>. Consultado em 11/07/2011.

<b>(Moacyr da Ambulância)</b>		serviços de dentista, fisioterapia, clínico e pediatra. A instituição também possui judô, capoeira, caratê e balé. Há uma Kombi que apanha quase 80 pessoas idosas para fazer fisioterapia.
<b>Nivan Almeida (Nivan)</b>	PDT	Não possui.
<b>Orlando José da Silva (Orlando Silva)</b>	PPS	Ajuda uma associação cultural e educacional, sem fins lucrativos, que possui o nome do seu pai.

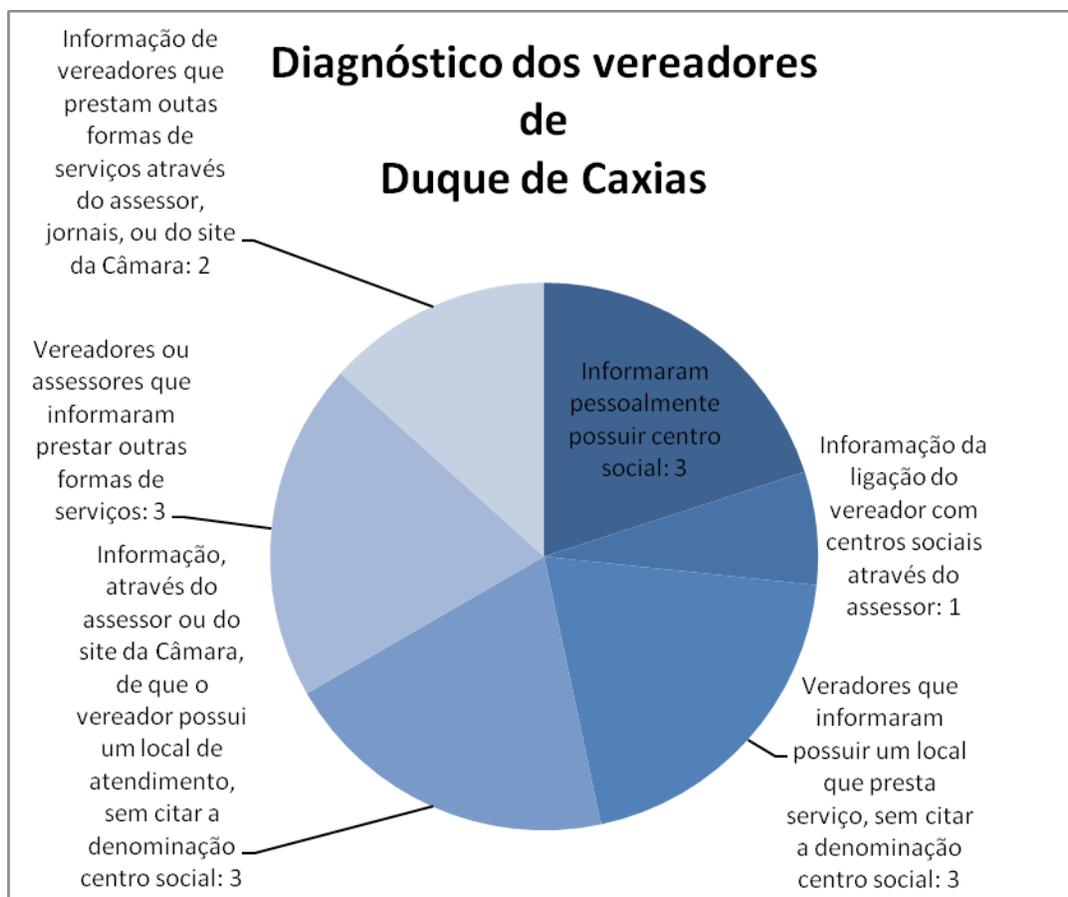
De acordo com o quadro apresentado, dos 16 vereadores citados, apenas um afirmou não estar ligado à oferta de serviços à população. Assim como em Nova Iguaçu, a intenção era coletar informação sobre todos os vereadores ou assessores de Duque de Caxias, mas também aqui, só foi possível obter informações sobre uma parte deles, uma vez que alguns se recusaram alegando não ter tempo, e outros, após diversas tentativas, em nenhuma delas se encontravam presentes no gabinete e seu assessor não quis responder pelo vereador. De acordo com o quadro abaixo podemos observar os vereadores ou assessores que se dispuseram e os que não aceitaram dar entrevista.

#### **DUQUE DE CAXIAS – ENTREVISTAS**

<b>Vereadores que aceitaram ser entrevistados ou que tiveram as informações prestadas pelos assessores</b>	<b>Vereadores que não aceitaram ser entrevistados</b>
Ademir Martins da Silva (Ademir Martins)	Cláudio César Rodrigues Pereira (Tato)
Denilson Silva Pessanha (Maninho do Posto)	Francisco dos Santos (Chico Borracheiro)
Carlos Alberto Oliveira do Nascimento (Carlos de Jesus)	Josemar Lucas Ferreira Padilha (Josemar Padilha)
Dalmar Lirio Mazinho de Almeida (Mazinho)	Marcos Fernandes de Araújo (Marquinho Oi)
Divair Alves de Oliveira Junior (Junior Reis)	Maria Landerleide de Assis Duarte (Leide)
Eduardo Moreira da Silva (Eduardo Moreira)	Ricardo Corrêa de Barros (Ricardo da Karol)
Evangivaldo Santos Soares (Grande)	
Joaquim José Santos Alexandre (Quinzé)	

Juliana Fant Alves (Juliana Filha do Tião do Táxi)	
Marcelo Ferreira Ribeiro (Marcelo do Seu Dino)	
Margarete da Conceição de Souza Cardoso (Gaete)	
Maria de Fátima Pereira de Oliveira (Fatinha)	
Moacyr Rodrigues da Silva (Moacyr da Ambulância)	
Nivan Almeida (Nivan)	
Orlando José da Silva (Orlando Silva)	

Além do levantamento dos vereadores que aceitaram e dos que não aceitaram dar entrevistas, foi realizado o levantamento da forma como se dá a prestação de serviços por meio dos legisladores de Duque de Caxias. No gráfico abaixo, temos um panorama das informações levantadas. O gráfico se refere apenas aos 15 vereadores sobre os quais foram obtidas informações de sua ligação com a prestação de serviços. Sobre um dos vereadores entrevistados não foram obtidas informações a respeito desse tipo de prática.



De acordo com o gráfico apresentado, podemos observar que, também em Duque de Caxias, há informações sobre serviços oferecidos pelos vereadores que não foram transmitidas nas entrevistas. Apenas três informaram pessoalmente possuir centro social. A existência de outro centro social pertencente a vereador foi dada pelo assessor. Outros três vereadores possuem um local de atendimento, mas não é citada a denominação centro social. A ligação de mais três vereadores com locais de atendimento foi encontrada através do site da Câmara ou de assessor. Outros três vereadores informaram prestar serviços diversos e a informação sobre esse tipo de atividade realizada por outros dois vereadores foi obtida através do assessor, dos jornais ou do site da Câmara.

Quanto ao tipo de serviço prestado pelos vereadores em Duque de Caxias, podemos verificar através do quadro e do gráfico abaixo:

				<b>Cursos de</b>	
--	--	--	--	------------------	--

<b>VEREADORES</b>	<b>Serviços Médicos e odontológicos</b>	<b>Serviços jurídicos</b>	<b>Serviços na área do esporte</b>	<b>Artesanato, Informática, Inglês e Espanhol e outros serviços na área da educação</b>	<b>Outros</b>
Ademir Martins da Silva (Ademir Martins)	X		X		X
Denilson Silva Pessanha (Maninho do Posto)	X	X	X		
Carlos Alberto Oliveira do Nascimento (Carlos de Jesus)	X				X
Dalmar Lirio Mazinho de Almeida (Mazinho)	X		X	X	
Divair Alves de Oliveira Junior (Junior Reis)	X				X
Eduardo Moreira da Silva (Eduardo Moreira)					X
Evangivaldo Santos Soares (Grande)	X				X
Francisco dos Santos			X		
Joaquim José Santos Alexandre (Quinzê)	X				
Juliana Fant Alves (Juliana Filha do Tião do Táxi)			X		X
Marcelo Ferreira Ribeiro (Marcelo do Seu Dino)					X
Margarete da Conceição de Souza Cardoso (Gaete)	X				
Maria de Fátima Pereira de Oliveira (Fatinha)	X	X		X	
Moacyr Rodrigues da Silva (Moacyr da Ambulância)	X	X			
Nivan Almeida (Nivan)					
Orlando José da Silva (Orlando Silva)				X	

## Duque de Caxias - Serviços prestados

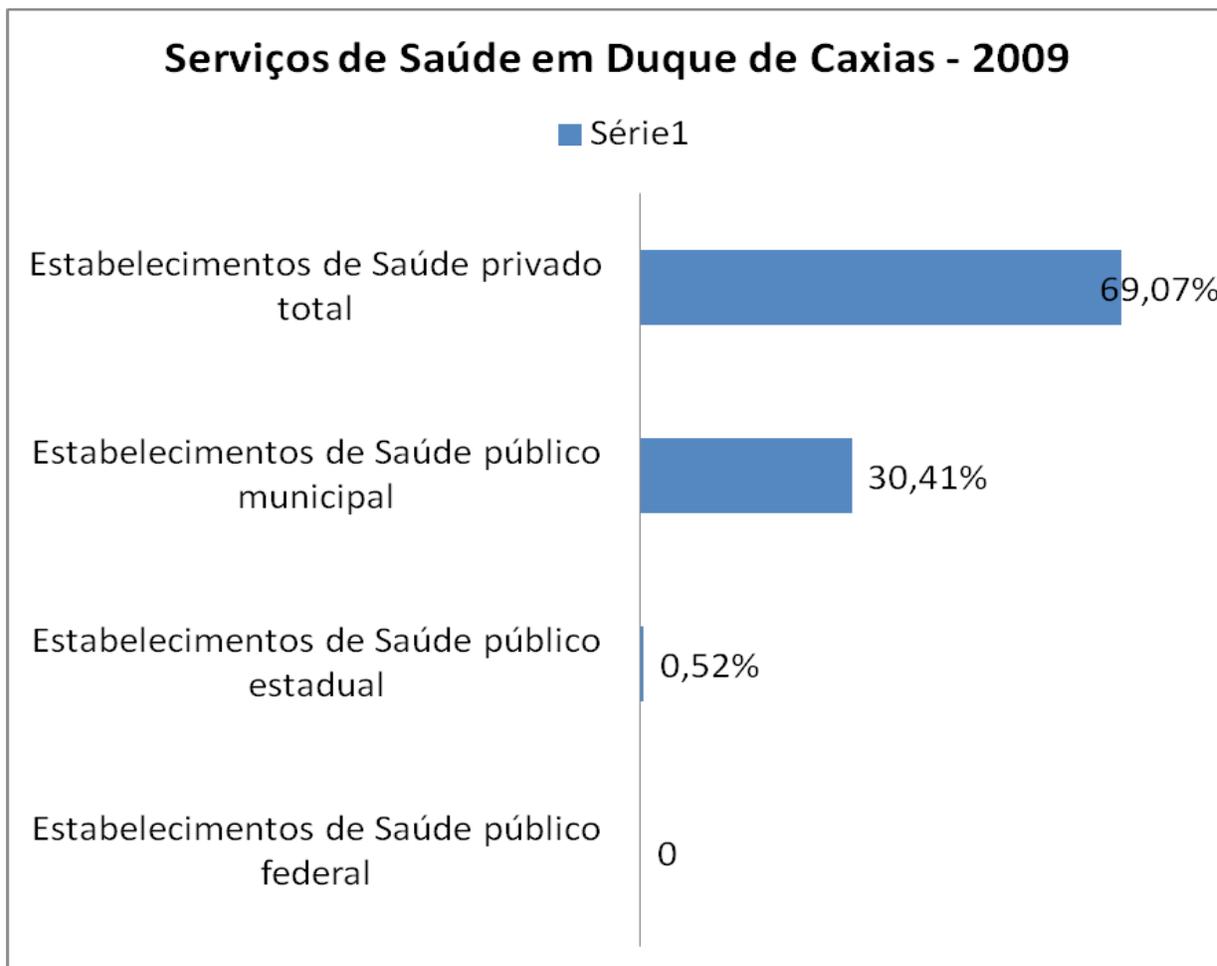


Podemos observar que a maior parte dos serviços prestados são realizados na área médico/odontológica, com 36%. No entanto, diferentemente do encontrado em Nova Iguaçu, “outros” tipos de serviços estão em segundo lugar, com 26%. Em seguida vem os serviços na área do esporte (18%) e, por último, os serviços jurídicos (10%) e cursos (10%).

A carência na área da saúde, em Duque de Caxias, leva a que as pessoas busquem nos centros sociais o atendimento que o poder público não fornece. Através dos dados obtidos pelo IBGE (2009) poderemos ter uma visão da prestação de serviços de saúde no município.

### Serviços de Saúde em Duque de Caxias – 2009

Estabelecimentos de Saúde público federal	0
Estabelecimentos de Saúde público estadual	1
Estabelecimentos de Saúde público municipal	59
Estabelecimentos de Saúde privado total	134



Pelo quadro e o gráfico apresentados podemos perceber que o atendimento médico em Duque de Caxias é realizado principalmente pelos estabelecimentos de saúde privados (69%). Cabe destacar a ausência de qualquer atendimento federal e a presença de apenas um hospital estadual na cidade (Hospital Estadual Adão Pereira Nunes, também conhecido como Hospital Geral de Saracuruna). De acordo com informação da Secretaria Estadual de Saúde<sup>22</sup>, em Duque de Caxias há também duas Unidades de Pronto Atendimento (UPA), uma no Parque Lafaiete e outra na Vila Sarapui. Apesar de possuir

<sup>22</sup> <http://www.saude.rj.gov.br/upas-24-horas/5619-upa-24h-duque-de-caxias.html>.

apenas três hospitais municipais (Hospital Municipal Maternidade Xerém, Hospital Infantil Ismélia da Silveira e Hospital Municipal Dr. Moacir Rodrigues do Carmo), devido aos postos de saúde municipais, os estabelecimentos de saúde municipais contaram com 30% dos serviços.

### C) A ATUAÇÃO DOS VEREADORES DE NOVA IGUAÇU

Devido à fiscalização sobre os centros sociais, realizada pelo TRE nas últimas eleições, principalmente no ano de 2010 (quando ocorreram eleições para deputados, senadores, governadores e presidente da república), os vereadores e assessores entrevistados evitaram utilizar a denominação “centro social”. Alguns disseram que possuíam um local de atendimento comunitário, mas que não era um centro.

O vereador Marcos Rocha<sup>23</sup>, apesar de afirmar possuir um centro social, tenta desvincular qualquer ligação com a entidade, afirmando:

“Eu não vou lá. É da comunidade, nem lá eu vou. Quem toma conta lá são as pessoas que trabalham comigo, mas nem lá eu vou. Deve ter uns três anos que nem entrar lá eu entro. É pra comunidade mesmo, não é para fins de política, não [...] O meu nem lá eu vou, nem sei como é que está lá, é pra comunidade”.

Já o assessor do vereador Marcos de Oliveira Fernandes afirmou que o político não possui centro social e que não utiliza atendimento social para fins eleitorais. Segundo Hélio Faience Duarte<sup>24</sup>:

---

<sup>23</sup> Vereador: Marcos Aurélio Rocha da Costa  
Nome utilizado na campanha: Marcos Rocha  
Data da entrevista: 09/11/10  
Partido: DEM  
Idade: 56 anos  
Grau de escolaridade: Ensino Médio incompleto  
Naturalidade: Rio de Janeiro  
Tempo em que mora em Nova Iguaçu: desde que nasceu  
Tempo de vereador: está no 4º mandato  
Trabalho anterior: gerente de banco

<sup>24</sup> Hélio Faience Duarte: assessor do vereador Marcos de Oliveira Fernandes  
Data da entrevista: 17/11/10  
Partido: DEM  
Idade: 57 anos

“O Marcos não quer usar o crivo social politicamente. Ele sabe separar isso muito bem [...] O Marcos tem uma coisa muito importante, ele não mistura política com coisas, atos sociais que ele faz. Até pela religião dele, ele não agrega essa duas coisas. Ele faz como cidadão comum. Ele é evangélico [...]”.

Em seu depoimento, o assessor Hélio Faience Duarte explica que, muitas vezes, o que o vereador faz é ajudar centros sociais de outras pessoas, mas tenta deixar bem claro que o “seu” vereador não possui tal entidade.

“Ele ajuda o centro social. Não que seja dele. Tem centros sociais que ele ajuda da melhor maneira possível. Ele não tem centro social. O ‘Centro Social Marcos Fernandes’, não. Até porque a lei proíbe que o vereador ou qualquer legislador tenha esse tipo de coisa. Ele não tem, ele ajuda [...]. Não é só centro social, o Marcos ajuda anonimamente orfanatos. Ele ajuda instituição de pessoas idosas, até no anonimato. Ele não gosta de aparecer. [...] Então, tem centro social da comunidade em Vila de Cava que ele ajuda. Se precisar pagar um professor, se ele tiver condições de pagar, ele paga. Se precisar comprar uns computadores novos para o centro social, ele doa os computadores. Precisou de um móvel e ele tem condição de ajudar, ele ajuda. Uma festinha de fim de ano lá, ele ajuda. Mas não que ele seja o ‘Centro Social do Marcos Fernandes’, não. Pois aí ele vai de encontro a lei e é complicado”.

Hélio Faience Duarte também ressalta o interesse de outras pessoas da comunidade em construir centros sociais. Só que, não conseguindo mantê-los, recorrem a ajuda de políticos.

“Atrás disso aí tem empresários, tem líderes comunitários, tem uma série de coisas, tem aposentados. O camarada está aposentado, vai para casa, ele quer se sentir útil, ele cria um centro social, cria uma ONG [...] Normalmente há um praxe de pedir ajuda a um político. Se você passar um mês aqui na porta da Câmara, você vai ver que

---

Grau de escolaridade do assessor: Ensino Superior

Naturalidade: Rio de Janeiro

Tempo em que o assessor mora em Nova Iguaçu: 45anos

vêm pessoas aqui pedir: ‘Pô, você poderia ajudar no meu centro social para nós comprarmos papel? Está precisando de papel lá’ [...] O vereador, se é do bairro dele, o troço é bom, como ele vai dizer que não vai ajudar? É complicado, né. Ajuda, mas ajuda dentro do possível. Não é tudo que eles precisam, mas é o que a gente pode dar”.

No entanto, o próprio site<sup>25</sup> da Câmara Municipal de Nova Iguaçu traz a ligação do vereador Marcos Fernandes com o centro social de Vila de Cava. O site, no item perfil do vereador, contém a seguinte informação:

Líder do governo e vice-presidente da Câmara. Nascido e criado no 3º Distrito de Nova Iguaçu, Vila de Cava, advogado, militante desde os 16 anos pela antiga ARENA. Tem sua base eleitoral em Vila de Cava, Corumbá, Santa Rita e Tinguá. Mantém um centro social em Vila de Cava onde presta atendimento jurídico e oferece cursos de informática (ambos gratuitamente) para a população. Apresentou projetos para restauração da Fazenda São Bernardino e da Estação Ferroviária de Vila de Cava, indicou obras de saneamento em Nova Brasília, Vila de Cava.

Outro fato curioso é a declaração do vereador Wilson de Carvalho<sup>26</sup> em resposta à pergunta sobre sua ligação com centros sociais. O vereador respondeu:

“Um centro socialzinho que eu tinha lá, mas não funcionou nada não. Isso foi bem antes da eleição. Parou, fechou há muito tempo [...] Durou pouco tempo, quatro anos, cinco anos. Terminou em 2006 ou 2005. [...] Tinha serviço na área de esporte. Levava a garotada para treinar, tinha alimentação para os garotos”.

---

<sup>25</sup> [http://www.cmni.rj.gov.br/vereadores/marcos\\_fernandes/](http://www.cmni.rj.gov.br/vereadores/marcos_fernandes/), acesso em 05/01/11

<sup>26</sup> Vereador: Wilson de Carvalho

Nome na campanha: Wilson de Carvalho

Data da entrevista: 09/11/10

Partido: PSC

Idade: 57 anos

Grau de escolaridade: Ensino Superior incompleto

Naturalidade: Rio de Janeiro

Tempo em que mora em Nova Iguaçu: desde que nasceu

Tempo de vereador: 1º mandato

Trabalho anterior: Conferente de esporte

No entanto, apesar de o vereador ter afirmado não possuir centro social desde 2006, segundo o jornal “O Dia” (23/06/10: 08):

O vereador Wilson de Carvalho (PSC), de Nova Iguaçu, está sendo investigado por envolvimento em esquema de fraude contra o Sistema Único de Saúde (SUS) para benefício eleitoral. Ontem, agentes da Delegacia de Defraudações (DDef) cumpriram mandatos de busca e apreensão na casa e no gabinete do vereador; ambos em Nova Iguaçu. Foram encontrados cerca de 10 quilos de documentos, como fichas cadastrais, cópias de títulos de eleitor, CPF, comprovantes de residência e prontuários médicos com assinaturas falsificadas.

[...] Também foram achados prontuários médicos falsificados no carro oficial, um Gol, usado pelo vereador na Câmara. Segundo o delegado entre o material apreendido estão pedidos para tratamento em hospitais da região e requisição para cirurgias de laqueadura de trompa e vasectomia. Foram encontrados ainda receituários em branco [...].

O delegado juntou ao inquérito uma gravação em vídeo de uma fila de eleitores na calçada de um dos centros sociais do vereador, que fica perto do Posto de Saúde Vasco Barcelos, no centro do município de Nova Iguaçu. Eles estariam esperando atendimento.

[...] Além da casa do vereador e da Câmara, os agentes também foram a quatro centros sociais do vereador.

Há vereadores que realizam serviços em locais destinados a outros fins, como é o caso do Pastor Laranja, que mantém um consultório médico na igreja na qual é pastor. Já o vereador Carlinhos Presidente<sup>27</sup> ressalta a proibição da utilização de centros sociais por políticos, mas afirma oferecer serviços sociais no clube em que é presidente.

---

<sup>27</sup> Vereador: Carlos Eduardo Moreira da Silva  
Nome utilizado na campanha: Carlinhos Presidente  
Data da entrevista: 09/11/10  
Partido: DEM  
Idade: 36 anos  
Grau de escolaridade: Ensino Médio  
Naturalidade: Rio de Janeiro  
Tempo em que mora em Nova Iguaçu: desde que nasceu.  
Tempo de vereador: 1º mandato  
Trabalho anterior: Policial Militar

“O Centro social é proibido por lei, que políticos tenham centros sociais. [...] Quem pode ser responsável pelo centro social são outras pessoas, aí você ajuda. [...] O meu trabalho é o mesmo que um centro social, só que não é meu, é do clube.

Tem o Projeto Clube da Melhor idade, que é um projeto para nossas ‘jovens’, que a gente fala lá no nosso projeto, acima de 55 anos. Todas as segundas a sexta, no Esporte Clube Miguel Couto, com hidrogenástica, hidroterapia, tai chi chuan, recreação, ginástica localizada, projeto de artesanato com elas. Tem 500 e poucas idosas. [...]

É um projeto meu, ligado ao clube ao qual eu sou presidente, Miguel Couto, e a gente faz um projeto social lá dentro. Vários projetos sociais. Tem esse, tem o da natação, que é o projeto ‘Braçadas pela Vida’, que são as crianças da rede pública, que as escolas de Nova Iguaçu não têm piscina. Então, as crianças que estudam na rede estadual ou na rede municipal, a gente tem um projeto chamado ‘Braçadas pela Vida’, que é gratuitamente para as crianças aprenderem a nadar. Todos os alunos que quiserem ser nadadores terão seu espaço. Tem o projeto escolinha de futebol. [...] Tudo através do clube e de graça. Tem mais, tem judô, caratê, capoeira, dança de salão. Vários projetos ligados ao esporte, aos jovens, adultos e terceira idade. [...] Meu trabalho social é vinculado ao clube ao qual eu sou presidente”.

Há também o trabalho da vereadora Rosangela Gomes<sup>28</sup>, que não tem exatamente um centro social, mas utiliza um ônibus para prestar assistência em bairros do município de Nova Iguaçu.

“Eu faço atendimento social. Eu tenho amigos que têm ônibus. Eu tenho ginecologista, eu tenho dentista. Não é da prefeitura, não. É ônibus emprestado, eu tenho amigos que têm ônibus. Eles deixam comigo. Então, eu boto gasolina do meu bolso. Eu consigo doação de remédios. Eu tenho pediatra, eu tenho ginecologista, eu tenho dentista. Cada mês eu paro esses ônibus, ou em alguma

---

<sup>28</sup> Vereador: Rosangela de Souza Gomes

Nome utilizado na campanha: Rosangela Gomes

Data da entrevista: 09/11/10

Partido: PRB

Idade: 43 anos

Grau de escolaridade: Ensino Superior

Naturalidade: Rio de Janeiro

Tempo em que mora em Nova Iguaçu: desde que nasceu.

Tempo de vereador: 3º mandato

Trabalho anterior: Enfermeira

instituição - uma igreja, um templo religioso, um centro - ou paro em uma comunidade e ali faço atendimento. Junto ao ônibus, eu tenho algumas tendas com advocacia, com psicólogo e direciono o atendimento para os órgãos da prefeitura, do governo do Estado, para dar um suporte maior. Quando não, eu mesma mantenho com os amigos que são advogados, às vezes me dão dez atendimentos por mês. E aí a gente vai fazendo parceria para atender à população [...]. Às vezes tenho também um carro menor com um consultório só”.

Já o assessor do vereador Marivaldo Amorim, Ramabir de Oliveira Serra<sup>29</sup>, afirma ser contra projetos assistenciais. Em entrevista o assessor afirmou:

“Eu sou contra todo tipo de projeto assistencialista, porque eu acho que não resgata a dignidade do homem nem provoca a inclusão social. O que faz é colocar a dependência daquele programa. Se fosse algo temporário, mas a maioria das pessoas querem que se torne definitivo [...]. É salário digno para a população, é isso que resgata a população e que causa a inclusão social”.

No entanto, diferentemente da afirmação de seu assessor, o vereador Marivaldo Amorim, de acordo com o site<sup>30</sup> da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, esteve realizando visitas a bairros do município, com um gabinete itinerante, a fim de prestar serviços à população. No item perfil do vereador, constam as seguintes informações sobre o político:

Protético dentário, o vereador Marivaldo Amorim está em seu primeiro mandato pelo PMDB. Implantou o seu Gabinete Itinerante e vem visitando vários bairros do município ouvindo a comunidade e realizando diversos procedimentos como: orientações jurídicas gratuitas através de dois advogados e encaminhamento aos órgãos e instituições competentes, uma assistente social que presta esclarecimentos aos idosos em assuntos

---

<sup>29</sup> Ramabir de Oliveira Serra é assessor do vereador Marivaldo Amorim dos Santos

Data da entrevista: 17/11/10

Partido: PT do B

Idade: 39 anos

Grau de escolaridade: Ensino Superior incompleto

Naturalidade: Rio de Janeiro

Tempo em que mora em Nova Iguaçu: 30 anos

<sup>30</sup> Disponível em <[http://www.cmni.rj.gov.br/vereadores/marivaldo\\_amorim/](http://www.cmni.rj.gov.br/vereadores/marivaldo_amorim/)>, acesso em 05/01/11.

relativos aos benefícios da Previdência Social, entre outras dúvidas e, ainda, atendendo a diversos reclames comunitários dos bairros Cerâmica, Jardim Iguaçu, Miguel Couto, Boa Esperança, Jardim Alvorada, Cabuçu, Parque dos Artistas, Lagoinha, Morro Agudo, Carmari, Jardim Corumbá, Austin, Parque São Francisco e Jardim Paraíso. Ciente das necessidades da população na área da saúde, o vereador Marivaldo Amorim tem levado aos bairros, através de seu trabalho social, profissionais técnicos de enfermagem que prestam os primeiros atendimentos clínicos: pressão arterial, medição de glicose e colesterol, e orientações básicas, principalmente relativos aos problemas da auto-medicação. Ainda, o Vereador tem trabalhado arduamente na divulgação, conscientização e esclarecimento da população a cerca dos direitos dos idosos, através da distribuição gratuita do Estatuto do Idoso.

#### **D) A ATUAÇÃO DOS VEREADORES DE DUQUE DE CAXIAS**

Em Duque de Caxias, os vereadores também evitaram utilizar a denominação centro social, apesar de essa ser a forma mais utilizada pela população para denominar tais entidades. Outro aspecto a ser observado é que muitos desses centros são registrados como associação ou instituto.

O vereador Orlando Silva<sup>31</sup>, por exemplo, informou que ajuda uma entidade chamada ACEBS (Associação Cultural e Educacional Benizio Silva). Apesar de deixar claro que não foi o seu fundador, o vereador afirma que alguns amigos resolveram homenagear seu pai, colocando o nome Benizio Silva na associação.

“Eu represento Caxias como um todo, mas particularmente a região onde a gente tem ali uma influência maior por conta de ter nascido, ter sido criado [...] Eu tenho um trabalho social não ali direto. Mas a gente apóia, a gente ajuda, incentiva. Dá para incentivar o

---

<sup>31</sup> Vereador: Orlando José da Silva  
Nome utilizado na campanha: Orlando Silva  
Data da entrevista: 05/05/2011  
Partido: PPS  
Idade: 52 anos  
Grau de escolaridade: Ensino Superior  
Naturalidade: Rio de Janeiro  
Tempo em que mora em Duque de Caxias: desde que nasceu.  
Tempo de vereador: 2º mandato  
Trabalho anterior: Empresário

atendimento através da associação, não é uma associação nossa direto [...] Eu não tenho centro social, mas a gente ajuda alguns locais que têm, pra fazer na realidade o que o poder público deveria fazer, mas um centro social direto a gente não tem [...] Por exemplo, a gente ajuda a ACEBS, do bairro Centenário, Corte Oito, Olavo Bilac, e vem gente também de outros bairros. Tem um atendimento muito bom, na área de saúde, na área de educação [...]. Essa associação é mantida com a ajuda de alguns convênios oficiais. Convênio com o governo federal, por exemplo hoje tem um convênio com o Ministério da Cultura, hoje é um ponto cultural da cidade. E tinha convênio com a prefeitura nos governos anteriores. É que agora entenderam que não seria interessante manter o plano que a gente mantinha, atendendo lá centenas de crianças, com formação profissional na área de informática, inglês, espanhol [...]. Tinha convênio na área de saúde através do SUS. Eles também entenderam que não teria interesse. Na área de fisioterapia, na área de atendimento médico diretamente. Também não há mais esse convênio, mas continua a escola. ACEBS é uma escola, é Associação Cultural e Educacional Benizio Silva. Ela é uma entidade sem fins lucrativos [...]. Foram vários amigos que fundaram, várias pessoas conhecidas que fundaram e homenagearam meu pai Benizio, meu pai já falecido, faleceu em 1988. E essa associação, alguns empresários ajudam, alguns moradores colaboram [...]. A empresa de ônibus Reginas ajuda, Carvalhão, transportes Carvalho ajuda, a empresa de ônibus Fabios ajuda, tem essas empresas que ajudam. E a gente vai ajudando, procurando um amigo ou outro, também empresário, que tem condições de ajudar. Leva, mostra o projeto, eles se interessam e se engajam nessa corrente para ajudar os mais necessitados. Infelizmente, é uma coisa que eu entendo que não deveria acontecer se tivesse a ação do poder público direto ali atuando, mas na falta dessa ação, a gente procura fazer nossa parte”.

O vereador Quinzé<sup>32</sup> informou que também ajuda uma associação que possui o nome de sua falecida mãe. Segundo o parlamentar, foi ela quem fundou a entidade, ele apenas “ajudou por fora”.

“Eu procuro ajudar as pessoas mais carentes com o que eu posso ajudar [...]. Já que a prefeitura não faz, a gente procura fazer. Dentista, médico, fisioterapia [...]. ABISA (Associação Beneficente Isabel Santos Alexandre). Isabel é a falecida minha mãe. Eu fiz a homenagem quando ela ainda estava viva. Morreu, continua. Ela fundou, eu ajudei por fora”.

O vereador Mazinho<sup>33</sup>, apesar de ser patrono de uma entidade, que no decorrer da entrevista ele mesmo irá chamar de centro social, procura esclarecer que é contra esse tipo de trabalho e que apenas ajuda, pois a entidade possui sua diretoria e presidência próprias. No entanto, além dessa entidade, realiza outras formas de assistência à população através de pessoas que trabalham para ele.

“Eu até ajudo socialmente uma ONG, uma entidade chamada “Projeto Amigo”. Apesar de eu ser contra esse tipo de prática, que

---

<sup>32</sup> Vereador: Joaquim José Santos Alexandre  
Nome utilizado na campanha: Quinzé  
Data da entrevista: 14/06/11  
Partido: PTC  
Idade: 56 anos  
Grau de escolaridade: Ensino Médio incompleto  
Naturalidade: Rio de Janeiro  
Tempo em que mora em Duque de Caxias: 50 anos  
Tempo de vereador: 2º mandato  
Trabalho anterior: Policial Militar

<sup>33</sup> Vereador: Dalmar Lirio de Almeida Filho  
Nome utilizado na campanha: Mazinho  
Data da entrevista: 24/05/11  
Partido: PSDB e está indo para o PDT  
Idade: 51 anos  
Grau de escolaridade: Ensino Superior  
Naturalidade: Rio de Janeiro  
Tempo em que mora em Duque de Caxias: desde que nasceu  
Tempo de vereador: 2º mandato  
Trabalho anterior: comerciante

acaba sendo um projeto assistencialista, você acaba tendo que fazer porque você é cobrado pela comunidade, pela população[...]. O projeto amigo é uma associação que eu sou o patrono, que eu ajudo, não só eu, mas tem outras empresas, tem várias empresas que ajudam, que tem um colégio, tem um colégio para criança do jardim à quarta série. Tem atividades físicas, esportivas, tem academias de ginástica, academia de musculação, tem projeto de natação, de hidrogenástica. E tem um outro projeto também, que é do Projeto Amigo, que é na questão de médico: fisioterapia, dentista [...]. São vários espaços, são quatro ou cinco espaços. Tudo é o Projeto Amigo. Tudo aqui na Vila São Luiz, Laureano. Tem uma na Itatiaia. São vários projetos, vários espaços. O colégio é separado. Tem uma creche, tem um colégio [...]. O colégio paga. A única coisa que paga é o colégio, paga R\$ 20,00 a mensalidade para ajudar. A creche é de graça. Esse trabalho de esporte também é de graça. Os médicos, tudo é de graça [...]. Na realidade eu ajudo, não tenho ingerência nenhuma sobre esse centro social [...]. Mas tem a diretoria, tem a presidência e eles que tocam lá [...]. Você acaba sendo obrigado a essas coisas, mas isso é inerente a função de vereador [...].

É o meu gabinete é que trata disso, questão de emprego. Aqui tem o banco de emprego, mas não sou diretamente, eu nem tenho contato direto com as pessoas [...]. Eu tenho várias pessoas que trabalham com isso. Por exemplo, na questão da saúde, internação, enterro, tem muita gente que vem aqui no gabinete pedindo para ajudar em enterro. Eu tenho um rapaz, o Irlan, que trabalha com isso. Na questão de emprego, as pessoas vêm aqui pedindo emprego, eu tenho a Sheila, que vem aqui, que faz contato com as empresas. Não é diretamente comigo, porque eu não tenho como tratar dessas coisas. Você tem que trabalhar, você tem que ajudar, você tem atender o povo naquilo que ele pede. E vem pedindo de tudo e você de alguma maneira vai envolvendo uma coisa a outra.

O vereador Grande<sup>34</sup> também declarou que não possui um centro social, apenas ajuda uma associação em seu bairro.

---

<sup>34</sup> Vereador: Evangivaldo Santos Soares

Nome utilizado na campanha: Grande

Data da entrevista: 14/06/11

Partido: PSDB

Idade: 54 anos

Grau de escolaridade: Ensino Médio

Naturalidade: Bahia

Tempo em que mora em Duque de Caxias: 37 anos

Tempo de vereador: 1º mandato

Trabalho anterior: comerciante

“Eu não tenho centro social, mas existe associação lá do bairro, lá de moradores, que é muito importante aquela associação, porque alguns empresários ajudam, eu também já fui contribuinte, aliás, ainda sou contribuinte [...]. Você sabe quantas pessoas precisam fazer fisioterapia só no meu bairro? Fisioterapia, diariamente, são mais de 250 pessoas e esse centro social atende dia sim, dia não, um grupo de 30 pessoas [...]. Não é associação de moradores, é Associação Pró Melhoramentos de Campos Elíseos. Lá tem 5 fisioterapeutas, 3 médicos e 6 dentistas [...]. Ajudo, eu contribuo mensalmente lá com uma ajuda porque é um trabalho que eles prestam para a comunidade. Quem fundou foi um rapaz, eu conheço, na época era o baiano, o Cleber. Depois o Cleber saiu ficou o baiano [...]. O João Batista, que é o presidente agora”.

No entanto, o site da Câmara Municipal de Duque de Caxias<sup>35</sup> traz a informação sobre um centro comunitário, chamado IBIS, instalado pelo vereador Grande.

Atuante e com um trabalho voltado para atender a comunidade de Campos Elíseos e adjacências, Grande reivindicou e conquistou a reforma da Escola Estadual Adelina de Castro, junto ao governador Anthony Garotinho. Instalou no local a Creche Sonho Meu, atendendo cerca de 40 crianças, e o Centro Comunitário IBIS oferecendo, diariamente, a dezenas de pessoas serviços de assistência médica, fisioterapia, exames laboratoriais, encaminhamento para balcão de empregos, escola de música, assistência jurídica, fotos para documentos, corte de cabelo, transporte comunitário, farmácia comunitária, biblioteca e escolinha de futebol.

Além da ajuda a um centro social, o vereador Grande informou que presta outros tipos de assistência à população.

“Meu trabalho social, eu atendo na minha residência, eu atendo na pracinha, eu atendo aqui no meu gabinete, eu atendo em qualquer

---

<sup>35</sup>< <http://www.cmdc.rj.gov.br>>, acesso em 11/07/2011.

local. A gente faz o trabalho social em qualquer local. Mas especificamente eu tenho uma salinha, que é um escritório meu, eu também atendo pessoas lá, que vão lá conversar comigo diversas coisas, pedir [...]. O vereador é o que menos pode e é quem o povo mais cobra [...]. Eles me pedem o gás, o botijão que acabou, a Dipirona do filhinho que não tem, ou da mãe; o remédio de pressão do pai, ou do sogro, ou da sogra; a cesta básica, que é um problema seriíssimo. Há muitas pessoas ainda, infelizmente, passando fome neste país [...]. Eu dou o pão, não nego não, dou o pão, eu dou a cesta básica, eu dou a galinha para comer, eu dou ovos para poder também se alimentarem, eu pago a passagem para poder ir para o médico. Infelizmente, não tem como correr disso”.

Já o vereador Eduardo Moreira<sup>36</sup> apenas faz referência que, em certos momentos, os parlamentares atuam na área do Executivo.

“As pessoas não sabem muito diferenciar os poderes ainda, eu acho que as pessoas são muito mal educadas politicamente e acabam não sabendo diferenciar os poderes. Não diferenciam o Executivo do Legislativo, do Judiciário. Então, a gente acaba, em certos momentos, tendo que fazer a parte do Executivo, que entra nas áreas sociais, que é estar orientando as pessoas, que é estar indo junto com as pessoas para tentar arrumar alguma solução para os seus problemas, que não é, na verdade, nossa obrigação [...]. Agora, nós como vereadores, a gente acaba... [...] O município deixa muita abertura nisso, a gente tem que entrar nessa parte, estar orientando as pessoas, enfim, e ajudando nesse sentido”.

---

<sup>36</sup> Vereador: Eduardo Moreira da Silva  
Nome utilizado na campanha: Eduardo Moreira  
Data da entrevista: 05/05/2011  
Partido: PC do B  
Idade: 29 anos  
Grau de escolaridade: Ensino Superior  
Naturalidade: Rio de Janeiro  
Tempo em que mora em Duque de Caxias: desde que nasceu  
Tempo de vereador: 1º mandato  
Trabalho anterior: empresário/comerciante

O vereador Maninho do Posto<sup>37</sup>, ao ser perguntado, confirma que possui um centro social e informa que o mantém com o seu próprio salário.

“Eu tenho um projeto social muito bom que eu sou o patrono, que é o ‘Restituir’. Lá eu atendo na área social. Apesar de não ser muito a favor, mas hoje ligado a demanda da população e a saúde doente no nosso país, não só no município, eu abri mão do meu, da minha..., do meu salário como vereador para ajudar o próximo”.

Também a vereadora Fatinha<sup>38</sup> declara possuir dois centros sociais, sendo que um está em fase de inauguração, onde presta diversos serviços.

“Tenho dois locais de atendimento. Eu sou patrona do ‘Centro de Assistência Social Nossa Senhora de Fátima’. Tem a parte jurídica, tem a parte médica, a parte de dentista, tem informática, tem tudo [...]. Tudo gratuito [...]. No local que eu morei, na minha casa de estuque hoje tem um grande centro social [...]. São dois, lá no Bom Retiro e eu estou inaugurando um lá próximo da minha casa, ali no Aliado. Estou inaugurando um agora em junho, que tem pilates, vai ter hidroginástica, projeto do idoso que eu tenho também”.

---

<sup>37</sup> Vereador: Denilson Silva Pessanha  
Nome utilizado na campanha: Maninho do Posto  
Data da entrevista: 05/05/2011  
Partido: PSDB  
Idade: 38 anos  
Grau de escolaridade: Ensino Fundamental  
Naturalidade: Rio de Janeiro  
Tempo em que mora em Duque de Caxias: 26 anos  
Tempo de vereador: 1º mandato  
Trabalho anterior: dono de posto de gasolina

<sup>38</sup> Vereadora: Maria de Fátima Pereira de Oliveira  
Nome utilizado na campanha: Fatinha  
Data da entrevista: 09/06/11  
Partido: PSC  
Idade: 49 anos  
Grau de escolaridade: Ensino Superior  
Naturalidade: Rio de Janeiro  
Tempo em que mora em Duque de Caxias: desde que nasceu  
Tempo de vereador: 1º mandato  
Trabalho anterior: jornalista

Celso de Paula Inácio<sup>39</sup>, assessor do vereador Carlos Alberto Oliveira do Nascimento (Carlos de Jesus), informou que o parlamentar realiza um trabalho de assistência na igreja da qual é o pastor.

“O público alvo do vereador é atender às necessidades da maior parte das pessoas da igreja. Claro que nós somos procurados por outras pessoas que não são da igreja, a gente tem se preocupado em atender [...]. Todas as terças, quartas e domingo é feito um trabalho de atendimento para que a gente possa estar vendo as necessidades deles e podendo, na medida do possível, a gente estar ajudando eles a acelerar o processo, como marcação de consultas. Na maior parte das vezes a gente leva profissionais na área de oftalmologia, que fazem o atendimento. Tem uma parceria com um rapaz, que ele leva e cobra o preço dos óculos com um valor bem acessível para que as pessoas possam estar sendo assistidas. Aplicação de flúor. Hoje, a gente não tem mais essa ambulância que nos era fornecida, mas nós levávamos na igreja, duas vezes na semana, a gente selecionava, entrava em contato com o pastor e selecionava duas igrejas por semana e atendíamos uma base de 35 pessoas, por atendimento, aplicação de flúor, extração [...]. São 32 Igrejas Universais dentro de Duque de Caxias [...]”.

O vereador Marcelo do Seu Dino<sup>40</sup> citou um episódio em que utilizou seu ônibus para ajudar os moradores da região onde mora.

---

<sup>39</sup> Celso de Paula Inácio é assessor do vereador Carlos Alberto Oliveira do Nascimento (Carlos de Jesus).

Data da entrevista: 09/06/11

Partido: PMDB

Idade: 44 anos

Grau de escolaridade: Ensino Médio

Naturalidade: Rio de Janeiro

Tempo em que mora em Duque de Caxias: desde que nasceu

<sup>40</sup> Vereador: Marcelo Ferreira Ribeiro

Nome utilizado na campanha: Marcelo do Seu Dino

Data da entrevista: 05/05/2011

Partido: PV

Idade: 41 anos

Grau de escolaridade: Ensino Superior incompleto

Naturalidade: Rio de Janeiro

Tempo em que mora em Duque de Caxias: 20 anos

Tempo de vereador: 1º mandato

Trabalho anterior: Policial Militar

“Eu procuro fazer o que eu posso [...]. Sou guerreiro. Em 31 de dezembro, naquela enchente, eu virei o ano com um ônibus que eu tenho, descarregando ele. 31, à meia-noite, eu fui dirigindo até a defesa civil da Praça da Bandeira. Carreguei colchões, mantimentos. Apesar que não era o político, não era o político que estava ali, quem estava ali era o cidadão, o evangélico [...]. Foi em 2009, 31 de dezembro de 2009. Então, passei o meu reveillon de 2009 trabalhando pelo povo, sendo solidário” .

No entanto, ao ser perguntado se ainda possui o ônibus o vereador respondeu que o que ele faz é pedir emprestado aos amigos.

“É, eu arrumo com os amigos. A gente sempre procura ajudar as pessoas. Quando às vezes as pessoas precisam, eu peço aos amigos que emprestem, a gente empresta às pessoas. Para levar para enterros [...]. Eu não faço política com isso, eu não gosto de fazer política com isso. [...]. Não gostar é uma coisa, não fazer é outra [...]. Normalmente, quase todos os políticos, não estou dizendo que seja eu, mas utiliza desse perfil. Até porque a cultura que existe dentro do nosso município é essa cultura, cultura do assistencialismo”.

O vereador Moacyr da Ambulância<sup>41</sup> deixa claro que montou uma instituição, mas tem a preocupação de enfatizar que não há vínculo da entidade como o seu nome e que não a utiliza para fins políticos.

“Eu tenho uma instituição, no qual eu sou o patrono, mas em momento nenhum você vê aparecer meu nome lá [...]. Isso é uma instituição que eu montei, que ela não tem vínculo nenhum político

---

<sup>41</sup> Vereador: Moacyr Rodrigues da Silva

Nome utilizado na campanha: Moacyr da Ambulância

Data da entrevista: 10/05/2011

Partido: PSDB

Idade: 47 anos

Grau de escolaridade: Ensino Superior incompleto

Naturalidade: Rio de Janeiro

Tempo em que mora em Duque de Caxias: desde que nasceu.

Tempo de vereador: 3º mandato

Trabalho anterior: Operador industrial

com o meu nome. Antes de eu ser político, eu montei esta instituição [...] ICSABC (Instituto Cultural Social de Assistência Beneficente ao Cidadão) [...]. Essa instituição minha tem mais de 12 anos, antes de eu ser vereador [...]. Ela é toda registrada [...]. Tem a sua contabilidade, a sua prestação de contas. Tem os seus patrocinadores, pessoas que ajudam ao bairro Jardim Gramacho [...]. Você vai perceber, você pode entrar nessa instituição, vou te dar o site, tudo certinho. Você vai abrir, vai ver lá. Você nunca vai ver o nome lá, Moacyr da Ambulância, Moacyr Rodrigues da Silva, nada [...]. Eu lá, nessa instituição, eu visito porque sou patrono. Mas você não vai ver eu dentro dessa instituição pedindo voto, nada disso”.

No entanto, o vereador Moacyr da Ambulância<sup>42</sup> deixa transparecer que o seu trabalho pode ser “reconhecido” pela população na época das eleições, quando afirma: “Agora, eu vou para as ruas fazer minha campanha. Se as pessoas reconhecem tudo que eu montei, tudo que eu idealizei...”.

Apesar de afirmar não possuir centros sociais, o vereador Junior Reis<sup>43</sup>, declara achar importante esse tipo de serviço. Possui um trabalho de ajuda à população, principalmente na área da saúde e na obtenção de emprego. Um aspecto interessante é que o vereador inicia falando claramente a palavra “centro social”, quando declara sua não participação nesse tipo de serviço. Mas quando afirma achar importante e destaca que muitos vereadores possuem essas entidades, apenas utiliza a denominação de “social”.

“Eu não tenho centro social. A maioria dos vereadores aqui têm os seus centros sociais, eu não tenho. Eu tenho um escritório, que eu atendo as pessoas, todos os dias e me proponho estar de portas

---

<sup>42</sup> Ibid.

<sup>43</sup> Vereador: Divair Alves de Oliveira Junior

Nome utilizado na campanha: Junior Reis

Data da entrevista: 10/05/11

Partido: PMDB

Idade: 45 anos

Grau de escolaridade: Ensino Superior incompleto

Naturalidade: Rio de Janeiro

Tempo em que mora em Duque de Caxias: desde que nasceu.

Tempo de vereador: 4º mandato

Trabalho anterior: comerciante/empresário

abertas para o povo. Lá, eles procuram muito emprego. Eu tenho um bom relacionamento com empresas da região [...]. Graças a Deus eu tenho tido bastante sucesso. A maioria emprego e saúde[...]. Eu tenho conhecimento no Estado. Eu encaminho as pessoas para unidades de saúde [...]. Noventa por cento dos meus atendimentos são em casa. Eu saio no portão as pessoas me abordam, estão me aguardando [...]. Nada de social, não. É muito caro, não tem como manter. Mas que é importante é. Tanto é que tem vários políticos aí que estão anos e anos aí, se elegendo sobre o social. Mas, eu também me reelegi quatro vezes sem o social. O importante é dar atenção ao povo, tentar de alguma forma resolver [...]. Às vezes até com o próprio carro mesmo, socorro. As pessoas me procuram, eu atendo a qualquer hora [...]. Eu pego o próprio meu carro, toda segunda-feira, eu ligo para os amigos e tem vaga de emprego, vou lá pessoalmente e levo”.

O ex-vereador Almir Martins<sup>44</sup>, que é assessor e pai do vereador Ademir Martins, também evitou usar a denominação completa “centro social”, utilizando, quase todas as vezes, apenas “social”. Afirmou possuir, juntamente com seu filho, dois centros sociais, que prestam diversos serviços à população.

“Nós hoje, nós, sempre fomos nós, porque quando eu era o vereador ele me assessorava e eu não fui candidato, lancei ele, ganhamos do mesmo jeito. Nós temos social que atende fisioterapia, três fisioterapeutas, um cardiologista. Vários tipos de trabalho na região, academia, tudo gratuito para atender o povo. Então, o dinheiro que ele ganha como vereador, ele devolve no social. Tinha ambulância e tudo. Eu hoje não tenho ambulância porque o Conselho Regional de Medicina me proibiu de eu usar, mesmo gratuito, me proibiu de eu usar essa ambulância. Amanhã mesmo tem um carro para apanhar as pessoas, levar para fazer fisioterapia. É uma área muito carente, as pessoas não tem carro, não tem como se locomover até o social [...]. É um centro social, não, têm dois. Tem um no Parque Paulista e um no Jardim

---

<sup>44</sup> Almir Martins da Silva foi vereador de Duque de Caxias por cinco mandatos, é assessor e pai do vereador Ademir Martins da Silva, que está em seu primeiro mandato.

Data da entrevista: 05/05/11

Partido: PV

Idade: 66 anos

Grau de escolaridade: Ensino Superior incompleto

Naturalidade: Rio de Janeiro

Tempo em que mora em Duque de Caxias: 43/44 anos

Anhangá. Muito em breve nós vamos ter lá piscina, vamos ter hidromassagem [...]. É um social, a gente atende sem fins lucrativos, não tem ajuda de ninguém, ajuda só nossa mesmo que investe. É ASBAM – Centro Social Amaro Martins, que é meu pai. É ASBAM Martins. Nós não temos nenhuma ajuda de prefeitura, de estado, nada. Ajuda própria [...]. Enterros, a gente faz gratuito também. Ônibus para enterro, nós mandamos gratuito. Nós temos um ônibus [...]. Agora mesmo estou fazendo um enterro, mandei fazer. A pessoa morreu e não tem como ser enterrada e a gente manda para lá e vai ser enterrada, sem cobrar nada. Tudo direitinho, com flor, com tudo direitinho. E quando a pessoa pode pagar, vai lá e faz mais barato. Mas quando não pode também vai ser enterrada”.

O assessor da vereadora Gaete (Margarete da Conceição de Souza Cardoso), Vicente de Melo Coutinho<sup>45</sup>, declara sua posição contrária ao funcionamento dos centros sociais e afirma que a vereadora não possui mais esse tipo de serviço, apenas ajuda uma instituição quando esta precisa.

“Tem uma instituição que ela ajudou a fundar um tempo atrás, que ela ajudou, mas que hoje não tem mais vínculo. Ela continua se a instituição precisar de alguma coisa e tal, mas não tem mais vínculo social, como o pessoal tem centro social, mas não tem mais, não tem. Centro social, ele nasce exatamente da carência do serviço público. Então vira uma bola de neve. Se o serviço público não oferece um atendimento médico e a pessoa procura o centro social e a pessoa que está no mandato público... Qual o interesse dessa pessoa de continuar, de melhorar a saúde se ela tem usado daquilo ali como uma ferramenta? Então, na verdade, eu acho que o centro social, ele supre uma necessidade imediata, mas ele não tem a grande importância que realmente tem a política pública de saúde a curto, médio e longo prazo para poder evitar essa mentira. Esses centros sociais, eles vão sempre surgir quando a prestação do serviço público é inoperante”.

---

<sup>45</sup> Assessor da vereadora Gaete (Margarete da Conceição de Souza Cardoso): Vicente de Melo Coutinho

Data da entrevista: 05/05/11

Idade: 30 anos

Grau de escolaridade: Ensino Superior incompleto

Naturalidade: Rio de Janeiro

Tempo em que mora em Duque de Caxias: 27 anos

No entanto, de acordo com informações do site<sup>46</sup> da Câmara Municipal de Duque de Caxias, a vereadora Gaete por muitos anos esteve voltada para serviços de assistência. Segundo dados do site temos:

Nascida em primeiro de outubro de 1955, Margarete da conceição de Souza Cardoso, a vereadora Gaete, cresceu e deu frutos no bairro da Vila Leopoldina V, em Duque de Caxias. Desde muito jovem aprendeu a militar pela causa pública e mantinha reuniões frequentes com a comunidade para solicitar melhorias para o bairro em que vive até hoje. Em 1990, indignada com a situação de quase abandono da saúde pública, ela começou a atender um grande número de pessoas doentes em casa. Pessoas que buscavam a rede pública e, muitas vezes, não eram atendidas. Sua postura humanitária a fazia gastar o pouco salário que recebia como auxiliar de enfermagem em exames e consultas para atender os necessitados. Em 1991, com doações de amigos, criou um núcleo de atendimento comunitário, com clínico geral e fisioterapia, entre outras especialidades. [...]. Mas foi o ano de 2001 que trouxe sorte e marcou uma grande mudança em sua trajetória política. Foi nesse ano que Gaete aliou-se ao Deputado Dica, o apoiando na reeleição estadual. Ainda em 2001, fundou a AMCS- Associação Maria da Conceição de Souza, em homenagem à mãe, já falecida. Essa aliança começa a dar frutos, a AMCS passa a atender cada vez mais pessoas, em várias especialidades médicas, inclusive com tratamento odontológico [...]. O ano de 2008 reservou à Gaete um grande desafio: a busca pela reeleição. Amparada pela comunidade e pelo trabalho social que desenvolveu pelos mais necessitados obteve surpreendente resposta nas urnas, sendo reeleita com 4.835. É o reconhecimento de um trabalho sério, voltado para o povo da cidade de Duque de Caxias.

---

<sup>46</sup> <<http://www.cmdc.rj.gov.br>>, acesso em 11/07/2011.

Já o vereador Nivan Almeida<sup>47</sup> declara não possuir centros sociais e ser contra o fornecimento desse tipo de serviço por políticos. Nesse sentido, afirma o vereador: “Eu nunca fiz serviço social. Não tenho, a princípio eu também sou contra. Eu acho que o legislador não pode entrar nesse caminho. Eu sei que muitos colegas meus têm, 90% tem”.

## **CAPÍTULO 5**

### **A RELAÇÃO ENTRE O POLÍTICO E O ELEITOR**

A proposta do presente capítulo é verificar, com a utilização de entrevistas, a visão dos vereadores em relação à existência dos centros sociais. Além disso, será realizada a análise sobre a concepção que o eleitor tem dessas entidades. Ao mesmo tempo,

---

<sup>47</sup> Vereador: Nivan Almeida

Nome utilizado na campanha: Nivan

Data da entrevista: 05/05/11

Partido: PDT

Idade: 53 anos

Grau de escolaridade: Ensino Superior

Naturalidade: Rio de Janeiro

Tempo em que mora em Duque de Caxias: praticamente desde que nasceu

Tempo de vereador: 6º mandato

Trabalho anterior: professor e diretor de escola

tem-se por objetivo averiguar até que ponto os centros influenciam no resultado das urnas, com o voto do eleitor.

## **A) OS CENTROS SOCIAIS SÃO IMPORTANTES?**

De acordo com as informações obtidas em entrevistas, alguns vereadores se colocaram em uma posição favorável a existência dos centros. Mais do que favorável, podemos dizer que alguns legisladores veem esse tipo de serviço como algo necessário.

Segundo a vereadora Nicolazina Acarisi<sup>48</sup>, os centros sociais são importantes devido à ausência do Estado. Dessa forma, o vereador acaba suprindo uma deficiência deixada pelo poder público, afirma Nicolazina.

“Esses centros sociais fazem aquilo que o poder público não está apto a fazer. Se o poder público fizesse totalmente, não haveria necessidade. Mas como não faz, isso é um alento para população, sim”.

Seguindo o mesmo argumento, Hélio Faience Duarte<sup>49</sup>, assessor do vereador Marcos Fernandes, também vê na ausência do Estado a necessidade da criação dos centros sociais.

“Infelizmente, os centros sociais são importantes. Não deveriam ser, mas quando o braço do Estado não alcança, ou do município ou do poder público, não alcança as camadas desfavorecidas, é

---

<sup>48</sup> Vereador: Maria Nicolazina Wienen Guimarães

Nome utilizado na campanha: Nicolazina Acarisi

Data da entrevista: 09/11/10

Partido: PMDB

Idade: 44 anos

Grau de escolaridade: Cursou Teologia

Nacionalidade: Holandesa, mora no Brasil desde 2 anos de idade

Tempo em que mora em Nova Iguaçu: 42 anos

Tempo de vereador: 1º mandato

Trabalho anterior: assessorava um outro vereador

<sup>49</sup> Hélio Faience Duarte: Seus dados já foram citados anteriormente.

necessário que exista isso. Por incrível que pareça, eu conheço alguns e funcionam, e funcionam bem. [...] O poder público deveria se fazer presente, mas como não faz, alguém fazendo eu acho que é bom. [...] Eu não digo que seja bom, mas é necessário. Não é o ideal, mas é o início de uma solução, digamos assim. Quem deveria fazer esse papel não seria a pessoa comum”.

O vereador Orlando Silva<sup>50</sup>, também afirma que, apesar de entender que essa não seria a função do vereador, devido à ausência do poder público, se vê obrigado a prestar esse tipo de ajuda.

“Na realidade, o serviço na área social, isso aí não cabe diretamente ao vereador [...]. A função constitucional do vereador é legislar, elaborar leis e fiscalizar o poder Executivo [...]. Agora a gente vê a ausência do poder público em diversos seguimentos, eu citei agora a saúde, a educação também tem uma falha muito grande, o transporte também é uma carência absurda [...]. E com essa carência, com essa falta de atenção do poder público, a gente fica obrigado a ter uma ação mais efetiva nas comunidades que a gente representa”.

Seguindo o mesmo ponto de vista acima, afirma o vereador Mazinho<sup>51</sup>:

“Não é função do vereador fazer isso. Mas quando a prefeitura, o poder Executivo numa comunidade, num discurso, ele promete fazer um posto de saúde naquele bairro e aí o prefeito assume e não faz nada, acaba caindo nas costas do vereador. E aí o vereador acaba tendo que ajudar alguém a colocar lá um dentista, a colocar lá um fisioterapeuta, porque aquela população está precisando, porque o poder público é falho naquela área, aí acaba tendo que entrar esses projetos sociais, que apesar de eu não concordar [...]”.

O vereador Grande<sup>52</sup>, além de fazer referência à falta de atuação do poder público, também expressa seu descontentamento quanto ao fechamento dos centros sociais.

---

<sup>50</sup> Orlando José da Silva: Seus dados já foram citados anteriormente.

<sup>51</sup> Dalmar Lirio Mazinho de Almeida Filho: Seus dados já foram citados anteriormente.

<sup>52</sup> Evangivaldo Santos Soares (Grande): Seus dados já foram citados anteriormente

“O vereador não pode mais ter centro social, se tiver centro social está condenado, perde o mandato, é cassado. O vereador pede pra prefeitura, faz o projeto, faz a indicação pra se construir uma fisioterapia, uma unidade de fisioterapia com cinco camas, cinco macas, para atender essas pessoas e o poder público não age, não faz. Aí a Justiça vai lá: ‘Não, você não pode ter’. Aí tira o seu mandato, corta sua cabeça fora, joga você aos leões e o povo carente fica lá sofrendo”.

Outros vereadores entendem que o Estado brasileiro não tem condições econômicas suficientes para oferecer os serviços necessários à população. Afirma o vereador Wilson de Carvalho<sup>53</sup>:

“Acho importante ter centro social. É um meio de ocupar o tempo do jovem [...] A população sempre é carente, o governo não pode fazer tudo. Deveria fazer tudo, mas infelizmente a gente sabe que não dá, né. O país é muito grande, a comunidade é muito grande. Então, eu acho que cada um deve fazer a sua parte”.

Também a vereadora Rosangela Gomes<sup>54</sup>, apesar de reconhecer a responsabilidade de gestores passados, coloca a impossibilidade financeira do município como argumento para a necessidade da prestação de serviços pelos vereadores.

“Obviamente não é nada disso que gostaríamos de fazer. Mas qualquer política pública que você aprove e que você vá buscar recursos [...] O nosso caixa aqui, é um caixa muito comprometido, ou seja, o que nós arrecadamos não dá para devolver à população com eficiência total. [...] O orçamento não atende a todas as pastas, não atende a demanda e a necessidade da cidade. Por isso, qualquer política que você tente implementar, a prefeitura sempre vai ter dificuldade, seja lá quem for o prefeito. [...] Obviamente nós precisaríamos que os gestores passados tivessem um pouco mais de compromisso também, pois nós sabemos que muito dinheiro foi embora para o ralo”.

---

<sup>53</sup> Wilson de Carvalho: Seus dados já foram citados anteriormente.

<sup>54</sup> Rosangela Gomes: Seus dados já foram citados anteriormente.

Além disso, Rosangela Gomes aponta para a “obrigação” do vereador de prestar ajuda à população, mas destaca que esta é uma função que o poder Executivo deveria desempenhar.

“Eu sou contra fazer assistencialismo [...] Mas não posso me dar ao luxo de deixar de fazer. Porque quando uma pessoa bate na minha porta desesperada procurando uma ambulância para ser socorrida, eu não posso falar que não é minha obrigação. Isso é obrigação da prefeitura ou do SAMU. Não, se eu tenho condições, eu vou socorrer [...] Infelizmente, se o Executivo entendesse que poderia ajudar um pouco mais, eu acho que nós poderíamos ajudar mais. Porque quando eu faço isso, eu acabo ajudando o Executivo, mas por outro lado também não é minha função. Eu estou me intrometendo na função do outro. Então, é uma coisa muito complexa”.

O vereador Carlos Roberto Ferreira<sup>55</sup> afirma que o mais importante é o fortalecimento do poder público e não a realização de serviços e centros sociais. Já a vereadora Marli Silva Camara de Freitas<sup>56</sup> deixa claro não possuir centro social, mas ao ser perguntada sobre a importância dos centros, prefere se colocar em uma posição neutra.

---

<sup>55</sup> Vereador: Carlos Roberto Ferreira  
Nome utilizado na campanha: Ferreirinha  
Data da entrevista: 09/11/10  
Partido: PT  
Idade: 49 anos

Grau de escolaridade: Ensino Superior  
Naturalidade: Rio de Janeiro  
Tempo em que mora em Nova Iguaçu: 40 anos  
Tempo de vereador: 4º mandato  
Trabalho anterior: Trocador de ônibus

<sup>56</sup> Vereador: Marli Silva Camara de Freitas  
Nome utilizado na campanha: Professora Marli  
Data da entrevista: 09/11/10  
Partido: PT  
Idade: 65 anos  
Grau de escolaridade: Ensino Superior, com especialização em Educação  
Naturalidade: Rio de Janeiro  
Tempo em que mora em Nova Iguaçu: 44 anos  
Tempo de vereador: 3º mandato  
Trabalho anterior: Diretora de escola

“Eu não sou assistencialista, eu não tenho centro social e não trabalho para que eu dê a assistência. Eu acho que a gente tem que matar a fome, mas tem que ensinar a pescar. Então, eu não desenvolvo outro projeto politicamente no meu mandato. [...] Pra mim é até difícil te responder o que eu acho. Porque o fato de eu não ter nenhum, eu já mostro a minha forma de entender. Agora, eu também não estou aqui para criticar. Eu acho que cada um sabe, na verdade, como ajuda. Aqueles que querem ajudar com centros sociais [...] Aqueles que entendem que devem trabalhar, eu não estou aqui para criticá-los. Agora, eu não tenho e não trabalho”.

Já o vereador Quinzé<sup>57</sup> declara que, apesar de muitas pessoas entenderem que o voto seria a principal motivação para que os políticos ofereçam serviços à população, sua intenção é apenas ajudar às pessoas carentes.

“O que motiva fazer o trabalho social [...]. Às vezes as pessoas acham que é por causa de votação, de voto. Não é por voto. É que as pessoas estão carentes na saúde, estão carentes em tudo. Há muito grande carência. Este é o motivo”.

Alguns vereadores afirmam que sua motivação se deu devido à infância e juventude carente por que passaram. A motivação religiosa também é citada.

“Eu via e entendia que a carência na época, do lado social, no lado saúde, no lado, enfim [...]. Eu sempre mantive meu carro, como se fosse um ambulatório para socorrer as pessoas [...]. Por isso que criaram meu nome. Eu não tenho ambulância, era o meu carro que virava [...]. Então, é uma coisa que me deu desejo no coração [...]. Cada um tem o seu compromisso com Deus. E eu, como católico praticante, eu falo: Tenho com o meu Deus que, se me desse a oportunidade de, o garoto pobre que eu fui, muito doente quando pequeno [...]. Eu fiz um voto a Deus que se eu tivesse oportunidade de galgar coisas maiores na minha vida, eu pudesse tirar um pouquinho para ajudar aqueles que precisam. Graças a Deus, eu

---

<sup>57</sup> Joaquim José Santos Alexandre (Quinzé): Seus dados já foram citados anteriormente.

fui sendo bem sucedido [...]. Não sei o caminho que Deus quer me levar, mas eu tenho o compromisso também dentro comigo que eu sempre vou honrar e poder olhar para minha mãe, com 73 anos de idade, e dizer a ela que o filho dela não decepcionou, para não estar nas páginas de jornal como um político corrupto”<sup>58</sup>.

O vereador Marcelo do Seu Dino<sup>59</sup>, apesar de não ser contra os centros sociais, afirma não concordar com a vinculação do voto àqueles políticos que possuem esse tipo de serviço.

“O que mata a nossa política é o assistencialismo [...] Mas é necessário, normalmente é necessário [...]. Diante da realidade do município, tudo que vem a somar com o povo, eu acho que é importante [...]. Só que eu acho que as pessoas não deveriam avaliar que o social deveria ser a meta principal. A avaliação principal. Acho que deveriam vir alguns outros requisitos a frente disso aí. Não é porque eu não tenho, não. É porque é minha visão como cidadão que quer ver a sua cidade avançar. Não sou contra o político ter o seu centro social. Sou contra a avaliação da comunidade, às vezes, se trocar por um bem, se trocar por qualquer coisa”.

Segundo o vereador Nivan de Almeida, a existência dos centros sociais impede a realização de políticas públicas. Além disso, afirma Nivan, são utilizados como forma de convencimento para obtenção do voto do eleitor.

“Eu nunca tive negócio de médico, dentista, fisioterapia. Isso mascara os dados técnicos, isso contribui para que o Executivo fique acomodado [...]. Eles não propõem políticas públicas na área. Hoje a gente não tem um serviço de fisioterapia pública na cidade de Caxias. É uma vergonha, uma cidade como a nossa. Eu estou até propondo ao governo do Estado. Nós temos que ter aqui uma unidade de referência de fisioterapia e de reabilitação tal qual

---

<sup>58</sup> Moacyr da Ambulância: Seus dados já foram citados anteriormente.

<sup>59</sup> Marcelo do Seu Dino: Seus dados já foram citados anteriormente.

a ABBR , Hospital Sarah, na Barra. Então, a gente já merece isso, a gente já tem condições de ter políticas públicas nesse sentido [...]. Não é justo que você precise, sua família, sua mãe, parente seu, precise de um atendimento de reabilitação e você ter que se submeter a um social de um vereador e chegar na época de eleição: “Oh, vota comigo, porque eu fiz fisioterapia na sua mãe”. Não é isso. Essa cidade é muito rica para a gente ter esse tipo de constrangimento. Agora, eu respeito quem tem. Inclusive eu até perdi voto nessa eleição num seguimento da sociedade por causa disso”.

## **B) CENTROS SOCIAIS E OBTENÇÃO DE VOTOS**

Nas entrevistas realizadas com os vereadores de Duque de Caxias e Nova Iguaçu apenas cinco afirmaram possuir centro social. Alguns disseram que somente “davam uma ajuda”, outros que prestavam serviços, mas que não era em centro social. Através de jornais, do site das duas câmaras municipais ou de assessores também foram obtidas informações sobre a fundação de centros sociais por vereadores, o que fez crescer o número de parlamentares que, de acordo com os dados obtidos, possuem tais entidades.

No entanto, tomando como base apenas as informações dadas pelos vereadores nas entrevistas, para averiguar a relação entre os centros sociais e a obtenção de votos, foram utilizados como referência apenas os centros de vereadores que afirmaram claramente possuir tal entidade. Dos vereadores entrevistados apenas quatro afirmaram possuir tal serviço, sendo três pertencentes ao município de Duque de Caxias e um pertencente ao município de Nova Iguaçu. Em Nova Iguaçu, apenas o vereador Marcos Rocha afirmou possuir centro social e em Duque de Caxias três vereadores declararam possuir. São eles: Maninho do Posto, Fatinha e Moacyr da Ambulância.

Como forma de observar até que ponto essas entidades contribuem para a obtenção do voto do eleitor, foi realizado o levantamento da quantidade de votos auferidos pelos vereadores, que afirmaram possuir centros sociais, na zona eleitoral em que se localiza seu centro social. Além disso, foi realizada a comparação entre o resultado na zona eleitoral em que se localiza o centro do vereador com as demais zonas eleitorais do município.

**MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS**  
Quantidade de votos obtidos em cada zona eleitoral:

<b>Zona Eleitoral</b>	<b>Vereadora Fatinha</b>	<b>Vereador Maninho do Posto</b>	<b>Vereador Moacyr da Ambulância</b>
0066	52	51	72
0077	25	29	68
0078	67	94	4.244
0079	57	71	126
0103	50	120	95

0126	5.044	4.541	84
0127	66	207	121
0128	31	144	18
0194	15	23	40
0200	38	43	148
<b>TOTAL</b>	<b>5.445</b>	<b>5.323</b>	<b>5.016</b>

Pelo quadro acima, podemos observar que os vereadores pesquisados realmente obtiveram maior quantidade de votos na zona eleitoral em que funcionava o seu centro social, ou seja:

Centro social	Zona Eleitoral em que está localizado o centro	Quantidade de votos
<b>Fatinha</b>	0126	5.044
<b>Maninho do Posto</b>	0126	4.541
<b>Moacyr da Ambulância</b>	0078	4.244

Já em Nova Iguaçu, apesar de o vereador Marcos Rocha ter obtido uma razoável quantidade de votos na zona eleitoral em que seu centro social está localizado (bairro de Engenho Pequeno – Zona 0067), obteve uma expressiva votação na Zona Eleitoral 0157, e também uma regular quantidade nas Zonas 0084 e 0159.

<b>Zona Eleitoral</b>	<b>Vereador Marcos Rocha</b>
0027	436
0067	699
0082	329
0084	948
0156	163
0157	2.843
0158	158
0159	664
0250	81

Total	6321
-------	------

A partir dos dados obtidos, podemos perceber que o centro social contribui na obtenção dos votos. No entanto, vale destacar que há outros aspectos a se levar em conta. Na maior parte das vezes o vereador monta seu centro social no bairro em que reside, ou nas proximidades. Isso faz com que a quantidade de votos obtidas seja maior em função também de sua popularidade por ser morador do local. Um outro dado a se observar é que os vereadores prestam outros tipos de serviços, além dos realizados no centro, o que também pode levar à obtenção de votos. Além disso, devemos considerar a extensão territorial e o número de habitantes da zona eleitoral onde está localizado o centro e as várias outras motivações dos eleitores quando da realização de seu voto.

### C) O OLHAR DAQUELES QUE UTILIZAM OS CENTROS SOCIAIS

Uma das perguntas feitas aos utilizadores<sup>60</sup> dos centros sociais foi se eles acham importante a existência desse tipo serviço. Todos os entrevistados afirmaram que sim. Para Maria José de Siqueira<sup>61</sup> a importância está associada à falta de outras opções no bairro em que vive.

“Eu acho importante porque, igual aconteceu comigo. Eu não tinha para onde ir [...]. Eu acho importante porque quem não tem pra onde correr [...], se tem no bairro, ajuda muita gente, como me ajudou [...]”.

<sup>60</sup> O critério para a escolha das pessoas a serem entrevistadas teve como referência as informações dadas pelos vereadores nas entrevistas. Ou seja, como apenas 4 vereadores (Marcos Rocha, Maninho do Posto, Fátima e Moacyr da Ambulância) informaram pessoalmente possuir centros sociais, foram entrevistadas, de cada um desses centros, cinco pessoas que fizeram uso de seus serviços, perfazendo um total de 20 entrevistados.

<sup>61</sup> **Maria José de Siqueira**

Atendimento no Centro social do vereador (a): Maninho do Posto  
Endereço: Rua Coronel Carlos Matos, 20, Quadra E – Saracuruna – Duque de Caxias  
Data de nascimento: 18/09/1942  
Grau de escolaridade: 5º ano do Ensino Fundamental  
Profissão: Costureira

Para Cláudia Barbosa da Silva<sup>62</sup> os centros sociais são necessários porque o posto de saúde não funciona. Já o centro social, afirma Cláudia, atende melhor e com maior rapidez.

“Eu utilizei dentista e clínico. Foi muito bom o atendimento lá [...]. Tem que ter assistência para a comunidade. Não só o posto, porque o posto de saúde, se for contar só com o posto não adianta nada, não resolve nada. Agora, o centro social já vai ajudar bastante [...] Lá não demorava não. Dentista lá é no mesmo dia”.

Segundo Daise dos Santos Flor<sup>63</sup> os centros sociais são importantes, pois oferecem serviços aos mais carentes.

“Sim, porque ajuda as pessoas mais carentes. Porque tem várias coisas lá, dentista, fisioterapia [...]”.

No entanto, quando da indagação quanto ao motivo de o político oferecer serviços à população, Daise respondeu:

“Pra mim, acho que é para ganhar o povo. Para ganhar a confiança do povo que eles querem. Pra se candidatar e ganhar alguns votos. Pra mim é isso. Ninguém faz nada hoje em dia sem ter um interesse mais pra frente”.

---

<sup>62</sup> **Cláudia Barbosa da Silva**

Atendimento no Centro social do vereador (a): Fatinha  
Endereço: Rua Ministro Lindolfo Collor, nº 13, Quadra N – Saracuruna – Duque de Caxias  
Data de nascimento: 28/08/1979  
Grau de escolaridade: Ensino Médio  
Profissão: Do Lar

<sup>63</sup> **Daise dos Santos Flor**

Atendimento no Centro social do vereador (a): Fatinha  
Endereço: Rua B, Lote 10, Quadra E – Parque Esperança – Duque de Caxias.  
Data de nascimento: 23/06/1979  
Grau de escolaridade: Ensino Médio  
Profissão: Babá

Mesmo assim, Daise não coloca o interesse pessoal do vereador como condição de impedimento para um futuro voto. Ao ser perguntada se já votou na vereadora da qual fez uso do centro social, afirmou que não votava no município na época das eleições. Quanto a votar nela futuramente, apenas disse não ter pensado sobre o assunto.

Igualmente, Maria José de Siqueira afirma que o interesse do político ao montar um centro social é o voto. Mesmo assim, não faz críticas a isso e entende que o político deveria ajudar também de outras maneiras.

“Eu acho que ele faz isso para poder pegar eleitor. E ele tem que fazer cada vez mais. Não é só isso [...]. Ajudar o pobre, ajudar pessoas humildes que às vezes não sabem nem sair de Saracuruna”.

Segundo Claudia Barbosa da Silva<sup>64</sup>, apesar de os políticos possuírem a intenção de obter o voto quando montam os centros, há pessoas que não “se deixam levar” e não votam nesses políticos.

“Eu acho que é mais por voto. Mais pelo voto. Eles querem conquistar a comunidade com isso, com aquilo. Alguns até se deixam levar por isso. Tem outros que não deixam se levar não”.

Para Célia Maria da Silva<sup>65</sup>, alguns políticos montam centros sociais com a intenção do voto. No entanto, afirma Célia, há políticos que oferecem esse serviço por amor ao povo, porque realmente querem ajudar às pessoas que precisam.

“Tem uns que é por opção, procurando voto. Agora, esses que mantém o centro social e permanece, eu acho que é pelo amor ao povo. Vê que o povo tem dificuldade em encontrar um posto que realmente atenda às necessidades que a pessoa precisa. Acredito que seja isso”.

---

<sup>64</sup> **Claudia Barbosa da Silva** – seus dados já foram citados anteriormente.

<sup>65</sup> **Célia Maria da Silva**

Atendimento no Centro social do vereador (a): Fatinha

Endereço: Rua Ministro Lindolfo Collor, Lote 12, Quadra N – Saracuruna – Duque de Caxias

Data de nascimento: 29/11/1962

Grau de escolaridade: Ensino Médio

Profissão: Manicure

Rita de Cássia dos Santos Silva<sup>66</sup> sugere que os vereadores deveriam não somente montar centros sociais, mas exercer outras funções.

“Sim, sem dúvida. Porque um centro da parte do político beneficia mais a gente que não tem condições financeiras para utilizar outros particulares. Acho muito importante. Acharia que deveria ter até em outras funções”.

Também Rita de Cássia de Souza Firmino<sup>67</sup>, que utilizou o centro social da vereadora Fatinha, destaca a importância dos centros sociais devido à demora em ser atendida no posto de saúde e sugere que os centros acabam servindo para complementar o serviço público.

“Ajuda muito às pessoas. Eu conheço ela, por a minha mãe estar indo no dentista [...]. Ela ajuda as pessoas que não têm condições de comprar fralda descartável. Dá uma fralda descartável. Tem médico, tem clínico geral lá, tem pediatra lá também. Eu acho importante porque ela ajuda muito as pessoas. Porque você vai no posto de saúde pra marcar um pediatra, você leva três meses para marcar um pediatra. Então, demora muito. Um clínico três meses, demora muito. Então, ela já ajuda complementar o posto de saúde. Menos lotação”.

Também quanto à motivação do candidato possuir centro social, Angélica Nogueira de Mesquita<sup>68</sup> afirmou que Maninho do Posto, diferentemente de outros políticos,

---

<sup>66</sup> **Rita de Cássia dos Santos Silva**

Atendimento no Centro social do vereador (a): Maninho do Posto  
Endereço: Rua Borges de Medeiros, nº17, casa 8 – Saracuruna – Duque de Caxias  
Data de nascimento: 12/10/1973  
Grau de escolaridade: Ensino Médio  
Profissão: Atendente

<sup>67</sup> **Rita de Cássia de Souza Firmino**

Atendimento no Centro social do vereador (a): Fatinha  
Endereço: Rua Olinda. Alameda 5, nº 9 - Saracuruna – Duque de Caxias.  
Data de nascimento: 15/05/1983  
Grau de escolaridade: Ensino Médio  
Profissão: Do lar

<sup>68</sup> **Angélica Nogueira de Mesquita**

Atendimento no Centro social do vereador (a): Maninho do Posto  
Endereço: Rua Olinda. Alameda 5, casa 6 - Saracuruna – Duque de Caxias.  
Data de nascimento: 18/09/1988

somente pensa em ajudar as pessoas.

“Uns são mais para ganhar votos. No caso, o Maninho do Posto, [...] mais para ajudar as pessoas também. No caso, ele era para ajudar as pessoas porque ele nunca foi de ficar pedindo voto não. Eu nunca vi Maninho do Posto pedindo voto”.

Da mesma forma, para Rita de Cássia de Souza Firmino<sup>69</sup> a intenção do político ao montar um centro social é ajudar as pessoas.

“Ajudar as pessoas. No caso, contratar médico, dentista, que lá mais procurado é o dentista, documento que tire. Eu acho mais importante para ajudar, a população precisa muito”.

De acordo com Katia Correa<sup>70</sup>, mesmo que a intenção do político seja ganhar votos, o serviço é necessário e é muito bom para a população.

“Em geral as pessoas falam que é para ganhar voto. [...] Mesmo que a intenção seja de se reeleger, mas pra nós que não temos isso... Você sabe. RPG, Pilates, não tem pelo SUS. Então, enquanto está tendo, está sendo útil. Está sendo muito bom pra gente”.

Aparecida Alves<sup>71</sup>, que possuía um filho “especial” (faleceu uma semana antes da entrevista) afirmou que Maninho enviava uma Kombi para apanhar seu filho para

---

Grau de escolaridade: Ensino Fundamental

Profissão: Manicure

<sup>69</sup> **Rita de Cássia de Souza Firmino** – seus dados já foram citados anteriormente.

<sup>70</sup> Katia Quitéria Correa

Atendimento no Centro social do vereador (a): Fatinha

Endereço: Rua Londrina, 444, Jardim Primavera – Duque de Caxias.

Data de nascimento:

Grau de escolaridade:

Profissão: Do lar

<sup>71</sup> **Aparecida Conde Alves**

Atendimento no Centro social do vereador (a): Maninho do Posto

Endereço: Rua Olinda, Alameda 5, lote 9 - Saracuruna – Duque de Caxias

Data de nascimento: 15/12/1986

Grau de escolaridade: Ensino Médio

Profissão: Do lar

tratamento de fisioterapia e fonoaudiologia. Assim como Angélica Mesquita, Aparecida afirma:

“O Maninho do Posto em si, eu não tenho que dizer para ele é pra comprar voto, porque desde antes de ele se candidatar ele sempre me ajudou com meu filho, que era especial. Ele e a esposa dele sempre me ajudaram. Quando ele veio a se candidatar já havia um ano que ele tinha me ajudado. Ele deu uma cadeirinha de roda pro meu filho e eu nem sabia que ele viria se candidatar. Eu acho que muitos políticos abrem por conta de voto, pra atrair a população. Mas têm uns que é mais pela parte social mesmo, por ver a precariedade de saúde, a parte dentária. Então é pra ajudar mesmo”.

No entanto, apesar de Aparecida entender que o serviço ofertado pelo vereador foi apenas para ajudar, ao ser perguntada sobre o motivo de seu voto em Maninho nas últimas eleições, destacou o “incentivo” dado pelo centro.

“Eu acho que se eu não votasse nele, também não ia votar em ninguém porque eu sempre anulei os meus votos. Desde que eu voto, eu sempre anulei. Eu nunca votei em ninguém. Eu só votei nele por ter assim [...] colaborou. Eu vi que mesmo os outros reclamam, que não asfaltou uma rua [...]. Mas o centro social atendia muita gente, de idoso a crianças especiais, crianças carentes [...]. Por ele ter feito essa parte do centro social, ele tem uma parte também de funeral, que ele ajuda, contribui bastante. Então, me incentivou a votar nele”.

Contudo, no momento da entrevista, o centro social do vereador Maninho do Posto havia sido fechado. Maria José de Siqueira<sup>72</sup> Associou seu fechamento a uma suposta “indisposição” para com os mais pobres, mas ao mesmo tempo expõe sua preocupação de o vereador “fazer uma coisa legalizada”, para não correr o risco de fechar.

“Infelizmente acabou. Mas por que acaba? Tudo que é bom, não é tão bom, mas que melhora um pouquinho para o pobre, dão em cima. Porque foi denunciado não sei de que, não sei de que, e acabou [...]. Acabou, que pena, eu acho, foi uma pena que acabou aquilo ali, porque aquilo estava cheio todos os dias. Todos os dias

---

<sup>72</sup> **Maria José de Siqueira** – seus dados já foram citados anteriormente.

que eu ia lá aquilo estava cheio. Então, tem que correr atrás, fazer uma coisa legalizada pra não acontecer o que aconteceu com ele. Porque eu não sei, realmente direito eu não sei, mas com certeza que não estava legalizado, porque se acabou não estava”.

No momento da entrevista com Marli Clementina Conceição<sup>73</sup>, também o centro social do vereador Marcos Rocha se encontrava fechado. No entanto, segundo informações de pessoas que estavam trabalhando em seu comitê de campanha, o político continua prestando serviços à população. De acordo Marli, que participa da Igreja Restaurando, Resgatando Vidas Feridas, localizada no bairro de Tropical, em Nova Iguaçu, o vereador sempre ajudou a sua Igreja.

Ônibus, ele ajuda muito a gente. Porque a gente precisa de ônibus, às vezes é pra batismo, às vezes é pra saída. E nós vamos fazer uma cruzada aqui dia 25 desse mês, ele vai, já liberou, já chegou, eu acho que é ofício que chega, já está aí. Ele está sempre assim, sempre que a gente precisa, está sempre nos ajudando [...]. Porque quem fala mais direto com ele é a pastora, com a equipe dele. É a pastora [que fala] pra ônibus, pra o que nós temos precisado.

A pastora da Igreja Restaurando, Resgatando Vidas Feridas, Claudia Alves<sup>74</sup>, também afirmou: “sempre me ajudou em ônibus, as coisas que eu sempre preciso, ele sempre está me ajudando”. Apesar de manter estreitas relações com o vereador Marcos Rocha, ao ser perguntada por que um político mantém um centro social, a pastora declara ter pouco entendimento sobre política.

---

<sup>73</sup> **Marli Clementina Conceição**

Atendimento no Centro social do vereador (a): Marcos Rocha

Endereço: Rua Oito de Dezembro – Belford Roxo. Participa de uma igreja em Nova Iguaçu.

Data de nascimento: 30/04/1968

Grau de escolaridade: 5º ano do Ensino Fundamental

Profissão: Passadeira

<sup>74</sup> **Claudia Alves**

Atendimento no Centro social do vereador (a): Marcos Rocha

Endereço: Rua Antonio Caetano Alves – Tropical – Nova Iguaçu

Data de nascimento: não informada

Grau de escolaridade: Ensino Fundamental

Profissão: Do lar

“Aí eu não sei, porque eu entendo muito pouco de política. Mas eu creio que deve ser como eu acabei de responder, deve ser pra ajudar as pessoas”.

Além da motivação caritativa e da motivação política, que alguns entrevistados citaram, Wanderlei Ferreira dos Reis<sup>75</sup> aponta a vinculação do funcionamento do centro social à eleição do candidato, ou seja, quando não consegue se eleger, o político deixa de oferecer os serviços do centro. No entanto, mesmo com esse entendimento, Wanderley declarou que votou em Moacyr da Ambulância e pretende continuar votando.

“Eu acho que um político mantém um centro social mais em termos políticos de ganhar voto, de indicar alguém. Por exemplo, aqui era o Dica. O Dica quando veio candidato a prefeito, o posto que funcionava aqui era o dele. Não ganhou a eleição, o Dica não deu mais assistência, não deu mais assistência no posto, saiu fora. E geralmente o negócio funciona assim. Eles estão na política, eles estão presente no posto de saúde, no posto social; perdeu a eleição, todo mundo ‘rapa fora’”.

Rita de Cássia de Souza Firmino<sup>76</sup>, que utilizou o centro social da vereadora Fatinha para tirar identidade, relata o passo a passo realizado para receber a ajuda.

“Fui no centro social, ela levou a gente até de van no cartório, depois trouxe [...]. Foi rápido. Trouxe a gente em casa e tudo. Trouxe até aqui na esquina. No caso, ela tem até ônibus ali na prefeitura que resolve esses negócios de documento [...] É tipo um cartório dentro do ônibus. Ela dá assim, pras pessoas que não têm condições de pagar os documentos, que no caso a identidade você paga uma taxa, a certidão de nascimento também. Alguns documentos paga uma taxa. Então o que acontece, ela faz um documento, no cartório mesmo eles resolvem. Você não precisa pagar nada. As pessoas mais pobres, de baixa renda, pessoas que não tem condições de pagar (...)”.

---

<sup>75</sup> **Wanderlei Ferreira dos Reis**

Atendimento no Centro social do vereador (a): Moacyr da Ambulância  
Endereço: Rua Paracatu, Lote 16, Quadra 82 – Jardim Gramacho - Duque de Caxias.  
Data de nascimento: 28/09/1953  
Grau de escolaridade: Ensino Médio  
Profissão: Marceneiro

<sup>76</sup> **Rita de Cássia de Souza Firmino** – seus dados já foram citados anteriormente.

No entanto, há também a resposta negativa quanto a um futuro voto quando o vereador deixa de prestar o serviço solicitado. Luciane da Silva Correia<sup>77</sup>, que utiliza cadeira de rodas, afirmou não mais votar em Moacyr da Ambulância porque ela lhe pediu uma nova cadeira de rodas e não foi atendida.

“Esses quatro anos que ele está, ele não está com nada não. Tem que ser logo sincera. Desde quando ele ganhou a eleição que eu não vejo ele mais [...]. Votei e não vou votar mais, até porque eles não me deram minha cadeira”.

Também João de Souza Peixoto<sup>78</sup>, apesar de estar fazendo tratamento de saúde no Centro social de Moacyr da Ambulância, afirma ter deixado de votar no vereador porque ele não prestou atendimento à sua filha.

“Eu não gosto dele [...]. Eu não voto nele nunca, eu não voto nele não. E falo ainda, eu vou ali, me trato ali, mas não tem nada uma coisa a ver com a outra [...]. Sabe por que eu não voto nele, eu vou te explicar porque. Eu tenho uma filha de 24 anos, minha filha tinha 8 anos de idade [...]. Ele morava na quadra ali, ela jogando bola, brincando no quintal dele. Deu um chute na quina da escada que era de azulejo, ela tem dez pontos no pé desde pequenininha [...]. Liguei para um colega que mora aqui perto, foi lá buscou ela e levou. Por que ele não? Ele não é o tal do Moacyr da Ambulância?”

---

<sup>77</sup> **Luciane da Silva Correia**

Atendimento no Centro social do vereador (a): Moacyr da Ambulância  
Endereço: Rua Paracatu, lote 35, Quadra 84 – Jardim Gramacho – Duque de Caxias  
Data de nascimento: 07/01/1967  
Grau de escolaridade: Nunca estudou  
Profissão: Vendedora

<sup>78</sup> **João de Souza Peixoto**

Atendimento no Centro social do vereador (a): Moacyr da Ambulância  
Endereço: Rua Paracatu, lote 27, Quadra 82 – Jardim Gramacho – Duque de Caxias  
Data de nascimento: 29/03/1962  
Grau de escolaridade: Ensino Médio  
Profissão: Pintor

Diferentemente de João de Souza Peixoto, Maria José de Siqueira<sup>79</sup> entende que seria uma “ingratidão” não retribuir a ajuda que recebeu. Afirmou que votou no Maninho do Posto nas últimas eleições e pretende votar novamente.

“Eu vou votar sim, porque conforme eu estou te falando, eu precisei, fui lá, não tem aquele ditado, eu acho que a gente não deve cuspir no prato que comeu. Eu falo isso”.

A partir das entrevistas podemos perceber que muitas pessoas entendem que faz parte do papel do político conceder favores pessoais ou serviços não fornecidos pelo Estado. Neste sentido, a fim da obtenção de vantagens eleitorais, são concedidos todos os tipos de favores. Dentro desse quadro, há pouco ou quase nenhum espaço para o surgimento de propostas alternativas, desvinculadas da prática da clientela.

---

<sup>79</sup> **Maria José de Siqueira** – seus dados já foram citados anteriormente.

## CONCLUSÃO

A pesquisa apresentada teve como referência a região da Baixada Fluminense. Devido a sua abrangência territorial e populacional, optou-se por fazer uma delimitação. Tomou-se como base de estudo os municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias que, juntos, possuem aproximadamente 45% (IBGE - 2010) da população da Baixada Fluminense.

Na região da Baixada, há municípios com um expressivo desenvolvimento econômico, mas, por outro lado, também existem grandes desigualdades sociais. Além disso, embora seja uma região de grande extensão territorial e de grande densidade demográfica, é pouco provida de serviços na área social.

Por ser um local desassistido de serviços públicos básicos (saúde, educação, transporte, segurança, saneamento básico, água tratada etc.) e por ter uma população carente, em sua maior parte possuindo baixa renda familiar, a Baixada Fluminense é um terreno fértil para o desenvolvimento de práticas clientelistas.

Assim sendo, muitos políticos oferecem os serviços que o Estado não fornece à população. A partir de entrevistas realizadas com os vereadores das cidades de Duque de Caxias e de Nova Iguaçu, foi feito um levantamento dos serviços oferecidos pelos membros do legislativo municipal nos chamados “centros sociais” e também fora deles. Desse modo, pôde-se verificar que há uma infinidade de favores prestados. Dentre os quais podemos citar: serviços médicos e odontológicos; fisioterapia; atendimento jurídico; cursos diversos; cestas básicas; encaminhamentos para realização de exames; aulas de futebol, ginástica, capoeira e dança de salão; serviço para realização de enterro, etc.

Através do presente estudo foi possível observar que, numa situação de grande carência de serviços públicos, muitos políticos oferecem benesses à população como forma de obter vantagens eleitorais. Assim sendo, tendo em vista as eleições, muitos candidatos começam a se preocupar em fazer algum tipo de trabalho que possa ser apresentado como parte de seu interesse pelo social. Nesse sentido, podemos perceber que os centros sociais muitas vezes são utilizados como instrumento de projeção e propaganda pessoal.

Outra questão a ser observada é a preocupação dos vereadores entrevistados, nas cidades de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, em desvincular seus nomes da manutenção de centros sociais. Como nos últimos anos têm sido realizadas constantes fiscalizações pela Justiça eleitoral, monitorando o funcionamento dos centros, muitos políticos evitaram relatar sua ligação com esse tipo de trabalho. Por isso, para o levantamento dos serviços prestados, além das entrevistas, foram utilizadas informações dos sites das Câmaras Municipais dos dois municípios e informações obtidas através dos jornais.

Nesse sentido, surgiram muitas contradições. Houve vereadores que negaram possuir centros sociais, mas através do próprio site das Câmara Municipais, ou através dos jornais, foi obtida a informação de que possuíam. Além disso, quando afirmavam fornecer atendimento, os vereadores e assessores entrevistados evitaram utilizar a denominação “centro social”. Alguns disseram que possuíam um local de atendimento comunitário, mas que não era um centro e, mesmo quando se referiam aos centros sociais (deles ou de outros) alguns chamavam de “o social” e não “o centro social”, apesar desta última ser a forma mais utilizada pela população para denominar tais entidades.

No intuito de se desvincilhar de qualquer ligação com os centros sociais, houve vereador que disse possuir tal entidade, mas que não ia até lá, outras pessoas é que administravam e cuidavam. Outros políticos disseram que apenas “davam uma ajuda” para as entidades que solicitavam. No entanto, em alguns casos, essa mesma entidade possuía o nome do pai ou da mãe do vereador. Nesta situação, foi alegado que se tratava de uma homenagem feita pelos amigos.

A fim de observar como a imprensa vem retratando o funcionamento dos centros sociais, foram utilizadas matérias de jornais com informações sobre os serviços e funcionamento de tais entidades. Em muitos casos, as reportagens descrevem as irregularidades cometidas pelos políticos quando da realização desse tipo de atividade.

Além disso, através da legislação eleitoral pôde-se observar até que ponto as determinações da Justiça estão sendo cumpridas, quando da relação entre o político e o eleitor. Dessa forma, buscou-se confrontar a prática dos políticos, que oferecem serviços à população, com as determinações da Lei Eleitoral brasileira. De acordo com nossa lei, é proibida a barganha de votos por favorecimentos pessoais.

Outro aspecto a ser destacado é o fato de ser utilizada a denominação “centro social”. A mudança de nome ou a característica do lugar, não desfaz a evidência de que os políticos possuam um local de atendimento onde é realizada a prestação de serviços. Existem políticos que, ao invés de um “centro social”, utilizam ônibus para prestar serviços na área médica ou jurídica (além do empréstimo do veículo a fim de levar pessoas para enterros ou passeios); utilizam clubes para prestar serviços na área do esporte; utilizam até mesmo igrejas ou escritórios a fim de realizar o atendimento à população.

Além da utilização dos centros, a ajuda concedida como intermediário para obter emprego, vaga em hospital ou realização de exames, permanece ocorrendo. Também a ajuda direta, como a doação de cestas básicas ou compra de remédios, continua acontecendo. Ou seja, o que se percebe é que o clientelismo é um forte instrumento utilizado na obtenção de ganhos eleitorais. Sob esse aspecto, muitos políticos deixam claro que, se não ganharem as eleições, o centro social terá que ser fechado. Nesse sentido, podemos observar que os centros são utilizados como instrumento de barganha e acabam dificultando a realização de propostas que favoreçam a efetiva prática da cidadania.

Apesar da tentativa de desvinculação com os centros sociais, ao serem perguntados se achavam importante esse tipo de iniciativa, a maior parte dos vereadores entrevistados responderam que sim. Alguns deram como motivo a falta de atuação do Estado, que deveria fornecer os serviços públicos básicos e muitas vezes não fornece. Outros afirmaram ser importante devido à carência da população, que necessita não só de serviços, mas também de alimentação, remédios, dinheiro para o transporte, etc.

Também os utilizadores dos centros sociais afirmaram ser muito importante a existência desse tipo de prática. Quanto aos motivos que suscitam a atitude dos políticos, apesar de algumas pessoas alegarem que acreditam que eles oferecem benesses apenas por sua preocupação com o povo carente, relatam que esta atitude colabora quando de um futuro voto. Além disso, há aqueles que declararam saber que aquilo que o político faz é visando à eleição. No entanto, ter conhecimento sobre essa intenção não representa impedimento para que se deixe de votar em determinado político.

Outro ponto averiguado foi se o fato de possuir centro social leva o candidato a uma vitória nas urnas. Dos cinco vereadores entrevistados, que afirmaram claramente possuir tal entidade, quatro deles realmente obtiveram maior quantidade de votos na zona eleitoral em que funcionava o centro. No entanto, não existe uma ligação direta entre possuir um centro e obter vitória eleitoral. Muitos candidatos que possuem centros sociais não conseguem se eleger. Portanto, não se pode prescindir do argumento de que eles ajudam na obtenção de votos, mas o trabalho de campanha necessita de diversas outras atividades.

Diante desse quadro, foi realizada a análise de nosso passado colonial e escravista, pautado na falta de uma estrutura pública e no particularismo português. A ausência do Estado, ou a sua frágil implantação, dificultou a realização da cidadania plena no Brasil. Assim sendo, a maior parte da população, até mesmo nos dias atuais, não tem conhecimento sobre as leis e direitos existentes em nosso país, o que é um elemento central do ideário republicano.

A falta de interesse pelo público, acaba fazendo com que as pessoas não se envolvam nos assuntos referentes à vida pública, construindo um fraco sentimento de cidadania. A partir desse pressuposto, foi retomada a discussão sobre o exercício da corrupção em nossa sociedade. Um motivo citado para a sua ocorrência seria a debilidade das leis ou a falta de seu cumprimento. Além disso, foi observada também a ausência de interesse por parte do cidadão em relação aquilo que é público.

Assim sendo, faz-se necessária a implantação de leis bem elaboradas e uma posterior fiscalização, como instrumentos que ajudem a impedir a prática da corrupção. O mais complicado é quando indivíduos que deveriam zelar pelo bom andamento da sociedade, e pelo cumprimento das leis, são aqueles que possuem um comportamento distorcido. Assim sendo, esse tipo de comportamento acaba levando muitas pessoas à visão pessimista de que os todos os políticos seriam corruptos.

Uma forma de buscar o fim da corrupção seria o estímulo à participação efetiva do cidadão na vida política da sociedade. A participação política seria uma das formas de combater as práticas de corrupção entre os encarregados pela administração pública, uma vez que a presença de cidadãos vigilantes e ativos suscita o interesse pelo bem comum e fortalece a República.

Portanto, o estudo sobre os centros sociais nos revela que, em nossa República, muitos políticos fazem uso da concessão de serviços à população, tendo em vista o voto do eleitor. Assim sendo, podemos observar que esta prática clientelista tem um influxo significativo sobre os moradores da Baixada Fluminense.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### LIVROS, ARTIGOS E TESES

ABRANCHES, Sérgio H. **Os despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

\_\_\_\_\_. “Política social e combate à pobreza: a teoria da prática”. In: ABRANCHES, Sérgio H; COIMBRA, Marcos Antônio; SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Política Social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989, p. 9-31.

ALVES, José Claudio Souza. Ação de grupos de extermínio dá lucro à contravenção e favorece a ascensão de políticos ligados ao crime na Baixada Fluminense. **Revista de História**, 31/10/2007. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/assassinos-no-poder>, acesso em 03 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. **Dos Barões ao extermínio – uma história da violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.

AUGUSTO, Claudio de Farias. **Federalismo republicano e políticas sociais: o caso da habitação social no Brasil pós-64**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1996.

AVELINO FILHO, George. Clientelismo e política no Brasil: Revisitando velhos problemas. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n.º 38, março de 1994, p. 225-240.

BAHIA, Luiz Henrique Nunes Bahia. **O poder do clientelismo: raízes e fundamentos da troca política**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BARRETO, Alessandra Siqueira. Um Olhar Sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores. **Campos** – Revista de Antropologia Social, vol; 5, nº 2, 2004, p. 45-64. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/download/1620/1362>. Consultado em 26/04/2012.

\_\_\_\_\_. **Cartografia política: as faces e fases da política na baixada fluminense**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de (coordenação). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – 190/1983**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária/FINEP/Fundação Getúlio Vargas, 1º volume.

BELOCH, Israel. **Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

BIGNOTTO, Newton. “Por que República? – Notas sobre o ideário democrático e republicano. In. CARDOSO, Sérgio. **Retorno ao republicanismo**. Belo Horizonte: UFMG, 2004, p. 17-43.

BRAZ, Antonio Augusto e ALMEIDA, Tania Maria Amaro. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade**. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2010.

CARDOSO, Sérgio. “Por que República?”. In. CARDOSO, Sérgio. **Retorno ao republicanismo**. Belo Horizonte: UFMG, 2004, p. 45-66.

\_\_\_\_\_. “Que República?”. In. BIGNOTTO, Newton. **Pensar a República**. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 27-48.

CARONE, Edgard. **A República Velha**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: Uma discussão conceitual**. Texto apresentado no simpósio *Nation-Building in Latin America: Conflict Between Local Power and National Power in the Nineteenth Century*, Leiden, 20 e 21 de abril, 1995.

\_\_\_\_\_. “Cidadania na encruzilhada”. In. BIGNOTTO, Newton. **Pensar a República**. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 105-130.

CHERMONT, Sandro Gripp. **Assistencialismo, carência e voto: as câmaras municipais da região metropolitana do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.

COELHO, Renata Maria. **O exercício do controle social na política de Assistência Social na Conjuntura recente: um estudo sobre a experiência do município de Duque de Caxias no Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

DINIZ, Eli. **Voto e máquina política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. Clientelismo urbano – Ressuscitando um antigo fantasma? **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 1, n. 4, nov. 1982, p. 21-26.

DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional**. 2ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, IPEA, nº 21, junho de 2000, p. 211-259.

GRYNSZPAN, Mario. “Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti”. In **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Vértice, ANPOCS, nº 14, ano 5, out. 1990, p. 73-90.

\_\_\_\_\_. **Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 4ª edição. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

KUSCHNIR, Karina. “Trajetória, projeto e mediação na política”. In. KUSCHNIR, Karina e VELHO, Gilberto (org.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 139-164.

\_\_\_\_\_. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LEAL, Ana Lucia Peres. “**Ministro-Deputado**” – **Socialização e relações pessoais na formação de capital político**. Monografia (curso de Ciências sociais) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

LEAL, Vítor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 4ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

LENARDÃO, ELSIO. **O clientelismo político no Brasil contemporâneo: algumas razões de sua sobrevivência**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2006.

LESSA, Renato. **A invenção republicana – Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira**. São Paulo: Vértice, 1988.

LIMA, Simone Xavier de. **Biblioteca ramal no município de Nova Iguaçu: letramento e práticas leitoras**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

MAINWARING, Scott . **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. São Paulo: FGV, 2001.

MARQUES, Alexandre dos Santos. “Baixada Fluminense: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas”. **Revista Pilares da História**. Duque de Caxias, ano 4, nº 6, abril/2006, p. 7-16.

MARTINS, José Antônio. **Corrupção**. São Paulo: Globo, 2008.

MONTEIRO, Linderval Augusto. **Baixada Fluminense: ausência e informalidade – soluções práticas da população baixadense a partir da ineficiência do poder público. O caso Joca**. Monografia (graduação em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1986.

\_\_\_\_\_. **Retratos em movimento – vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense**. Tese (doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

MORELLI, Dom Mauro. **Como fazer nova a República**. Petrópolis: Vozes, 1985.

NEVES, Angela Vieira. **Cultura política e democracia participativa: um estudo sobre o orçamento participativo**. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.

NUNES, Bruner Titonelli. **“O administrador” e “o homem do povo”: duas lideranças, duas práticas**. Monografia (curso de Ciências Sociais) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: ENAP, 1997.

PAULO, Marli da Silva. **Povo carente, clientelismo emergente: eleições municipais em Duque de Caxias, no ano de 1996**. Monografia (curso de História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998.

PINTO, Alexandre Alves. **Coronelismo, asfalto e voto: ascensão e queda de um mito político na Baixada Fluminense (1996-2004)**. Monografia (graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU. **Atlas Escolar da cidade de Nova Iguaçu**. 2ª Ed. Nova Iguaçu, 2004. Disponível em: <http://www.novaiguacu.rj.gov.br/arquivos/atlasescolar.pdf>. Acesso em: 24/04/2012.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Coronelismo numa interpretação sociológica. . Tomo III – O Brasil Republicano. In: FAUSTO, Boris (org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1975.

RIBEIRO, Renato Janine. “Democracia versus República”. In. BIGNOTTO, Newton. **Pensar a República**. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 13-25.

RODRIGUES, Adrianno Oliveira. **De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90’s): economia e território em processo**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

RODRIGUES, Gilmar. “Democracia e partidos políticos: os gastos públicos municipais como instrumento de análise político-ideológica”. In. HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta e MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008, p. 275-299.

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de la Investigacion**. México: McGraw- Hill, 1991.

SILVA, Daniela Santos Gomes da. **Construção de indicadores de condições de vida através da análise multicritério: estudo aplicado aos municípios da Baixada Fluminense**. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – IBGE, Rio de Janeiro, 2007.

SOUZA, Celina. “Estado da arte da pesquisa em políticas públicas”. In. HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta e MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008, p. 65-86.

SOUZA JUNIOR, Zenildo Soares de. **As elites em consenso – O clientelismo como fundamento do sistema político brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais - Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

SOUZA, Marlúcia Santos. **Escavando o passado da cidade – História política da cidade de Duque de Caxias**. Niterói: Pós-Graduação em História Moderna e Contemporânea, UFF, 2002.

VEIGA, Luciana e GONDIM, Sonia Maria Guedes. A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. **Opinião Pública**. Campinas, Vol. VII, nº 1, 2001, p. 1-15.

VELOSO, Giovana Rocha. **Clientelismo – Uma instituição política brasileira**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

VIANA, Luiz Werneck e CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “República e civilização brasileira”. In. BIGNOTTO, Newton. **Pensar a República**. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 131-154.

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. 6ª Ed – Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

ZACARIAS, Ellen Cristina Pereira Zacarias. **Centros Sociais de vereadores: a “nova” face do clientelismo político e a relação com o Estado**. Monografia (curso de Serviço Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

WEBBER, Marx. **Ciência e Política: duas vocações**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1968.

## PERIÓDICOS

BORGES, Waleska. Assistencialismo sobre rodas – Vereadores transportam doentes em ambulâncias de forma irregular e sobrecarregam hospitais de emergência. **Jornal do Brasil**, 31/08/10. Disponível em <<http://www.jornalbrasil.com.br>>. Acesso em 14/06/10.

BOTTARI, Elenilce. Procuradoria pede investigação da PF sobre centros sociais de políticos. **Jornal “O Globo”**, 08/09/10. Disponível em <<http://oglobo.globo.com>>, acesso em 15 set. 2010.

\_\_\_\_\_. TRE fecha centro social em Sepetiba do candidato a deputado federal Willian Coelho. **Jornal “O Globo”**, 09/07/10. Disponível em <<http://oglobo.globo.com>>, acesso em 03 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Fiscais do TRE-RJ fecham centros sociais da vereadora Lucinha (PSDB). **Jornal “O Globo”**, 16/07/10. Disponível em <<http://oglobo.globo.com>>, acesso em 15 set. 2010.

\_\_\_\_\_ e MASCARENHAS, Gabriel. Saúde pública vira refém da política eleitoral. **Jornal “O Globo”**, 07/11/10, p. 33.

\_\_\_\_\_ e VICTOR, Duilo. Centros sociais estão na mira do MP; para coibir compra de votos, Ministério Público Eleitoral mapeia instituições supostamente ligadas a candidatos. **Jornal “O Globo”**, 31/07/10. Disponível em <<http://oglobo.globo.com>>, acesso em 03 set. 2010.

DIAS, Marcelo. Centro social da deputada Graça Pereira usado eleitoralmente, diz TRE. **Jornal Extra – casos de cidade**, 14/06/10. Disponível em <<http://extra.globo.com>>, acesso em 24 jul. 2010.

**Jornal “O Dia”**. Vereador suspeito de fraudes, 23/06/10, p. 8.

**Jornal “O Estado de São Paulo”**, Caderno Jornal da Tarde, 01/12/1978.

**Jornal “O Globo”**. Máquinas de fabricar votos – Centros sociais: No vácuo do poder público, vereadores oferecem serviços ao eleitorado carente e garantem seguidos mandatos, 21/06/08. Disponível em <<http://oglobo.globo.com>>, acesso em 24 jul. 2010.

**Jornal “O Globo”**. Centros sociais estão na mira do MP, 01/08/10, p. 12.

**Jornal “O Globo”**. TRE-RJ fecha centro social do candidato “Tatá da Saúde”, 02/08/10. Disponível em <<http://oglobo.globo.com>>, acesso em 14 set. 2010.

LEITÃO, Leslie e PRADO, Thiago. Briga por patrimônio teria motivado crime - Ex-mulher entrou com pedido para ficar com parte de R\$ 2,5 milhões. **O Dia**, 18/04/08. Disponível em <<http://odia.terra.com.br>>, acesso em 16/07/11.

 MÁIRAN, Paula. Candidato é acusado de trocar voto por balé e médico. **JB online**, 15/07/08. Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2008/interna/0,,OI3009937-EI11873,00.html>>, acesso em 16/07/11.

VERDE, Ricardo Villa. Pela campanha limpa – TRE quer evitar cartazes, faixas e identificar ação de milícias. **Jornal “O Dia”**, 05/07/08. Disponível em <<http://odia.terra.com.br>>, acesso em 24 jul. 2010.

VERDE, Ricardo Villa. TRE fecha centro social e Brazão pode ser investigado – Fiscais apreenderam remédios, cestas básicas, camisetas e folhetos com nomes do deputado e do

irmão dele, o vereador Chiquinho Brazão. **Jornal “O Dia”**, 08/07/10. Disponível em <<http://odia.terra.com.br>>, acesso em 24 jul. 2010.

**Jornal do Brasil**. Fiscalização é tarefa de todos, 27/06/10. Disponível em <<http://jbonline.terra.com.br>>, acesso em 24 jul. 2010.

SALES, Ivo Monteiro. Centros sociais como ferramenta eleitoreira. **Jornal “O Globo”**, 17/08/10. Disponível em <<http://oglobo.globo.com>>, acesso em 07 set. 2010.

SOUZA, Priscila. Unidade para arrumar voto – Em 4 “UPAS” improvisadas, parlamentares da Baixada prestam por ano 68.640 atendimentos na área da saúde. **Jornal Extra**, 07/08/2011, p. 16-17.

TORRES, Raquel. A proposta quer retirar direitos sociais da Constituição. **Brasil de Fato**, 06/10/2008. Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br>>, acesso em 23 fev. 2010.

## LEIS

Lei 4.737. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L4737.htm>>, acesso em 20/06/2011.

Lei 9.504. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9504.htm#art37>>, acesso em 20/06/2011

Lei 11.300. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11300.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11300.htm)>, acesso em 20/06/2011.

Lei nº 9.790 - de 23 de março de 1999 - DOU de 24/03/99 (alterado **lei nº 10.539, de 23 de setembro de 2002- DOU de 24/9/2002**). Disponível em <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1999/9790.htm>, acesso em 15/02/2012.

## ANEXO

A análise do trabalho dos vereadores no legislativo municipal pode nos dar informações sobre suas atuações na área social. Os sites<sup>80</sup> das Câmaras municipais de Nova Iguaçu e Duque de Caxias trazem informações sobre leis, projetos de lei e projetos de resolução apresentados pelos vereadores dos municípios. Sendo a saúde uma das áreas mais carentes, como exemplo, foram levantadas informações sobre os projetos propostos para esta área a fim de obter um quadro da atuação dos vereadores nesse setor.

### MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

**VEREADOR: ALEXANDRE JOSÉ ADRIANO**

**NOME POLÍTICO: XANDRINHO**

**PARTIDO: PV**

#### **Projetos de Lei**

<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>	<b>Anotações</b>
104/2005	21/06/2005	Autoriza criação semana municipal doação sangue, compreendida entre os dias 18 e 25 de novembro	LEI Nº 3.680/05 - PUBLICADA EM 09/09/2005 - JORNAL HORA H
141/2006	25/05/2006	Obriga serviços saúde públicos e particulares do município a notificarem a delegacia policial da comarca quando atenderem crianças e adolescentes vítimas de violência	VETO TOTAL EM 08/08/2006

---

<sup>80</sup> Site da Câmara Municipal de Nova Iguaçu: <<http://www.cmni.rj.gov.br/vereadores/lista/>>, acesso em 19/01/11.

Site da Câmara Municipal de Duque de Caxias: <<http://www.cmdc.rj.gov.br/>>, acesso em 11/07/2011.

**VEREADOR: JORGE MAROTTE CORREA**

**NOME POLÍTICO: MAROTTE JA É**

**PARTIDO: DEM**

**Leis**

<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Lei nº</b>	<b>Publicado em</b>	<b>Descrição</b>
096/05	15/06/05	3.645/2005	05/06/2005	Obrigatoriedade da aplicação das vacinas BCG e contra Hepatite B em recém nascidos antes da alta hospitalar

**VEREADOR: MARIVALDO AMORIM DOS SANTOS**

**NOME POLÍTICO: MARIVALDO AMORIM**

**PARTIDO: PMDB**

**Projetos de Leis**

<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Lei nº</b>	<b>Publicado em</b>	<b>Descrição</b>	<b>Anotações</b>
007/06	15/02/06			Autoriza poder executivo e outros a implantar e desenvolver na U. M. de saúde José Müller de N. Iguaçu, tratamento de higiene e saúde bucal portadores deficiência do município	
008/06	15/02/06			Autoriza o poder executivo e outros a firmar, implantar e desenvolver convênios para atendimento portadores deficiências nas unidades saúde do município	
020/07	30/01/07			Dispõe sobre criação P. de lei teste da orelhinha nos - recém nascidos e dá providências	RETIRADO A PEDIDO DO AUTOR EM 30/01/07
055/07	19/03/07			Dispõe sobre criação política prevenção e combate ao câncer de mama e instituir no calendário oficial de eventos do	VETO TOTAL - PUBLICADO EM 28/07/07 - JORNAL

município de n. Iguaçu a  
semana de prevenção e  
combate ao câncer de mama

ZM NOTÍCIAS

**Projetos em trâmite**

<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>	<b>Anotações</b>
007/06	15/02/06	Autoriza o Poder Executivo, Secretária de Saúde, Divisão de Saúde Coletiva e o Programa de Saúde Coletiva e o Programa de Saúde Mental a Implantar e Desenvolver na Unidade Mista de Saúde José Müller do Município de Nova Iguaçu, Tratamento de Higiene e Saúde Bucal para os Portadores de Deficiência do Município de Nova Iguaçu e dá outras providências.	
008/06	15/02/06	Autoriza o Poder Executivo, Secretária de Saúde, Divisão de Saúde Coletiva e o Programa de Saúde Mental a Firmar, Implantar e Desenvolver Convênios com Empresas, Instituições, Órgãos da Iniciativa Privada e Pública, Médicos Especializados que atendem pelo Sistema Único de Saúde e Particular “NEUROLOGISTAS, PSQUIATRAS, GINECOLOGISTAS, UROLOGISTAS, PEDIATRAS, ODONTOLOGISTAS, CIRURGIÕES ENTRE OUTROS” para atendimento as Pessoas Portadoras de Deficiência Físicas, Mentais e Especiais nas Unidades de Saúde do Município de Nova Iguaçu e Clínicas Conveniadas e dá outras providências.	
055/07	19/03/07	Dispõe sobre criação política prevenção e combate ao câncer de mama e instituir no calendário oficial de eventos do município de	

		N. Iguaçu a semana de prevenção e combate ao câncer de mama
056/07	19/03/07	Dispõe sobre criação p. De lei do teste do olhinho nos recém nascidos e dá providências

**VEREADOR: MARLI SILVA CÂMARA DE FREITAS**

NOME POLÍTICO: **PROFESSORA MARLI**

**PARTIDO: PT**

**Projetos de Lei**

<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Descrição</b>
146/2008	01/07/2008	Concede licença maternidade à servidora pública municipal que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança -
148/2008	03/07/2008	Concede licença de 120 dias para funcionária pública municipal nos casos de natimorto ocorrido depois da 23ª semana de gestação -

**VEREADOR: ROSANGELA DE SOUZA GOMES**

NOME POLÍTICO: **ROSANGELA GOMES**

**PARTIDO: PRB**

**Projetos de Lei**

<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Lei Publicado n° em</b>	<b>Descrição</b>
180/2006	26/07/2006		Autoriza Executivo Municipal a instituir o Programa de atendimento humanizado às mulheres em estado de climatério ou pós climatério
095/2007	19/04/2007		Institui programa de prevenção, diagnóstico, assistência médico integral e orientação educacional às pessoas portadoras do traço falciforme ou anemia falciforme
096/2007	19/04/2007		Autoriza executivo municipal instituir programa orientação e assistência ao planejamento familiar e a saúde reprodutiva com objetivo de oferecer por meio de ações que assegurem o acesso ao sus
188/2007	12/06/2007		Cria centro municipal integrado de diabetes e hipertensão

MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

**Projeto de Lei nº 145/11 - Atendimento direcionado ao idoso na Rede Pública de Saúde no Município de Duque de Caxias - (7/6/2011)**

Projeto de Lei nº 145/11 Do Exmº Vereador Eduardo Moreira, dispondo sobre o prazo estipulado para o atendimento direcionado ao idoso na Rede Pública de Saúde no Município de Duque de Caxias.

**Projeto de Lei 120/10- Semana Municipal de Combate à AIDS - (23/11/2010)**

Do Exmº. Sr. Vereador Marcelo Ferreira Ribeiro, instituindo no âmbito Municipal de Duque de Caxias, a Semana Municipal de Combate à AIDS e dando outras providências.

**Projeto de Lei 118/10- Semana de Combate à obesidade infantil - (23/11/2010)**

Do Exmº Vereador Marcelo Ferreira Ribeiro, instituindo no âmbito municipal de Duque de Caxias, a **Semana Municipal de Combate a Obesidade Infantil**, dando outras providências.

**Programa de Acuidade Visual - (24/3/2009)**

No dia 24 de março de 2009 no plenário da Câmara Municipal de Duque de Caxias foi aprovado o Programa de "**Acuidade Visual**", de autoria do vereador Moacyr da Ambulância. O projeto visa, sobretudo, identificar possíveis problemas de saúde visual que prejudiquem o aprendizado e desenvolvimento dos alunos da Rede Municipal de Ensino. Para o vereador Moacyr da Ambulância, o programa de **Acuidade Visual** contribuirá para a diminuição da evasão escolar e garantirá à criança e ao adolescente seu direito constitucional de acesso à saúde, educação, e a um futuro digno, próspero e com igualdade social.